



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 63ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à comemoração dos dois anos da Bolsa Reciclagem
- 1.2 - 64ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a homenagear a Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais
- 1.3 - 33ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.4 - 34ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.5 - 35ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.6 - 36ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.7 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 63ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/11/2013

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Apresentação dos Resultados da Pesquisa de Impacto da Política do Bolsa Reciclagem - Entrega do Estudo do Impacto da Política do Bolsa Reciclagem na Inclusão Socioprodutiva dos Catadores - Palavras da Sra. Maria das Graças Gonçalves Massal - Palavras da Sra. Maria Madalena Duarte - Palavras do Secretário Adriano Magalhães - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - André Quintão - Cabo Júlio - Dalmo Ribeiro Silva - Gustavo Perrella - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tony Carlos.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado André Quintão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à comemoração dos dois anos da Bolsa Reciclagem - Lei nº 19.823, de 2011.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Adriano Magalhães, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, representando o governador do Estado, Antonio Anastasia; Zé Silva, secretário de Estado de Trabalho e Emprego; deputado André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; Paulo Cesar Vicente de Lima, coordenador de Inclusão e Mobilização Sociais, representando o Ministério Público do Estado; e Eduardo Cyrino Generoso, defensor público e assessor para Assuntos Interinstitucionais da Defensoria Pública de Minas Gerais, representando a defensora pública-geral do Estado, Andréa Abritta Garzon; as Exmas. Sras. Ana Campos Guimarães, vice-presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social - Servas; e Zuleika Torquetti, presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam; os Exmos. Srs. José Aparecido Gonçalves, diretor executivo do Centro Mineiro de Referência em Resíduos - CMRR; e Luiz Henrique da Silva, coordenador do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais - MNCR; e as Exmas. Sras. Maria Madalena Duarte, líder do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais; Maria das Graças Gonçalves Massal, conhecida como Geralda, coordenadora-geral da Asmare; e deputada Luzia Ferreira.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença da Exma. Sra. Patrícia Dayrell, engenheira da Superintendência de Limpeza Urbana - SLU -, e do Exmo. Sr. Osmando Pereira da Silva, prefeito de Itaúna.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional executado pelo Trio Amadeus.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Apresentação dos Resultados da Pesquisa de Impacto da Política do Bolsa Reciclagem

O Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro - Bom dia a todos. Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, em cuja pessoa cumprimento todos os companheiros da Mesa, senhoras e senhores. É com muita satisfação que estou hoje na Assembleia para apresentar aos senhores os resultados da Bolsa Reciclagem, no tocante aos impactos social, econômico e ambiental, referente ao período de um ano da Bolsa Reciclagem.

Apesar de hoje estarmos celebrando dois anos da legislação, houve a necessidade do decreto, e os desembolsos passaram a ocorrer relativamente no segundo semestre de 2012 - terceiro e quarto trimestre de 2012, de julho a dezembro. Também já temos os resultados do primeiro semestre de 2013, os dois trimestres - de janeiro a março e de abril a junho. Esse trabalho foi realizado por uma equipe: a nossa colega Vera Cardoso, socióloga, cientista política e consultora da ONU, que infelizmente não pôde estar aqui hoje - ela está em Curitiba -; e a economista Simone Libânio, que está aqui presente conosco; e eu.

Esse primeiro *slide* é um resumo dos resultados da Bolsa Reciclagem. Durante esses 12 meses as cooperativas e associações de catadores que, além de cadastradas, cumpriram os requisitos necessários para receberem a Bolsa Reciclagem, processaram aí 20.735 toneladas no ano e, pela sua comercialização, receberam R\$10.558.283,00. Então, vemos a importância em números pelo processamento dessas 20 mil toneladas. Esse é o resultado financeiro. Por esses resultados, receberam R\$4.113.204,00.

É importante ressaltar, desde o início, que apesar de no país bolsa sempre dar uma primeira ideia de assistencialismo, na nossa opinião, não é o caso dessa bolsa. Não temos a opinião de que essa Bolsa Reciclagem seja como uma Bolsa Família, onde há um projeto assistencial de recursos. Nesse caso, essa bolsa está muito mais para bolsa de valores do que Bolsa Família. Não é um projeto assistencialista, é um pagamento por serviços ambientais prestados. Os catadores, as associações e as organizações de catadores de materiais recicláveis receberam esses recursos não de forma assistencial, mas, sim, por serviços prestados. Pelos cálculos efetuados, esse valor está aquém do grande valor do serviço ambiental prestado ao Estado de Minas Gerais nesse período.

Primeiramente iremos apresentar a análise dos impactos sociais que foram identificados nas alterações do comportamento dos catadores de materiais recicláveis. Nesse período demonstraram avanços na gestão dos empreendimentos solidários, cooperativas e associações. A bolsa teve esse papel de estimular também maior produtividade, maior organização entre os catadores nas associações e nas cooperativas, pelo número de trabalhadores organizados na catação. Também foi identificada a consolidação de nova configuração na cadeia produtiva, vinculando a catação e a comercialização à rede de produção industrial. Esse avanço nas organizações dos catadores demonstra o papel relevante que eles têm na política ambiental do Estado e contribui para sua melhor organização, a fim de que já possam trabalhar e processar como verdadeiros empreendedores.

Houve, então, modernização nas rotinas de registro da produção das cooperativas. Hoje as cooperativas que recebem a bolsa exigem uma documentação que seja capaz de suportar auditorias. Então, procedimentos administrativos e contábeis modernos facilitam esse trabalho e também a averiguação por parte do comitê gestor para que eles possam realmente receber esse pagamento por serviço ambiental. A Bolsa Reciclagem reserva um valor de até 10% do recebido por cada organização, exatamente para investir em melhoria da gestão dessas organizações.

O aumento do número de catadores filiados contribui para incrementar o alcance da política pública, avançando, de maneira geral, para que haja mais catadores organizados. Sabemos que, no País, ainda há milhares de catadores em condições precárias, desenvolvendo esse trabalho tão importante em termos de sustentabilidade. Costumo dizer que esse projeto, esse trabalho, finalmente reconhecido pelos catadores de materiais recicláveis, é um dos melhores exemplos - senão o melhor - de sustentabilidade que conheço, seja pelos aspectos sociais, econômicos ou ambientais, acionando o que se convencionou chamar de *triple bottom*, que são as variáveis ambiental, econômica e social. Como afirmei, há níveis mais sofisticados, mais apurados ou avançados de produção e de qualidade nesse mercado de recicláveis, e a bolsa contribui muito para que esses empreendimentos ganhem um lugar oficial na cadeia produtiva industrial.

Este quadro mostra o que já vimos sobre a produção de materiais recicláveis no período, mas é interessante observar a evolução anual de trimestre para trimestre. Do primeiro trimestre de 2013 para o segundo trimestre de 2013, a que se refere a última linha do quadro, podemos verificar que, no setor do papel, a produção evoluiu 6,4%; do plástico, 40,2%; do metal, 50,9%; e do vidro, 26,9%.



Em média, 15,8%. Certamente, o do papel não teve muito avanço, porque sempre foi o material com melhor desempenho ao longo de toda a história da catação, e é o mais tradicional. Diria que a catação começou com o papel. A D. Geralda ali presente conhece muito bem como era a catação em Belo Horizonte. Conhecemos a catação desde a década de 1950, no Depósito Santa Maria, na Avenida Olegário Maciel.

Chama muito a atenção a questão do vidro, que, em Belo Horizonte, era considerado rejeito, porque não encontrava lugar no mercado. No quadro, podemos verificar o incremento do vidro com a Bolsa Reciclagem, porque a equação para remunerar o serviço ambiental prestado incentiva mais o material menos valorizado no mercado.

Este quadro mostra a quantidade de catadores beneficiados ao longo de todo esse período, em média foram 1.200 catadores, número bastante significativo. Com a remuneração pela comercialização, temos uma média de quase R\$800,00 que, acrescida do Pagamento por Serviços Ambientais, que é a Bolsa Reciclagem, passa para R\$1.000,00. No último trimestre, R\$989,75.

É interessante observar também, Srs. Deputados, senhores membros da Mesa, senhores e senhoras, que a Bolsa Reciclagem tem procurado distribuir esse pagamento por serviços ambientais em todas as regiões do Estado. Evidentemente, verificamos que, na região central metropolitana de Belo Horizonte, é maior a quantidade de organizações que vêm-se beneficiando dessa remuneração por serviços ambientais, mas isso está distribuído em todo o Estado, ainda que verifiquemos que no Jequitinhonha e no Mucuri, por exemplo, ela está menos presente, o que o Centro Mineiro de Referência em Resíduos já observou - certamente, depois, o Cido poderá falar sobre isso - e vem fazendo trabalhos para a mobilização de associações e organizações naquela região, como em outras no interior mineiro.

Os catadores de materiais reciclados estão espalhados por todo o Estado, mas o nível de organização deles é muito maior na região metropolitana. Hoje, o Centro Mineiro de Referência em Resíduos vem se esforçando, principalmente no interior do Estado, para que essas organizações também possam avançar em outras regiões do Estado, porque, para receber por serviço ambiental prestado é necessário comprovar a reintrodução desses materiais no ciclo de produção. Isso é que justifica a poupança dos recursos naturais. Aqui são os valores médios mensais da comercialização por catador, seja pela comercialização, seja por benefício das toneladas comercializadas.

Por fim, vamos mostrar os benefícios ambientais analisados. De acordo com a bibliografia especializada que temos hoje sobre a valoração do serviço ambiental, principalmente pelo estudo de pesquisas aplicadas, trabalhamos com cinco itens: qual o benefício ambiental, quer dizer, qual o impacto ambiental ao reciclar materiais em termos de economia de energia, de economia de água, de redução de emissões de gás de efeito estufa, em relação ao desmatamento evitado, portanto, de biodiversidade preservada, e também em termos de uso do solo que é economizado por esses materiais não serem aterrados.

Aqui, nesse período, foram reciclados 20.000t de papel. Isso significou uma economia de energia de R\$201.544,00 e de R\$4.936.014,00 de água. É impressionante como a reciclagem do papel se traduz numa grande economia de água na produção de papel. Ainda que não tenhamos a indústria só de papel reciclado, sabemos que grande parte das indústrias também trabalham com 70% de matéria-prima virgem e 30% de papel reciclado, um pouco mais, um pouco menos, dependendo do tipo de papel que se quer produzir. Temos uma redução de gás de efeito estufa. Esses valores são os resultados deste ano, de 12 meses. O trabalho das organizações que foram cadastradas e aprovadas pelo Comitê Gestor originou uma redução de 5.598t de gás de efeito estufa, CO² ou equivalente. Biodiversidade protegida por desmatamento evitado: 290ha, significando R\$112.983,00. Essa quantidade de papel que as organizações encaminharam para a indústria da reciclagem e que comprovaram com notas fiscais e recibos, em termos de valoração ambiental, proporcionou um montante de R\$5.350.321,00. As mesmas análises, com a mesma metodologia, são feitas para o plástico. Infelizmente, não conseguimos os dados para o desmatamento evitado e biodiversidade, só conseguimos para o papel. O papel recebeu de benefício R\$445.000,00, ou seja, menos de 10%. Já no caso do plástico, a Bolsa Reciclagem pagou um total de quase R\$1.200.000,00, mas com uma valoração ambiental de R\$195.000,00. No caso do metal, R\$563.000,00, com uma valoração calculada ou estimada em R\$210.000,00; no caso do vidro, recebeu R\$1.062.000,00, com uma valoração ambiental de R\$22.000,00. Aqui, temos o total.

A Bolsa Reciclagem, no geral, remunerou esse trabalho num valor de R\$4.113.204,00. Pelos nossos cálculos, o serviço ambiental prestado foi de R\$5.778.545,00. Evidentemente, o nosso trabalho tem lacunas. Como mostrei, não conseguimos ainda - esperamos conseguir - calcular o valor do serviço ambiental prestado por desmatamento evitado e proteção à biodiversidade para os outros materiais além do papel. Mesmo sem considerar isso - portanto levamos em conta que o nosso cálculo é subestimado -, o serviço ambiental prestado por essas organizações, nesses 12 meses, é inferior ao que a Bolsa Reciclagem remunerou, ou seja, deputados e secretários, o Estado está em dívida com os catadores em termos de prestação de serviços ambientais. Isso, sem contar o uso do solo. Ao processar 29.513t, que deixaram de ir para os aterros sanitários, considerando que no Estado de Minas, conforme dados de 2011, a faixa de custo, de preço para a disposição de resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários licenciados está entre R\$40,00 e R\$60,00 a tonelada, isso proporciona uma economia de R\$1.200.000,00 a R\$1.800.000,00. Então, se somarmos a média, que é de R\$1.500.000,00, aos R\$5.700.000,00, estamos chegando a uma valoração do serviço ambiental prestado nesse um ano pelos senhores de cerca de R\$7.000.000,00 a R\$8.000.000,00. A Bolsa Reciclagem está pagando mais ou menos 50%. Então, a dívida do Estado é mais ou menos de 50% com relação aos senhores.

Conforme os dados mais recentes do Ipea, de 2008, qual é a média do material que está no que convencionamos chamar lixo, que são os resíduos sólidos urbanos? O de material reciclável é praticamente 32%, ou seja, de todos os materiais recolhidos ou que geramos em nossas casas, 32% são materiais recicláveis. No caso de Minas Gerais, isso não muda. Então, hoje, são gerados diariamente no Estado de Minas Gerais mais ou menos 18.348t, bastante razoável em termos da média nacional de 1kg por habitante por dia. A nossa população é de quase 20 milhões de habitantes.

O que chama a atenção é que existem 32% de materiais recicláveis. O que foi comprovado por essas organizações significa apenas 1,9%. Sabemos que há muitas outras organizações, porque foram trabalhadas 55 organizações, embora no Centro Mineiro existam 100 organizações cadastradas. Imagino que no próximo trimestre haverá mais organizações, com toda a sua documentação organizada



e bastante exigente para receber o benefício. É necessária uma comprovação auditada seriamente, para que a organização receba por esse serviço ambiental prestado.

Insisto: não é uma bolsa assistencialista, é de valores, que remunera por serviços prestados. Então, existe um potencial muito grande de crescimento. Acreditamos, por esses resultados, que a Lei da Bolsa Reciclagem realmente tem estimulado o crescimento e pode estimular muito mais, porque, sob o ponto de vista ambiental, é um ganho muito grande para o Estado de Minas Gerais. Sob o ponto de vista econômico, é muito bom não só para os catadores que comercializam, mas também para a indústria, porque consegue produzir com preços mais baixos, mais competitivos.

Por último, mas não menos importante, é o social, pois se trata de uma política de inclusão social e de avanço para o empreendedorismo desses profissionais, que tanto têm contribuído para o nosso meio ambiente. De acordo com as nossas conclusões, está havendo modernização nas rotinas de registro da produção das organizações de catadores, o que é muito positivo do ponto de vista social; melhoria da qualidade de preparação dos materiais reciclados para venda, o que contribui para tornar as cooperativas e as associações de catadores confiáveis e respeitáveis no mercado de recicláveis; evolução crescente da produção de materiais recicláveis - em termos de tonelada, no último ano houve aumento de 16% - e da receita financeira, que aumentou 20%; remuneração média mensal do catador aproximadamente 60% acima do salário mínimo atual; potencial expressivo de crescimento da coleta para reciclagem em relação ao percentual total - como disse, estamos processando com essas organizações apenas 1,9% de um potencial de praticamente 32% -; serviços ambientais prestados estimados em cerca de R\$7.000.000,00 por ano.

Continuando, propomos aos deputados e ao secretário compatibilizar os valores da Bolsa Reciclagem com os valores dos serviços ambientais prestados para que, em 2014 ou 2015, esses valores possam estar próximos a R\$7.000.000,00, pois vão se consolidar e até aumentar no próximo ano, e fixá-los no orçamento do Estado, identificando as fontes de receita, como as multas por degradação ambiental. A Bolsa Reciclagem tem dado excelentes resultados, mas identificamos uma fragilidade: ainda está muito presa a emendas orçamentárias. É preciso ancorar isso em receitas, como o Bolsa Verde. Consideramos mais adequado que as multas por degradação ambiental compensem quem presta serviços ambientais no Estado.

Ainda propomos estabelecer incentivos para a indústria de reciclagem no Estado, o que deveria ser foco desta Assembleia Legislativa. Infelizmente o nosso Estado é muito carente de indústrias de reciclagem. É uma vergonha para Minas Gerais, que possui um dos maiores parques industriais do País, ter de exportar vidros para o Rio de Janeiro ou São Paulo, porque não há beneficiamento ou processamento de vidro aqui, tornando-o quase um rejeito em nosso Estado. Como há tantos incentivos para outros tipos de indústria, por que não incentivar essa indústria, com matéria-prima barata em relação às outras, que gera tantos benefícios ambientais, como aqui foi demonstrado, e promove inclusão social?

Por fim, deve-se estabelecer uma quarta parte do ICMS Ecológico, em função dos resultados da Bolsa Reciclagem no município. Acreditamos que, quando o município perceber que será beneficiado com a quarta parte do ICMS Ecológico, se houver maior comprovação de produção e comercialização de material reciclável, certamente esse município vai dar apoio aos catadores quanto a infraestrutura e coleta seletiva, para se chegar ao ideal de as prefeituras pagarem às organizações e cooperativas de catadores de material reciclável por serviço público prestado. Da mesma forma que o Executivo municipal remunera em R\$100,00 a R\$120,00 as empresas privadas que coletam material reciclável, que assim o faça para as cooperativas e as associações de catadores. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Entrega do Estudo do Impacto da Política do Bolsa Reciclagem na Inclusão Socioprodutiva dos Catadores

O locutor - Neste instante procederemos à entrega do Estudo do Impacto da Política do Bolsa Reciclagem na Inclusão Socioprodutiva dos Catadores, conforme mencionado há pouco pelo consultor técnico José Cláudio Junqueira Ribeiro. Para receber um exemplar do referido estudo, convocamos o Exmo. Sr. Adriano Magalhães, secretário de Estado e representante do governador Antonio Anastasia; o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa; e a Sra. Ana Campos Guimarães, vice-presidente do Servas. Para fazer a entrega dos exemplares do referido estudo, convidamos a coordenadora da Asmare, Sra. Geralda.

- Procede-se à entrega do estudo.

Palavras da Sra. Maria das Graças Gonçalves Massal

É muita emoção para mim, que estou historicamente nessa luta, como o José Cláudio falou, desde a década de 50, na Avenida Olegário Maciel, no primeiro depósito de papel de Belo Horizonte. É sinal de que estamos jovens, não estamos velhos. Acho que temos de agradecer muito, porque o catador de papel nunca foi reconhecido como trabalhador, ele sempre foi misturado ao lixo. Ninguém nunca o enxergou como trabalhador. Acho que reconhecimento, para nós, é cidadania, é viver mais, é autoestima. Essa bolsa veio nos trazer muita autoestima. Nós, que éramos considerados lixo, hoje temos uma bolsa. Não se trata de uma bolsa família, mas de uma bolsa de serviços prestados. Prestamos serviços há muitos anos. Comecei a agradecer há pouco tempo, porque achava que sofríamos muito na rua, na mão da polícia, perseguidos pela prefeitura. Agora, perdoo todo mundo, porque eles não tinham consciência ambiental como temos. Antes de vocês pensarem em meio ambiente, já estávamos fazendo nosso trabalho. Fazíamos pela fome, não porque queríamos. Ninguém foi catar papel porque quis, mas o fizemos pela fome. Agora, é chique ter uma bolsa. Trabalhamos com mais qualidade. A associação tem de acolher mais pessoas agora, não pode se fechar. Agora é que temos de fazer trabalho social e ambiental.

Nosso meio ambiente está rindo. Nosso meio ambiente está rindo. Temos de desenhar o meio ambiente sorrindo para nosso planeta, para o catador de papel, para o morador de rua. Com essa bolsa, estamos querendo um projeto abraço. Por quê? O catador de rua tem de fazer isso para ganhar a vida. O vidro nunca foi coleta para nós, nunca coletamos vidro, mas agora estamos de olho nele, porque vale mais que o aterro. O vidro dá mais. Temos de tirar o vidro das ruas. Essa bolsa tem de durar para nós. Se pararmos de recebê-la,



nosso vidro vai para o aterro. Não queremos isso. Catando o papel, temos consciência ambiental e social. Tenho de agradecer muito. Muito obrigada aos políticos que nos apoiam e a todos que também fazem isso. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Maria Madalena Duarte

Bom dia a todos. Na pessoa da Zuleika, cumprimento todos da Mesa. Para nós, estar aqui hoje comemorando essa política de conquista dos catadores nos deixa felizes, mas também nos traz outros sentimentos, pois, às vezes, não somos reconhecidos pelo esforço que, nós, catadores, movimento nacional e outros parceiros, executamos em nível estadual. Às vezes, somos criticados porque uma associação não ingressou na Bolsa Reciclagem, e também somos muito questionados porque os empreendimentos ainda não estão bem preparados para receber a bolsa. Essa política é riquíssima para nós, catadores, porque, quando passamos a ser pagos por aquilo que fazemos, pelo nosso trabalho, é muito gratificante. Saímos daquele sistema do não organizado para o empreendimento sustentável. O que essa bolsa trouxe para nós, hoje, em Minas Gerais? Está trazendo sustentabilidade, organização dos catadores e também um direito de conquista. Temos esse direito, mas sabemos que temos deveres a serem cumpridos, como trabalhar na qualidade da coleta, na organização dos nossos galpões e, como a D. Geralda disse, trabalharmos a qualidade de abrir as portas das associações e cooperativas para agregarmos mais trabalhadores, mais catadores. Às vezes, nem são catadores, mas desempregados que, por falta de oportunidade, perdem seu trabalho.

Queremos que as cooperativas estejam estruturadas para receber novos cooperados, novos associados em seus empreendimentos. Hoje, os catadores estão analisando o movimento, assim como muitos outros parceiros e apoiadores nossos, pois estamos vendo que, se não houver uma lei que venha a impedir a implantação de novas tecnologias em nossos municípios, isso vai contradizer o pagamento da Bolsa Reciclagem. A Bolsa Reciclagem veio para dar sustentabilidade, direito ao trabalho, mas, se prevalecer a incineração em Minas Gerais, tudo que conquistamos há mais de 50 anos será perdido, assim como essa política que foi desenvolvida com muito diálogo e muito respeito com o governo de Minas Gerais. Foi um diálogo de sentar, de ouvir, de dialogar com parceiros e muitos políticos para que isso viesse a acontecer na vida de pessoas que já estavam excluídas da sociedade. Hoje, uma política tão bonita, tão sábia, pode acabar. Quem a escreveu é sábio e quem a faz acontecer fortalece essa política em seu Estado.

Estamos aqui, em nome de várias pessoas, pois recolhemos várias assinaturas para entregar ao deputado Dinis Pinheiro, que muito lutou conosco, assim como o deputado André Quintão, para que pudéssemos estar hoje comemorando dois anos da Bolsa Reciclagem. Em nome de várias pessoas, de várias famílias, de toda a sociedade, vamos entregar as assinaturas para fortalecer o projeto de lei que está tramitando nesta Casa, para que não venha a acontecer a incineração em Minas Gerais. Também ficamos muito felizes em participar desta discussão, da construção desta lei, porque todos que aqui vieram não estão sentados aqui porque querem, mas porque esta é uma demanda dos catadores, da sociedade.

Só fazemos política quando o povo é ouvido. Só conseguimos um estado rico, diferente, quando as pessoas têm direito a voz, quando as pessoas têm direito de falar, de querer, de exigir o que querem para a sua cidade. De exigir o que querem para a sua vida e para a sociedade onde vivem. Eu quero que o meu povo de Minas Gerais tenha qualidade de vida e direito ao trabalho. Passarei essas assinaturas ao Diniz para que toda esta Casa analise bem ao assinar qualquer documento ou lei que contradiga o direito dos catadores. Estou muito feliz pois este é um momento muito rico para nós, catadores, porque não tínhamos nada, e hoje temos direitos. Várias cooperativas e associações que, antes da Bolsa Reciclagem, ganhavam menos de um salário mínimo, hoje, ganham R\$3.000,00, R\$2.000,00, R\$2.500,00. Essa é uma política que foi construída de gente para gente, de forma sólida e rica, com diálogo pois aqui estamos para somar. Um país sem pobreza e sem miséria é um país que dá trabalho, que dá direitos. Não adianta recebermos bolsa de assistência, que é aquela que dá comodismo às pessoas para ficarem em casa sem querer trabalhar. Vocês sabem de que bolsa estou falando.

A Bolsa Reciclagem garante o direito ao trabalho para a obtenção da remuneração. O trabalhador sente prazer em se levantar, de manhã, para buscar o material reciclável, estar na coleta ou no galpão, separando resíduos, porque é dali que está retirando o seu sustento e o de sua família por intermédio do seu trabalho. Ele não está apenas esperando um depósito de dinheiro em sua conta, sendo que, para isso, não trabalhou. Está esperando a remuneração pelo que fez, e com muito sacrifício.

A Bolsa Reciclagem foi uma conquista; é uma política riquíssima, que está servindo de exemplo para o mundo inteiro, mas ainda tem de ser muito trabalhada pois sabemos que surgiu por meio de uma emenda. Mas gostaríamos que a Bolsa Reciclagem venha a ser do Estado, que seus recursos advenham do Estado a fim de que permaneça, porque sabemos que a emenda é apenas de um mandato, e a política proveniente do Estado poderá ficar para sempre. Queremos trabalhar para isso. Muito obrigada.

Palavras do Secretário Adriano Magalhães

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, nosso amigo deputado Dinis Pinheiro; Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa, deputado André Quintão; meu colega de Estado, nosso amigo José Silva, secretário de Trabalho e Emprego; Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira, nossa querida amiga; Exmo. Sr. Paulo César, coordenador de Inclusão e Mobilização Social, aqui representando o Ministério Público, um grande parceiro de todas as discussões ambientais em Minas Gerais; Eduardo Cirino, assessor para Assuntos Interinstitucionais da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, aqui representando nossa querida Andrea; Zuleika, presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, que nos tem ajudado nas questões relativas aos catadores; Sra. Ana, vice-presidente do Servas - um agradecimento também à Andréa pela parceria e apoio que nos tem dado; e José Aparecido, diretor executivo do Centro Mineiro de Referência em Resíduos, nosso querido Cido, esse nobre guerreiro e apoiador de todos os movimentos sociais. Nossos cumprimentos ao Luiz Henrique e à D. Maria Madalena pelo belíssimo trabalho de liderança junto aos catadores. Cumprimento as senhoras e os senhores. Caro presidente, tenho muito a agradecer à Assembleia Legislativa pela oportunidade de discutir publicamente o tema, considerando que podemos comemorar efetivamente um ano de pagamento por serviços ambientais relativos à Bolsa Reciclagem. Lançada e aprovada em 2011, começamos efetivamente a fazer os pagamentos em 2012; estamos com 4,2 milhões pagos nesse período, já com o compromisso de pagamento de aproximadamente 4 milhões em 2013.



As coisas começam assim mesmo, senhoras e senhores, foi plantada uma semente. Andou até rápido, se compararmos com outros programas, não é André? Ele surgiu, Cido, e foi rapidamente incorporado pelo governo, pela sociedade e pela Assembleia como uma grande oportunidade de valorizar o trabalho dos catadores. Aproveito para parabenizar o José Cláudio pela sua análise, por suas contribuições, pelas propostas apresentadas, porque é um programa em que ainda temos muito a avançar. Esse número que você mencionou nos impressiona, pelo potencial de dobrarmos o pagamento por serviços ambientais, dado o resultado já apresentado, não como assistencialismo, mas comprovando os ganhos ambientais ocorridos. Mostra também que temos de lutar, caro presidente Dinis, para que o PL relativo à queima de resíduos passe logo na Assembleia. Vemos aí uma oportunidade na reciclagem e nos ganhos ambientais.

Aliás, José Cláudio, quero realçar apenas um dos itens que você trabalhou: o ganho relativo à água. Para quem tem acompanhado as minhas últimas apresentações, esse é o tema que mais nos preocupa em Minas Gerais. Antes deste evento, eu comentava com a nossa querida Zuleika, presidente da Feam, que, se fizéssemos uma análise da situação da água em Minas, nunca imaginariamos que um estado que é provedor de água para oito unidades da Federação, que é considerado a caixa d'água do Brasil, teria, num período tão curto, situações críticas de abastecimento e fornecimento. São diversos os exemplos. Visitei na semana passada, meu caro José Silva, as áreas de irrigação da região de Janaúba, principalmente as de plantação de banana no entorno da barragem do Gorutuba. O que mais me impressionou é que não entra uma gota de água sequer na barragem do Gorutuba, responsável pelo abastecimento total de Janaúba e dos períodos irrigados. Se tudo der certo, se chover conforme o previsto, a partir de 2015 a água daquela barragem somente poderá ser utilizada para abastecimento humano. Isso se replica, às vezes, em 10, 15 municípios do Norte em período seco, quando não há sequer uma gota de água.

Parabenizo o meu caro Paulo César, um defensor das veredas. Em diversos municípios, entre eles o de Mamonas, uma das unidades de conservação, uma vereda do Caminho das Gerais, é o ponto de abastecimento de água daquela comunidade. Por isso, temos de continuar protegendo nossas veredas, porque são muito importantes para a nossa população e para a nossa biodiversidade.

A questão da água se replica a uma situação crítica. Por exemplo, não imaginariamos o que está acontecendo na área do Triângulo, na Bacia do Rio Claro. Até agradeço ao amigo deputado Tony Carlos o título de Cidadão Honorário de Uberaba, quando era vereador. Como eu dizia, lá vivenciamos a situação crítica de não termos água para abastecimento humano nem para irrigação nem para as hidrelétricas previstas na Bacia do Rio Claro. Isso por uma razão simples, senhores: o desmatamento, que reduziu a bacia a apenas 3% da sua cobertura vegetal nativa. Fizemos estudos de 1985 para cá, analisando a vegetação de cinco em cinco anos. Em 1985, havia 90% da cobertura vegetal nativa; hoje são apenas 3% restantes.

A consequência é que não temos água para outorgar. Isso se replica preocupantemente na área metropolitana. Na semana passada, criamos um grupo de trabalho com a participação do Ministério Público e de diversas instituições, para analisarmos critérios especiais de outorga nas bacias do Paraopeba e do Velhas na área metropolitana. Vejam, senhores catadores, a importância e a valorização do trabalho dos senhores, dando um exemplo direto, não só para o Brasil mas para o mundo todo, do quanto temos de avançar nas questões ambientais, principalmente na reciclagem, na valorização do resíduo e na mudança de nossos hábitos. Portanto, meu caro presidente Dinis Pinheiro, infelizmente, já está fechada a proposta de orçamento para o ano que vem, mas deixamos aqui o compromisso de, em 2014 para 2015, reavaliarmos esse orçamento e trabalharmos com o governador, com o apoio da Assembleia Legislativa, para que tenhamos conta definida para a Bolsa Reciclagem, possamos batalhar para dobrar esse valor a partir de 2015 e, assim como o Bolsa Verde, retomarmos o pagamento desse programa.

Outra iniciativa importantíssima apoiada por esta Casa é que estamos pagando aproximadamente R\$7.000.000,00 para aqueles que preservam áreas com cobertura vegetal nativa em sua propriedade. Começamos a pagar aos proprietários que tinham 10ha, depois 20ha, depois 30ha, de forma que possamos também regularizar o Bolsa Verde em Minas Gerais.

Deixo o agradecimento do governador Anastasia pelo trabalho prestado e pela valorosa contribuição que os senhores têm dado ao meio ambiente e o nosso compromisso de rediscutirmos e reavaliarmos o programa no ano que vem, de forma que possamos valorizá-lo ainda mais. Muito obrigado a todos.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, a deputada Luzia Ferreira e peço licença às pessoas e autoridades da Mesa para cumprimentá-las em nome da Madalena, da D. Geralda, do Cido e do Luiz Henrique, com quem tenho a honra e o orgulho de conviver há muito tempo.

Presidente Dinis Pinheiro, esta é uma celebração muito importante. Quando ouvi a D. Geralda, passou um filme pela minha cabeça, um filme do início da década de 1980, que o José Cláudio mencionou, da D. Geralda com a sua simplicidade. Naquela época a nossa luta era para que os catadores não fossem expulsos pela força das ruas. Eles ficavam nas ruas por necessidade, para tomar conta daquilo que recolhiam porque, no outro dia, tinham que vender para os depósitos. Ao longo dos anos, essa discussão e as políticas públicas foram crescendo, os catadores foram se organizando, espalhando essa experiência para outros municípios, e instituições de apoio foram se aproximando e construindo uma política mais técnica e organizativa. E quando chegamos hoje para celebrar dois anos da Bolsa Reciclagem, vemos que está valendo a pena esta caminhada. A exposição do José Cláudio Junqueira foi muito importante nesse sentido, porque mostrou que a construção da Bolsa Reciclagem une questões fundamentais: a questão ambiental, o respeito ambiental, o compromisso ambiental, o compromisso com a sustentabilidade e a geração de renda.

Essa construção da Bolsa Reciclagem - temos que aprender na política pública - vem dando certo porque é uma construção coletiva feita a muitas mãos, uma construção que andou até muito rápido para os parâmetros da política pública. Em 2011, o deputado Dinis Pinheiro apresentou o projeto de lei e conseguimos, já naquele ano, aprová-lo na Comissão de Participação Popular porque ainda era uma novidade no Estado e agregamos recursos para 2012. Depois, houve a regulamentação, que foi muito engenhosa e muito inteligente. Quando vemos os dados, percebemos o acréscimo da coleta do vidro, por exemplo. A D. Geralda me deu uma aula sobre isso recentemente. O valor de mercado do vidro é menor do que o valor de mercado, por exemplo, da latinha. A Bolsa Reciclagem, na

sua engenharia, remunera mais a coleta do vidro exatamente para compensar. É uma engenharia de política pública, muito inteligente, exemplar, Dinis, na regulamentação. Você está de parabéns, é modelar. Isso foi construído a muitas mãos, e continuará sendo. Esse é o nosso compromisso na Assembleia. O José Cláudio colocou algumas sugestões e, quem sabe, a vinculação orçamentária com algumas fontes de receita vinculadas à área ambiental para que tenhamos uma ampliação gradativa e uma adequação da remuneração ao serviço socioambiental prestado, ao incentivo, ao beneficiamento do material reciclado em Minas. Isso é muito importante, dinamiza a economia e o mercado e facilita para as associações.

Temos um desafio de cobertura em todo o Estado. Preocupa-nos que as regiões mais empobrecidas sejam exatamente aquelas com menor número de associações constituídas e beneficiadas, portanto temos que redobrar o nosso trabalho. Hoje é um dia para parabenizar principalmente as associações, o movimento nacional, os catadores e as catadoras de material reciclável, que apostaram e acreditaram. Estão presentes os deputados Sebastião Costa e Maria Tereza Lara. Desde 2003, a Assembleia Legislativa sedia eventos que integram o festival “Lixo e Cidadania”, os debates públicos. Nesse processo, houve uma confiança do fórum estadual, dos parceiros, de maneira suprapartidária, uma construção acima de qualquer interesse particular, partidário, pensando sempre na política pública. O exemplo dessa construção de fato tem que ser celebrado e temos que avançar.

E, por fim, não posso deixar de mencionar o compromisso motivado pela fala da Madalena. Fizemos um último debate público na Assembleia exatamente sobre a PPP de resíduos sólidos na região metropolitana, mas discutimos também a questão dos resíduos sólidos no Estado. E, naquele dia, o movimento nos entregou, por meio da Comissão de Participação Popular, um documento em que pedia a apresentação de um projeto de lei prevendo o fim da incineração em Minas Gerais. Naquele mesmo dia - eu e o deputado Dinis estamos acompanhando esse movimento dos catadores -, às 17h57min, ingressamos com o pedido que foi feito às 17 horas e esse projeto entrou na Assembleia Legislativa. Então, aqui existe um projeto de lei prevendo o fim da incineração. Ele já foi aprovado - agradeço ao deputado Sebastião Costa - na Comissão de Constituição e Justiça, que também integro. Essa foi a primeira comissão, a porta de entrada, já passou por lá, e está na Comissão de Meio Ambiente. Com a palavra do secretário, conclamo vocês para irmos juntos à Comissão de Meio Ambiente pedir a sua aprovação rapidamente naquela comissão porque não tem Bolsa Reciclagem sem o fim da incineração. A matéria-prima para gerar tanta vida pode ser a matéria-prima disputada por grandes empresas.

E essa construção dos catadores começou quando o resíduo sólido não era mercadoria de valor. Hoje ela é valor, mas tem mesmo é que atribuir valor à vida daqueles que construíram essa política pública. Portanto, se depender de mim, do Dinis Pinheiro e de vários deputados e deputadas, esse projeto andar, até porque já entramos com ele, e já está tramitando. Então, vamos unir forças para que, ainda este ano, possamos aprová-lo na Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

O Natal já está chegando. Tenho duas boas notícias. O André é genial, trabalhador. Falo que o deputado André Quintão honra a vida pública e, de forma especial, esta Casa, que é de vocês. Mas, quero antecipar: incineração de jeito nenhum. Acabou. Já era. Darei outra notícia a vocês: vocês têm que vir aqui prestigiar; trazer essa alegria, esse sorriso, esse abraço, esse aconchego. Pela primeira vez, esta Praça da Assembleia, que é de vocês, do povo, receberá uma ornamentação linda e ficará encantadora. Sabem por quê? Não sabem? Ela será totalmente decorada com material reciclável, pela primeira vez. Não é legal, Osmando, prefeito de Itaúna? É isso mesmo: vocês nos vão presentear com essa magia, esse talento, essa dedicação. Será um momento memorável, marcante, que haverá de nos levar a um novo tempo, um tempo de mais felicidade, mais paz.

Quero saudar o Exmo. Sr. secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Adriano, que tem sido um grande companheiro, um obreiro de vocês, um obreiro de cada um de nós e que representa o nosso estimado governador Antonio Anastasia. Transmita ao governador, Adriano, o nosso abraço e a nossa gratidão. Relembro aqui aquele primeiro instante, quando brotou a perspectiva, a possibilidade da Bolsa Reciclagem. Eu e o deputado André Quintão ligamos para o governador Anastasia, que, de pronto, imediatamente, a acolheu com muita ternura e muito carinho. É bom saber que Minas tem sido conduzida por esse notável ser humano, que, como cada um de nós, sempre acreditou e continua acreditando na capacidade das pessoas simples de realizar coisas extraordinárias. Quero saudar o Exmo. Sr. secretário de Estado de Trabalho e Emprego, José Silva. Obrigado, José, pela presença. É um grande companheiro, abraçando permanentemente as causas sociais.

Já falei do deputado André Quintão e repito aqui: brilha nesta Casa. Ele tem uma história de muita afetividade, de muita intimidade com cada um de vocês. O André é PT, e eu, toda a vida, fui PSDB. Agora, estou emprestado ao PP, que é o partido dos Pinheiros, e não o Progressista. Mas digo que é bom, pois estamos na vida pública para quê? Para mudar a vida de vocês; para mudar a vida das pessoas mais carentes, muitas vezes, deserdadas da sorte. Estamos aqui para construir um futuro mais fraterno. Eu e o André estamos comungando dos mesmos propósitos, dos mesmos ideais e sonhos. Por isso, nossa caminhada tem sido abençoada. Portanto, deputado André Quintão, receba nosso carinho, nosso abraço, nossa admiração, nosso aplauso. Todas as palavras serão poucas para retratar a admiração que este simples empregado dos mineiros devota à sua pessoa, à sua carreira, à sua trajetória.

Quero também saudar uma mulher atuante. Aliás, eu disse que não inicio reunião sem a presença de uma mulher na Mesa. Disse isso ao deputado André Quintão. Isso é determinação da deputada Maria Tereza Lara. A deputada Luzia Ferreira está aqui nos abrilhantando, e sou muito grato por isso. Ela tem realmente construído uma página maravilhosa na história desta Casa. Quero saudar o Exmo. Sr. Paulo Cesar Vicente de Lima, coordenador de Inclusão e Mobilização Sociais, representando o Ministério Público do Estado. Obrigado, Paulo Cesar. Obrigado mesmo, de verdade. Quero saudar o Sr. Luiz Henrique, coordenador do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais. Valeu, Luiz, parabéns. Vamos em frente. Ainda há muito trabalho pela frente. Quero saudar o Exmo. Sr. Eduardo Generoso, assessor para assuntos interinstitucionais da Defensoria Pública de Minas Gerais. Obrigado, Eduardo. Transmita o nosso abraço muito fraterno à Andréa Garzon. Quero saudar a Sra. Ana, vice-presidente do Servas, essa moça supersimpática, alegre e espontânea, que tem feito um trabalho de enorme valor ao lado desta outra mulher idealista e abnegada, Andrea Neves. Leve o nosso abraço fraterno à Sra. Andrea Neves. Aliás, a Andrea tem um carinho especial por vocês. Portanto, é bom saber que a Andrea tem tido um papel decisivo em nossa caminhada e na caminhada de Minas. Ela tem sensibilidade



aguçada e preocupação muito grande com a vida de vocês, com a vida dos mineiros e das mineiras. O nosso abraço superespecial a ela.

Quero saudar a Sra. Zuleika, presidente da Feam. Dra. Zuleika, somos muito gratos a você pelo carinho, pela atenção e pela lucidez de suas ações. Quero saudar o José Aparecido Gonçalves, diretor executivo do Centro Mineiro de Referência em Resíduos - CMRR. Eu não conheço, deputado Antônio Carlos, o Sr. José Aparecido Gonçalves. Vocês o conhecem? Eu conheço é esse moço aqui, o Cido. Que ser humano! O Cido é maravilhoso. Um ser humano abençoado, que veio à vida terrena para servir, para fazer o bem. Ele é espontâneo, dedicado, solidário, sempre destilando esse seu fraternal amor. Cido, isto aqui é obra sua. Essa conquista tem sua mão, seu carinho, seu amor, seu coração. Obrigado, de coração, Cido. É bom saber que você está cuidando dos mineiros, das mineiras, deste povo bom, com muito carinho, com muita fé e com muita religiosidade. Outro dia, na cidade de Jequitinhonha, disse ao Deivid, ao lado da Andrea Neves, que deveríamos tirar xérox do Cido, Bretas, e ir passando essa xérox para o Estado e para o Brasil afora, porque o Brasil precisa de gente assim. É verdade. O Brasil precisa de pessoas sensíveis, que querem servir e ajudar e também que têm vontade de fazer. O Cido é um dos grandes responsáveis por este momento.

Quero também abraçar a Maria Madalena, mulher guerreira, valente e líder do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais, que nos deu uma bela lição e oração. Aliás, ela sempre nos inspira com sua lucidez, com sua inteligência e com sua sabedoria. Maria Madalena, já disse que sua voz é nossa voz. Esteja certa disso. Quero saudar ainda a D. Geralda e o José Cláudio. Bretas, você ficou atento às manifestações do José Cláudio? Vamos buscá-las e absorvê-las. Quero abraçar todos os catadores, as senhoras e os senhores da imprensa e os trabalhadores da Assembleia. José Cláudio, estamos aqui para ouvir e aprender. Sou um simples empregado e estou aqui para traduzir, em realidade, o desejo e o sonho de vocês. Sempre digo que os seus sonhos são os nossos sonhos, os sonhos do André, do governador Anastasia, da Aninha e do Cido. É verdade. Estamos na vida pública como empregados de vocês para fazer o melhor. Vida pública boa é aquela em que existe coragem e, acima de tudo, que é agasalhada do sentimento de generosidade, carinho, fraternidade e solidariedade. Aliás, o papa Francisco tem nos ensinado isso incansavelmente. Abraçar o futuro é isto: praticar, cultivar e globalizar, deputado Tony, esses sentimentos, amigo Tião Costa, de carinho, de fraternidade e de generosidade. É assim que iremos mudar a vida das pessoas.

Já estou na Casa do povo há quase 20 anos. Que aprendizado. Que aprendizado fabuloso. A minha família é modesta, mas foi abarcada muito cedo pelo sonho de fazer da vida pública um belo instrumento de transformação. Foi assim com o meu saudoso pai, que foi vereador e prefeito; com meu irmão Toninho Pinheiro, que foi prefeito três vezes e hoje é deputado federal. Somos tão devotados à vida pública desde que seja exercida com decência e dignidade, que o prefeito mais jovem de Minas Gerais é o meu sobrinho, Pinheirinho, com 20 anos. Acredito mesmo no exercício da vida pública, desde que seja feito e cultivado de forma nobre. Este momento de hoje, que estamos celebrando, quero dedicar a cada um de vocês, que são os responsáveis. Afinal, isso é obra de vocês, porque os seus sonhos são os nossos sonhos e, como empregados, estamos aqui para traduzir em realidade as suas demandas, as suas inquietações.

Relembro aqui, André Quintão, com alegria e com emoção de verdade, o momento em que assumimos a Presidência da Assembleia. A nossa primeira atitude foi andar por Minas, conversar com o mineiro, acima de tudo, com o mais pobre, aquele que mais precisa do poder público. Fizemos diversos encontros pelo Estado de Minas Gerais. Relembro com o coração cheio de emoção aqui, neste tapete vermelho, diversas pessoas, 400, 500 de todos os cantos, de todos os rincões, de todos os recantos de Minas, vindo para cá para fazer prevalecer a sua voz, o seu desejo, o seu sonho. E, naquele momento, relembro aqui as pessoas com lágrimas no rosto, mas eram lágrimas de felicidade, de alegria e de esperança porque, pela primeira vez, estavam identificando que a sua atuação, a sua luta, a sua peleja estavam tendo sintonia com a Casa Parlamentar. Aquilo para mim foi um momento raro e significativo. Essas lágrimas acabaram se transformando nisto que hoje estamos celebrando e comemorando: a Bolsa Reciclagem.

É fantástica a Bolsa Reciclagem. Falei ali com a imprensa que só temos um caminho: avançar cada dia mais, evoluir cada dia mais. Se hoje são quase 60 associações e cooperativas, amanhã serão 70, 80, 90. Se são 1.100 catadores, amanhã serão 1.500, 1.800, 2.000, porque o espírito da Bolsa Reciclagem é fantástico, é genial. Vejam só a sua proposta, a sua missão. Ela dá emancipação a vocês, dá dignidade cívica, dá alegria, promove a inclusão social e a inserção na cadeia produtiva, gera emprego e se apresenta como um instrumento fabuloso para quê? Para erradicar a miséria, e essa é uma missão de cada um de nós. Estamos aqui para acabar com a miséria, até porque nenhum ser humano atingirá a felicidade se o próximo não tiver uma vida digna, uma vida boa, uma vida justa. É para isso que estamos aqui, sobretudo aqueles que têm responsabilidades maiores.

O que vale eu estar aqui na Presidência da Assembleia, amiga Madalena, se eu não tiver oportunidade, com meu esforço, com meu suor e sacrifício, de levar às pessoas paz social, alegria e felicidade? Por isso digo a vocês que este certamente é o momento mais significativo dessa minha pequena trajetória política.

Portanto, quero agradecer a cada um de vocês a oportunidade de partilhar desse momento fantástico. Essa vida de vocês é muito nobre, muitas vezes incompreendida, mas, agora, por essas atitudes concretas, valorizada, prestigiada por todos nós, pelo governo de Minas, pelo Anastasia, pelo André Quintão, pelo Cido, por esse mutirão do bem que se apresenta aqui. É dessa maneira, amigos e amigas, que iremos construir um estado melhor e mais fraterno. Sempre digo e repito aqui que a felicidade, amiga Aninha, sabe para quem aparece. Ela aparece para aqueles que choram, para aqueles que se machucam, mas, sobretudo, para aqueles que buscam e tentam sempre. Vocês são exemplo dessa luta, dessa peleja e desse sonho maior de construir uma sociedade melhor, mais irmã, mais justa, mais cristã e mais solidária. Um beijo no coração e obrigado por me concederem a oportunidade de partilhar deste momento tão lindo, que haverá de me inspirar para ser na vida cada dia mais tolerante, mais generoso e, acima de tudo, caridoso com o semelhante e com o próximo.

Essa é a beleza da vida. Que Deus abençoe vocês! Paz, saúde e alegria! Não se esqueçam de que agora mesmo haverá o almoço para todos nós. Quero ver se o André Quintão e o Cido nos ajudarão a pagar esse almoço, porque eles são muito econômicos. Valeu! Um beijo no coração! Obrigado!

Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, ouviremos mais uma apresentação do Trio Amadeus, interpretando a música *Erin Shore*, canção medieval de domínio público.

- Procede-se à apresentação musical.

O locutor - O presidente Dinis Pinheiro convida todos os presentes para a solenidade de Hasteamento da Bandeira, que ocorrerá ao término deste evento.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 64ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/11/2013

Presidência do Deputado Duarte Bechir

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Paulo Guedes - Entrega de Placa - Palavras do Sr. Fernando César dos Santos - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Duarte Bechir - Paulo Guedes - Rômulo Viegas.

Abertura

O presidente (deputado Duarte Bechir) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Rômulo Viegas, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Fernando César dos Santos, presidente da Associação dos Músicos da Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais; a Exma. Sra. Fernanda Medeiros Azevedo Machado, presidente da Fundação Clóvis Salgado; e os Exmos. Srs. Marcelo Ramos, maestro titular da Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais; e deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Gostariamos de registrar o recebimento de mensagens enviadas pelos Exmos. Srs. senadores Aécio Neves e Zezé Perrela; e pelos deputados federais Padre João e Marcos Montes, parabenizando o deputado Paulo Guedes pela iniciativa da homenagem à Orquestra Sinfônica de Minas Gerais e justificando sua ausência em razão de compromissos agendados previamente.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Quinteto Ventos Gerais, formado pelos músicos Sandra Alves, na flauta; Gustavo Napoli, no oboé, Walter Júnio, no clarinete; Vito Duarte, no corniglês; e Washington Vitalino, no fagote.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Paulo Guedes

Cumprimento o Excelentíssimo Sr. deputado Duarte Bechir, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e presidindo, com muita honra, esta cerimônia; o Sr. Fernando César dos Santos, presidente da Associação dos Músicos da Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais; a Sra. Fernanda Medeiros Azevedo Machado, presidenta da Fundação Clóvis Salgado; o Sr. Marcelo Ramos, maestro titular da Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais; e o Dr. Heder Lafeté, que foi advogado da orquestra quando da nossa luta pelo não fechamento dessa importantíssima instituição.

Senhoras e senhores, esta é uma noite muito especial, que merece ser comemorada por todos os mineiros. A Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, que esteve ameaçada de privatização e até de acabar, hoje comemora 37 anos. Não fosse a bravura e a persistência de seus músicos e do regente, esse corpo artístico poderia estar hoje apenas na nossa lembrança e na história. Mas não: a orquestra está viva e é considerada uma das mais importantes do País. Continua a brilhar nos palcos de todo o Brasil e agora, com muito orgulho, é patrimônio histórico e cultural de Minas Gerais.

É inevitável que os reflexos daquela tentativa selvagem de privatização contra a orquestra ainda estejam presentes na vida de vocês e de todos os que acompanharam a luta dos músicos. Em 2007, o governo de Minas quis esfacelar esse nosso patrimônio, transformando-o numa Oscip. Foi a garra de vocês que garantiu a permanência do corpo musical, a estabilidade dos integrantes como servidores públicos e também o nome da orquestra vinculado ao Estado. Aos músicos guerreiros que resistiram à mudança, um agradecimento especial em nome de toda a população de Minas Gerais.

Sinto-me orgulhoso por ter contribuído com o pouco que pude para que esse caminho de sucesso não fosse interrompido. No início deste ano, conseguimos aprovar a Lei nº 20.628, de minha autoria, que declara a orquestra sinfônica patrimônio histórico e cultural de Minas Gerais.



Além de valorizar a importância do grupo como difusor da cultura no Estado, a lei protege a Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais de eventuais mudanças na política cultural e garante a obrigatoriedade de sua manutenção pelo governo. Por isso, queremos hoje coroar mais essa importante conquista.

É preciso também reconhecer o trabalho dos que ergueram essa orquestra, cuja importância é tão grande quanto a de outros que ficaram como personagens históricos na evolução da cultura de nossas Minas Gerais. Difundir a música clássica e democratizar o acesso de diversos públicos a esse gênero musical é uma missão que merece todo o nosso respeito e reconhecimento. Pela sua história e excelência de seus componentes, a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais é, antes de tudo, um patrimônio imaterial do nosso estado. Está nas nossas mãos preservá-la.

Finalizo minhas palavras com a frase do filósofo alemão Friedrich Nietzsche: “sem música, a vida seria um erro. Sem música, a vida não faria sentido”. Portanto, vamos valorizar a nossa música! Vamos valorizar os nossos artistas! Parabéns a todos os integrantes da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais!

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o deputado Duarte Bechir, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao músico e presidente da Associação dos Músicos da Orquestra Sinfônica do Estado de Minas Gerais, Sr. Fernando César dos Santos, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: “Criada em 1976, a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais - OSMG -, corpo artístico gerido pela Fundação Clóvis Salgado, é uma das grandes orquestras de nosso país. Além de atuar na temporada de óperas da fundação, a OSMG se apresenta em eventos em todo o Brasil, no intuito de difundir e democratizar o acesso dos diversos públicos à música de boa qualidade. Em seu eclético repertório, inclui desde o clássico tradicional, como balés, concertos, sinfonias e obras sacras, até as mais significativas composições da música popular brasileira. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais pelos seus 37 anos de existência e a parabeniza por seu reconhecimento, neste ano, como patrimônio cultural de Minas Gerais”.

O presidente - A presidência convida o ilustre deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, para que também possa fazer a entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Fernando César dos Santos

Boa noite a todos. Cumprimento o presidente, os demais membros da Mesa, as senhoras e os senhores.

Os músicos da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, aqui representados pela sua associação, a Amos-MG, nos sentimos honrados em receber juntamente com vocês esta homenagem pelo reconhecimento dessa orquestra como patrimônio cultural de Minas Gerais. Trata-se de um projeto de autoria do nosso amigo deputado Paulo Guedes. Nesta noite também estamos comemorando 37 anos de existência de nossa orquestra e a realização do concurso público para reestruturação da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, e aguardamos a efetivação dos aprovados agora no início de janeiro.

Vou falar um pouco da história do movimento sinfônico em Minas Gerais. O movimento musical sinfônico em Minas Gerais, do qual fazemos parte, tem seu começo no início do século XX, quando foi criada a Sociedade de Concertos Sinfônicos. De lá para cá houve mudanças de denominação, desdobramentos, mudanças de mãos sobre a gestão, até que, em 2/9/1976, foi criada pela Lei nº 6.862, de autoria do então governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, que fez seu concerto inaugural em outubro de 1977. A partir de então ela tem tido uma atividade ininterrupta até os dias de hoje.

Porém, em 2006, quando ouvimos pela primeira vez a proposta de sua transformação em Oscep e também ouvimos falar que a orquestra se encontrava estagnada e anacrônica, não tínhamos ideia do que iríamos passar. Costumo dizer que só Deus e nós, músicos, que ficamos no modelo de gestão estatutário, é que sabemos o que se passou. Foi um momento muito difícil, quando até músicos adoeeceram. Sempre me lembro disso porque tenho colegas que ainda estão se recuperando. Mas crises acontecem para que em seu fim duas coisas aconteçam: o objeto da crise se acabe ou se supere. Em nosso caso, a orquestra se superou, se renovou com os esforços dos companheiros, com a garra e com o espírito de luta.

A Orquestra Sinfônica de Minas Gerais é um dos corpos artísticos geridos pela Fundação Clóvis Salgado e é considerada - como já disse o deputado - uma das grandes orquestras do País. O repertório interpretado pela orquestra inclui desde clássicos tradicionais, como balés, concertos, sinfonias e obras sacras, até a mais significativa música popular. A orquestra também apresenta concertos *pop* de grande sucesso, uma ideia do maestro Roberto Tibiriça, aqui presente.

Recentemente, comemorando o bicentenário de Giuseppe Verdi, foi encenada com sucesso de público e de bilheteria a ópera *Um baile de máscaras*.

Aproveito também para convidá-los para o concerto *Nona Sinfonia de Beethoven*. Vai haver ainda uma récita extra no domingo, 1º de dezembro. Ver o sucesso tanto da ópera quanto da *Nona Sinfonia de Beethoven* nos orgulha muito, com todos os ingressos já vendidos. Estava pensando em casa, antes de vir para cá. Faz quase oito anos, mas o tempo passa tão rápido que pensamos que foi ontem. Naquela época, ficamos um pouco para baixo, porque, como funcionários, fomos questionados se éramos capazes de fazer isso. Hoje estamos vendo uma grande ópera e a *Nona Sinfonia* com os ingressos todos esgotados. Só por isso já valeu a pena a luta. Fico muito feliz por estar aqui.

Finalmente, quero agradecer a todos os músicos da orquestra sinfônica, aos companheiros e advogados. Tenho uma lista enorme de agradecimentos a pessoas que acreditaram na orquestra. Nós mesmos, com o tempo, fomos pegando fé em tocar e mostrar que podíamos. Passado esse tempo todo, a gente cresceu, se desenvolveu e foi para um outro patamar. As crises são para isso, para procurarmos um caminho e tentar superá-las. Superando, ficamos melhor do que antes.

Gostaria de pedir licença à Mesa para quebrar o protocolo. Gostaria de fazer uma homenagem ao maestro Carlos Prates, grande maestro de Minas Gerais. Ele foi um dos que, no momento da crise, defendeu a orquestra, veio à Assembleia em uma audiência pública e deu o seu testemunho. Estávamos até conversando na comissão sobre chamá-lo para fazer esta homenagem já que estava



com a data marcada. Mas ele morreu no dia 28 de outubro. Pensei: puxa vida, conversamos no maestro, e ele faleceu. Então gostaria de prestar uma homenagem ao maestro Carlos Prates, grande homem e músico, que lutou pela música de Minas. Estava pesquisando e a primeira audição da *Nona Sinfonia de Beethoven* em Minas Gerais, Belo Horizonte, foi ele quem a regeu. Neste momento, gostaria de pedir a Sandra, musicista da orquestra sinfônica, para entregar um buquê de flores a Ana Chimit, representando a viúva Haydée Ulhoa Cintra, em agradecimento ao maestro Carlos Prates. Obrigado.

- Procede-se a entrega de flores.

O Sr. Fernando César dos Santos - Agora quero agradecer a algumas pessoas: Nenega, ex-funcionária da Fundação Clóvis Salgado; Renato Barros, do Sind-Saúde; Eny Carajá, do Sind-Saúde; Dr. Heder Lafeté e Dra. Cyntia Lafeté, nossos advogados; Kerison Lopes, assessor do prefeito de Contagem; Carlin Moura, prefeito de Contagem, que nos ajudou; vereador Gilson, que também nos ajudou; deputado federal Weliton Prado, na época deputado estadual; ao deputado Elismar Prado; ao deputado Sávio Souza Cruz; ao deputado Weliton Prado, hoje deputado federal, na época, estadual; ao deputado Fred Costa, na época, vereador; à deputada federal Jô Moraes; ao professor da universidade federal Lucas Bretas, que esteve também na audiência defendendo a orquestra; ao Prof. Mário Mascarenhas, *in memoriam*, que também esteve aqui defendendo a orquestra; e ao Carlão, da assessoria da Minoria. Muito obrigado e boa noite.

Palavras do Presidente

Sr. Presidente da Associação dos Músicos da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, Fernando César dos Santos; presidente da Fundação Clóvis Salgado, Fernanda Medeiros Azevedo Machado; maestro titular da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, Marcelo Ramos; deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; ilustres convidados, senhoras e senhores. Saudamos a gente querida de nossa Minas Gerais que, através da TV Assembleia, nos prestigia em seus lares em todo o Estado. Deputado Paulo Guedes, esta homenagem à Orquestra Sinfônica de Minas Gerais representa o reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, da enorme importância desse grupo musical que constitui um dos maiores patrimônios culturais do Estado.

A cultura é parte indispensável da vida social, e a arte, especialmente a música, configura um fator de humanização altamente civilizador, que preserva e fortalece a comunicação entre as pessoas. Percebemos que a música está em toda parte, dando sentido à nossa vida cotidiana. Ela integra atividades tão diversas como ninar crianças, dançar, contar histórias, comemorar eventos, entreter, curar e rezar.

Conhecida e praticada desde a pré-história, provavelmente a partir da observação dos sons da natureza, a música, em seu longo processo evolutivo, confunde-se com o próprio desenvolvimento da inteligência e da cultura humanas.

A palavra com a qual a designamos tem origem grega e significa “a arte das musas”, aludindo a detalhes de criação e *performance* que levaram à construção de uma elaborada arte de representação e espetáculo.

Já a palavra “orquestra”, também grega, designa, no seu uso inicial, um lugar, aquele situado no teatro entre o palco e a plateia, onde evoluía o coro da tragédia helênica. Assim, as formações musicais instaladas nesse lugar tomaram o nome de empréstimo, tornando-se uma das mais completas invenções artísticas.

As orquestras organizaram-se por volta do século XVII, fixando a sua formação apenas no século XVIII, enquanto no século seguinte se tornaria comum a figura do maestro, ou regente. Ao longo desses séculos de aperfeiçoamento, tornaram-se um dos mais fortes compromissos estéticos entre o individual e o coletivo.

As orquestras sinfônicas hoje constituem verdadeiras instituições culturais, tendo adquirido sua legitimidade em decorrência da permanência e da estabilidade de seus componentes, responsáveis pela transmissão de um saber e de valores artísticos.

Gerida pela Fundação Clóvis Salgado, nossa sinfônica foi criada em 1976, por iniciativa do governador Aureliano Chaves. Conhecida nacionalmente, vem difundindo, especialmente nas cidades do interior, a música erudita e democratizando o acesso de diversos públicos à sua fruição. Seu repertório abrange balés, concertos, sinfonias e obras sacras, mas também música popular, com o projeto Sinfônica Pop.

Outras iniciativas para favorecer o acesso de novos públicos à música erudita abrangem, entre outros, os projetos Sinfônica no Museu, realizado no Museu Inimá de Paula, e Concertos no Parque, que acontecem no Parque Municipal desde 1998.

Na programação anual da orquestra, são também homenageados grandes compositores, como Wagner, Mozart, Rossini, Beethoven, Bach e Chopin.

Entre seus regentes, figuraram os maestros Wolfgang Groth, Sérgio Magnani, Carlos Alberto Pinto da Fonseca, Afrânio Lacerda e Roberto Tibiriçá.

Atualmente, o regente titular é o maestro Marcelo Ramos, e o regente assistente é o maestro Gabriel Rhein-Schirato, que seguem a tradição de trabalho de seus antecessores, executando uma música erudita com alta qualidade, ao mesmo tempo em que se empenham em difundi-la para plateias mais amplas.

Caro deputado Paulo Guedes, esta homenagem que V. Exa. propicia traz orgulho a esta casa, preocupada não apenas em legislar, representar e fiscalizar, mas em trazer ao público o melhor de nossa cultura, priorizando nossa identidade e nossa história.

Parabéns a todos. E em nome do presidente, o nosso muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Quinteto Ventos Gerais, que apresentará as músicas *Coletânea Milton Nascimento*, com arranjo de Duda e transcrição de Gustavo Napoli, e *Taquito Militar*, de Mariano Moraes, com arranjo de Carlos Visnivetski.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Essa é a nossa Minas Gerais, muito rica, que está aí para todos conferirem.

Ao caminhar para o encerramento desta reunião, gostaria de manifestar a minha alegria por haver presidido esta homenagem em nome do nosso presidente Dinis Pinheiro, que, com certeza, gostaria de estar aqui presente. Em nome de toda a Casa, parabênizo a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais e o ilustre deputado Paulo Guedes, pela criatividade, pelo comprometimento, pela sua visão ao



brindar-nos com esse requerimento, que preenche esse espaço da Assembleia Legislativa, que é o poder e voz do cidadão. Parabéns, deputado Paulo Guedes, pela homenagem justíssima prestada à Orquestra Sinfônica de Minas Gerais.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 25, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/11/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; questões de ordem; discurso do deputado Sávio Souza Cruz; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento dos deputados Lafayette de Andrada e Sávio Souza Cruz; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.647/2013; requerimento do deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; discurso do deputado Sávio Souza Cruz; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaque; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1 e 10; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 2 a 6, 8 e 9; rejeição; discurso do deputado Rogério Correia; votação nominal da Emenda nº 7; rejeição; Declarações de Voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 20h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Neider Moreira, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, o deputado Sávio Souza Cruz, que disporá de 3 minutos.

Questões de Ordem

O deputado Sávio Souza Cruz - E se a leitura não tivesse sido terminada? Indago à assessoria, questão de ordem: se a leitura da ata levar mais de 15 minutos, a ata já fica rejeitada liminarmente?

O presidente - A ata é considerada aprovada porque ela não é votada. O art. 24 do Regimento Interno diz o seguinte: "Abertos os trabalhos, o 2º-secretário fará a leitura da ata da reunião anterior, que o presidente considerará aprovada independentemente de votação, ressalvada a retificação".

O deputado Sávio Souza Cruz - Mas como? Assim estará suprimindo do Plenário a possibilidade de se manifestar sobre a ata. Basta que alguém faça a leitura, mas não é o caso do deputado Neider, e demore nela, impedindo que o Plenário se manifeste sobre ela. Então peço a V. Exa. que suspenda os trabalhos para formarmos um juízo, porque há um princípio em exegese - o deputado Sargento Rodrigues há de concordar - de que qualquer interpretação de texto que conduza ao absurdo deve ser rejeitada. Se o texto está tendo essa interpretação, de que, vencido o prazo, ainda que o Plenário queira rejeitar ou reparar a ata, mas fica tolhido esse direito, essa interpretação tem de ser rejeitada por conduzir ao absurdo. Então solicito a V. Exa. que interrompa os trabalhos para formarmos um juízo sobre esse dispositivo.

O presidente - Qual é a retificação que V. Exa. quer que seja feita na ata? Com a palavra, para discutir a ata, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz - Precisamos retificar, porque a ata não está manifestando o problema que os professores estão vivendo: o reajuste dos servidores, as emendas apresentadas pelo Bloco Minas sem Censura. Aliás, V. Exa. e outros deputados se sensibilizaram, porque querem permitir que os professores tenham acesso à merenda escolar, permitir que os professores tenham reaberta a possibilidade de opção pelo vencimento básico ou pelo subsídio e permitir que os futuros reajustes do piso nacional de salário sejam automaticamente incorporados ao subsídio. Essas são emendas da maior relevância e que deveriam constar nessa ata, independentemente de terem sido tratadas, porque é fundamental que os professores saibam o que está acontecendo. Não é possível que os professores não tenham o direito ao acesso a essas informações tão relevantes e que devem constar na ata, Sr. Presidente.

O presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, e não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questão de Ordem

O deputado Sávio Souza Cruz - Peço a V. Exa. que suspenda os trabalhos por alguns instantes para formarmos júízo.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 40 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente - Vem à Mesa requerimento dos deputados Lafayette de Andrada e Sávio Souza Cruz em que solicitam a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 4.647/2013 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.647/2013, do governador do Estado, que reajusta o subsídio das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 2 a 9 e pela aprovação da Emenda nº 10, que apresenta ao Substitutivo nº 1. Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a votação destacada da Emenda nº 7. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e os professores que nos acompanham nas galerias.

Vamos começar agora a votação de um projeto que concede um reajuste de 5% na carreira dos professores. Isso significa um reajuste em torno de R\$70,00. É o que está em jogo. O Bloco Minas sem Censura, acrescido de alguns deputados, procurou apresentar algumas emendas para tentar amenizar um pouco o que tem sido a verdadeira *via crucis*, o calvário, em que se transformou a vida dos professores mineiros nesta quadra da vida política de Minas Gerais.

Nos últimos governos, os professores só têm perdido. Perderam o direito à carreira, o direito de progredir na sua função, o estímulo a melhorar a sua formação e continuaram perdendo. Perderam o respeito pelo governo que descumpriu solenemente o compromisso firmado de deixar aberta a opção entre o vencimento básico e o subsídio.

Perderam a esperança de dias melhores, e estão em via de perder o fundo de aposentadoria, o Funpemp, em que o governo vai meter a mão para tapar os seus buracos, o rombo que foi criado no Estado, quebrado pela campanha presidencial do senador Aécio Neves. Eles continuam perdendo os sonhos, a previdência, a carreira, e até - pasmem, deputadas, deputados, mineiros! - o direito de se alimentarem na escola.

Até o direito do servidor da educação à merenda escolar foi perdido nesta quadra da vida mineira. O que os deputados do Bloco Minas sem Censura com mais alguns deputados propõem, para minimizar, para minorar um pouco esse calvário, essa *via crucis*, dos servidores da educação, são medidas simples. Eles propõem, por exemplo, que seja aberta a possibilidade de os professores comerem. Veja bem, depois de 10 anos de “déficit zero, choque de gestão, PIB da China, Minas Avança, Minas na frente, Minas dá o rumo, Minas dá o caminho”, estamos aqui propondo o direito básico de os trabalhadores da educação comerem. Não estamos discutindo se eles têm direito a férias em Cancún ou se têm direito a iate. Não, estamos propondo o direito dos trabalhadores da educação, professores, cantineiros, secretários, de poderem comer.

Na comissão, lembrei o furto famélico. O nosso ordenamento jurídico consagra o direito de quem está em estado de necessidade até furtar para se alimentar. Essa é a situação dos servidores da educação em Minas Gerais. Eles não têm condição de se servir, principalmente nas grandes cidades, nos *self-services*. Não têm condição de levar marmita e também não têm prazo, pela falta de mobilidade na cidade, de almoçar ou jantar em casa, porque o outro turno começa na sequência. E agora lhes negam o direito de comer.

Então propõe o Bloco Minas sem Censura abrir, reabrir a possibilidade de as pessoas comerem, deputado Caixa. Propõe, por exemplo, que seja dada anistia aos servidores que foram punidos por terem participado da greve, conforme compromisso expresso do governo do Estado e desta Casa, que foi firmado também pelo presidente da Casa, mas foi descumprido pelo governo e pela Casa. E agora as emendas propõem seja cumprido esse compromisso de anistiar, o que não significa nenhum custo para o Estado. Em outra emenda, propõe-se a reabertura da possibilidade de opção entre o vencimento básico e o subsídio. Compromisso expresso, assinado pelo governo, na pessoa do secretário Danilo de Castro. O deputado Adalclever Lopes, com sua experiência, já alertava esta Casa para o fato de que a assinatura do secretário Danilo de Castro vale menos que um risco na água. E ele estava certo. Descumpriu o governo o compromisso que assumiu verbalmente e por escrito e que foi assinado pelo secretário.

Propõem os deputados do Minas sem Censura e outros que assinaram as emendas que seja dada a chance ao governo de honrar seus compromissos. Que seja dada ao secretário Danilo de Castro a possibilidade de não passar para a história como o secretário que não honra sequer o que assina. É isso que se propõe.

Propõem ainda os deputados do Bloco Minas sem Censura, enfim, que esse calvário seja minimizado. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não se trata aqui de elevado impacto, não há nada disso.

A outra emenda que apresentamos e que inclusive foi destacada, a Emenda nº 7, propõe que o reajuste do custo por aluno que ocorrer no futuro seja automaticamente repassado aos servidores, a fim de garantir que continuem recebendo pelo menos o piso em seus subsídios. Se isso for negado, será uma confissão expressa de que o governo quer se apropriar de forma indébita do recurso que o governo federal repassa por meio do Fundeb e que é corrigido por esse índice. Ou seja, o governo estadual recebe a correção e não pode repassá-la aos servidores com o mesmo percentual? Por que não pode? O governo pretende ficar livre para descumprir ainda mais o piso? Nem no subsídio valerá o piso? Se é isso o que ele quer, que diga então.

Faço um apelo aos deputados de Minas Gerais. Os senhores e as senhoras não acham que os servidores da educação têm direito a comer? Não acham que eles têm o direito de optar pelo vencimento básico ou pelo subsídio? Não acham que aqueles servidores que lutaram por seus direitos têm o direito de ser anistiados sem um centavo de custo para o governo? Os senhores e as senhoras pensam isso de fato? Que cada um faça um exame de consciência e pense com o compromisso maior não de fazer tudo o que o seu amo manda, não de ser o mais subserviente, o mais sabujo, o mais obediente às ordens emanadas de não se sabe bem ao certo onde no governo. Conhecidos os teores e significados de cada uma das emendas, quero fazer um apelo. Que possamos estar à altura da expectativa dos mineiros, que possamos, de fato, praticar o que todos já falamos em discursos os mais variados pelos quatro cantos de Minas Gerais: a educação tem de ser prioridade, os servidores têm de ser valorizados, os professores não podem ser tratados com desprezo e descaso, até de forma hostil, como vem ocorrendo nos governos de 2003 para cá. Que possamos aprovar as emendas do Bloco Minas sem Censura. Quero crer que, ao final desta reunião, comemoraremos o grito de independência que esta Casa dará contra os desmandos e as covardias que o governo insiste em praticar contra os servidores da educação. Muito obrigado.

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaque.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

A deputada Rosângela Reis - Sr. Presidente, declaração de voto. Meu voto é “sim”.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, pela ordem. Meu voto é “sim”.

O deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Fred Costa - Sr. Presidente, declaração de voto. Meu voto é “sim”.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 58 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaque. Em votação, as Emendas nºs 1 e 10.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 57 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 e 10. Em votação, as Emendas nºs 2 a 6, 8 e 9.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Ivair Nogueira - Liza Prado - Maria Tereza Lara - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duarte Bechir - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Mário Henrique Caixa - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Zé Maia.

O deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, meu voto é “não”.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 25 deputados. Votaram “não” 33 deputados, totalizando 58 votos. Estão rejeitadas as Emendas nº 2 a 6, 8 e 9. Votação da Emenda nº 7. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, lamentar a derrota das emendas, mas por pouco. Isso mostrou que muitos deputados, mesmo não sendo da oposição, sensibilizaram-se com a argumentação que foi feita aqui, não por nós, da bancada da oposição, mas principalmente pelos professores e pelo Sind-UTE. Chegamos a ter 25 votos e por pouco não aprovamos o conjunto das emendas. Nós fizemos, e só poderíamos fazer um destaque, que é o que permite o Regimento. Falo em nome de todo o bloco Minas sem Censura, e me permita o Sind-UTE também falar, neste caso, em nome do sindicato, pois essa emenda foi também elaborada a partir de solicitação do Sind-UTE e diz respeito ao reajuste anual dos professores.

Deputados e deputadas, há uma chance real de aprovarmos isso como vimos no Plenário. Isso não dará ao governo do Estado algum custo a mais do que lhe é permitido fazer. E explico o porquê. O reajuste por meio do custo-aluno é dado ao Fundeb. Portanto o governo do Estado recebe todo ano um recurso a mais reajustado conforme o custo-aluno do Fundeb. Então, se o Fundeb teve, no ano passado, 22% de aumento, isso significa que o Estado receberá 22% a mais. Se o Estado este ano tem um reajuste federal de 7,97%, o Estado receberá também 7,97% a mais que no ano passado. O que estamos pedindo é que esses 7,97% sejam, portanto, o reajuste também dos trabalhadores em educação.

Este ano, por exemplo, em vez do reajuste de 5%, estaríamos tendo 7,97%. Chamo a atenção para o fato de que esse reajuste o governo já obteve - vieram para o governo os 7,97%. Quando o governo aplica apenas 5%, está guardando o recurso que era para os professores, ou seja, para outro custo que não aquele salarial para os professores. Nesse sentido fazendo com que haja um arrocho nos trabalhadores em educação. O recurso que ele tem a mais gastará em outras finalidades que não o reajuste da educação. Não é justo o que o governo tem feito.

Para o ano que vem é a mesma coisa. Haverá o reajuste custo-aluno que será repassado para Minas Gerais, e o governo economizará no salário dos professores não concedendo o reajuste global que o Estado de Minas Gerais já recebeu. Essa é a questão para a qual quero chamar a atenção dos deputados e das deputadas. O governo está fazendo algo que é inexplicável para as nossas bases no interior do Estado e na capital, ao dizer que estamos votando para que ele, em vez de conceder o reajuste que já ganha, arroche o trabalho da professora e do professor.

Depois, durante a campanha eleitoral no ano que vem, quero ver como um candidato explicará que permitiu ao governador fazer um reajuste menor que aquele que o governador recebeu do próprio governo federal, por meio do repasse do Fundeb. Não estou querendo dizer com isso que o governo federal é santo e bonzinho. O recurso do Fundeb também é feito através de um conjunto de impostos que sofreu aumento durante o ano e que possibilitou uma arrecadação maior do governo federal, e ele é obrigado a reajustar o Fundeb porque houve maior arrecadação. O que não pode é o Estado de Minas Gerais, em vez de aplicar um reajuste do custo-aluno, arrochar o salário das professoras.

No ano que vem, todos perguntarão: “qual é a sua prioridade, candidato?”. A resposta será: “a minha prioridade é educação, saúde e segurança”. Para ser educação, saúde e segurança não pode arrochar o salário do professor. Um professor e uma professora estão ganhando muito mal - aliás, não só em Minas. Só que, em Minas Gerais, o governo está com o subsídio arrochando o salário daquilo que seria o piso salarial.

Então peço aos deputados... V. Exas. viram que por pouco não aprovávamos o conjunto da emenda. Se aprovarmos essa, será um aceno desta Casa à importância real que tem a educação pública no Estado.

Acredito que ganharemos essa eleição agora e faremos com que o reajuste seja digno para a professora e o professor do custo-aluno base. Um grande abraço.

O presidente - Em votação, a Emenda nº 7.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adalcleber Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Durval Ângelo - Elismar Prado - Ivair Nogueira - Liza Prado - Maria Tereza Lara - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Mário Henrique Caixa - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Zé Maia.

O deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, meu voto é “não”.

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, o deputado Duarte Bechir vota “não”, por favor.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 22 deputados. Votaram “não” 34 deputados, totalizando 56 votos. Está rejeitada a Emenda nº 7. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.647/2013 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 e 10. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

O deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, o Bloco Minas sem Censura e mais alguns deputados votaram favoravelmente àquelas emendas que, como anunciamos durante sua discussão, poderiam minimizar a situação de penúria em que se encontram os servidores da educação de uma maneira geral e, em particular, os professores. Se serve de alento que chegamos a conseguir 25 votos na primeira votação do bloco das emendas, por outro lado há de se lamentar que a maioria da Casa continue votando de forma cega,



sem reflexão e sem uma avaliação madura daquilo que se está propondo. É simplesmente aquela lógica do “tudo que seu amo mandar faremos, sim, senhor.”

Gostaria de registrar a importante participação do Sind-UTE no encaminhamento das discussões de todas as emendas e daquilo que se podia construir de melhor. Sobretudo, registro a participação intensa do Sind-UTE, que viabilizou colocar esse projeto em pauta. O projeto já estava parado há tanto tempo, impedindo, aliás, que os servidores tivessem esse mínimo reajuste. O governador de direito do Estado de Minas Gerais, Antonio Anastasia - porque o governador, de fato, continua sendo o senador Aécio Neves -, anunciou em setembro esse reajuste. Se ele se apressou em anunciar o reajuste pela imprensa, ele só mandou a mensagem que o propunha - e ela acabou sendo convertida no Projeto de Lei nº 4.647/2013 - mais de um mês depois. Só no final de outubro ele enviou a mensagem com o reajuste que anunciara em setembro, e com isso os professores não receberam os vencimentos com o reajuste em outubro. Esperamos que possam receber o pagamento de novembro com o reajuste, aliás, retroativo a outubro.

Esse é o nosso registro de reconhecimento da atuação do Sind-UTE, que conseguiu isso. Mas, por outro lado, queremos lamentar, mais uma vez, que a maioria da Casa continue portando-se simplesmente como alguém que homologa as vontades do governo. Simplesmente, aquilo que o governo manda para cá não pode sofrer, ao ver desses deputados, qualquer aperfeiçoamento, nem emendas que não implicavam nenhum impacto financeiro, como é o caso daquela que dava anistia e dessa que programava os futuros reajustes e foi destacada, a Emenda nº 7, com base no Fundep. Nada. Nada diferente daquilo que seu amo mandou esta Casa pode aprovar. É triste o comportamento de uma Assembleia com a história que tem esta Casa, com a história de liberdade que tem nosso Estado de Minas Gerais. Espero que esse início de crescimento dos votos da oposição, que chegou a 25 votos, possa ser apenas um primeiro passo de um grito de liberdade que os mineiros precisam dar. Ele precisa começar justamente aqui nesta Casa.

Compete a esta Casa sair na frente e dar o primeiro grito de independência, o grito de liberdade, resgatando o compromisso da Casa com quem de fato ela jurou à Constituição ter compromisso. E esse juramento que cada um dos deputados fez no início da legislatura não foi o de obedecer cegamente ao governador, não foi de fazer tudo que seu amo mandar. O juramento foi de honrar a Constituição e servir ao povo de Minas. Não serve ao povo de Minas quem trabalha contra a educação, quem conspira contra o magistério, quem oprime os professores.

É essa a minha declaração de voto, Sr. Presidente.

O deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, além de fazer a declaração de voto, agradeço aos deputados que votaram com o nosso bloco da oposição em favor dos nossos servidores de Minas Gerais. Também faço um apelo para que todos os deputados possam cumprir o acordo que celebramos nesta Casa para a derrubada do veto à Emenda nº 24, que redistribuiu o ICMS Ecológico em Minas Gerais, que estará na pauta da reunião de amanhã, às 9 horas, nesta Casa. Peço a todos os deputados que possamos fazer justiça a essas três regiões de Minas, que mais preservaram o nosso meio ambiente, mantendo suas matas intactas, e que não recebem nada por isso. Não é justo que o ICMS Ecológico de Minas Gerais seja distribuído entre os grandes poluidores, como vem acontecendo hoje. Quero aqui fazer esse apelo a todos os deputados. Também peço a todos os prefeitos do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Noroeste e do Mucuri, que estão nos assistindo, para prestigiarem esta reunião, aqui, amanhã, às 9 horas, e que liguem para os seus deputados pedindo a derrubada do veto.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O deputado Elismar Prado - Sr. Presidente, quero simplesmente reiterar o nosso posicionamento sempre muito firme em defesa dos trabalhadores da educação, dos professores e professoras. Sempre votamos favoravelmente às emendas que recebemos dos professores, e que nos foram apresentadas pelo Sind-UTE. Quero parabenizar toda a direção do sindicato, a Beatriz, e todos aqueles que lutaram bravamente por isso. Infelizmente, não alcançamos aqui o nosso objetivo, houve, inclusive, muitos votos fora do Bloco Minas sem Censura, a exemplo do nosso companheiro Alencar da Silveira Jr. Infelizmente, não alcançamos votos suficientes. Quero aqui, simplesmente, reiterar o que sempre falamos sobre o descaso do governo do Estado com a educação em Minas Gerais. Este governo não cumpre a lei federal do piso, recebe transferências de recursos da União, mas, ao contrário de repassar essa transferência integralmente aos professores, a retira deles. Já não bastasse congelar a carreira, com essa famigerada lei dos subsídios, que retirou direitos dos professores, agora corta ainda mais dos recursos direcionados à educação.

Aqui já fizemos todo o enfrentamento, denunciemos, inclusive, um termo de ajustamento de gestão, que o governo do Estado conseguiu que fosse aprovado pelo Tribunal de Contas. Assim, o governo está investindo na educação menos do que manda a Constituição Federal. Investe menos que o mínimo constitucional não só na educação como também na saúde, que é outra área estratégica.

Deixamos registrado aqui o nosso repúdio e agradecemos a todos os pares que contribuíram conosco. Parabenizamos a luta dos professores que vieram aqui às galerias, fazer legitimamente a sua pressão, exigindo que esta Casa se posicione a favor da educação, a favor dos professores e das professoras e de todos os trabalhadores.

Não estou fazendo aqui um debate político. É uma questão de interesse público e de interesse de estado valorizar nossa educação e nossos professores.

Infelizmente, hoje percebemos que não há a mesma motivação de antigamente para que nossos jovens ingressem na carreira do magistério. Isso é lamentável e é um grande prejuízo que nosso país e nosso estado estão sofrendo. Podemos sofrer um verdadeiro “apagão” na educação. Precisamos de professores e professoras, principalmente e acima de tudo, valorizados e com seus direitos respeitados. Infelizmente o que vemos neste estado são palavras não cumpridas e propagandas enganosas feitas com o dinheiro público, com o dinheiro do povo, mostrando, nos meios de comunicação, que temos a melhor educação e o melhor índice de desenvolvimento do Brasil. Infelizmente isso não é verdade. O que encontramos realmente é falta de compromisso deste governo, desde a estrutura física das escolas, onde há problemas gravíssimos, até o descumprimento da legislação federal e o desrespeito aos nossos professores, que não têm sequer acesso à alimentação, à merenda, que, para nós, é uma questão sagrada. Até isso foi retirado, foi negado aos professores.



Quero manifestar nosso posicionamento aqui e dizer que mantivemos o nosso compromisso. E a luta vai continuar. A luta vai continuar até conseguirmos resgatar o mínimo de dignidade dessa categoria que merece muito o nosso respeito.

Quero dizer, presidente, que amanhã estaremos em Uberlândia, numa audiência pública desta Casa, que faz parte de um conjunto de reuniões regionais, para discutirmos o monitoramento de política urbana, na Câmara Municipal de Uberlândia. Na segunda-feira, estivemos em uma audiência pública da Comissão de Cultura, da qual sou presidente, discutindo a implementação do Vale-Cultura, que já começou em todo o Brasil. Quarenta e dois milhões de brasileiros poderão ser beneficiados com esse vale. Há o potencial de atingirmos até R\$25.000.000.000,00 de investimentos na área da cultura, gerando emprego e renda e ajudando nossos artistas. A presidenta Dilma entregou os primeiros cartões do Vale-Cultura em Brasília.

Houve uma adesão importante dos bancários. Quinhentos mil trabalhadores assinaram a adesão ao Vale-Cultura, vão receber esse cartão e utilizá-lo para adquirir CD, DVD, assistir a uma peça de teatro ou a uma sessão de cinema. Isso serve para que o trabalhador brasileiro tenha mais acesso à cultura. É difícil acreditar, mas 80% da nossa população nunca entrou, por exemplo, numa sala de cinema. Precisamos resgatar realmente esse direito e mostrar que a cultura é um direito fundamental da pessoa humana.

Quero parabenizar os professores e lamentar, infelizmente, a derrota das nossas emendas. Obrigado, presidente.

A deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, deputadas e deputados desta Casa, como professora aposentada, pois trabalhei 25 anos em escola pública estadual, quero parabenizar os professores e o Sind-UTE, que, de maneira organizada e pacífica, têm permanecido acampados nesta Casa durante todos esses dias, reivindicando seus direitos legítimos. É importante valorizarmos a educação. Às vezes é muito fácil fazer o discurso de valorização, mas é importante que isso aconteça na prática, através do salário e do pagamento do piso salarial.

Quero dizer também que nossa presidenta Dilma realmente tem valorizado a educação, lembrando que são mais de 4 milhões de alunos no Pronatec, no ensino médio e em cursos profissionalizantes. Isso é muito importante. Vamos perceber isso a médio prazo, pois o resultado da educação não é imediato, ele é feito a médio e a longo prazos.

Então quero deixar registrado nesta Casa que a importância da educação tem de se dar na prática. Também quero dizer que realmente os professores e professoras estiveram aqui durante todo esse período, por isso quero parabenizá-los, assim como o nosso sindicato, o Sind-UTE, por essa luta legítima. Que possamos avançar mais nesta Casa e, na prática, no voto, concretizando essa valorização. Obrigada, presidente.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei a palavra para declarar que votei favoravelmente às emendas que pretendem minimizar o desgaste que os trabalhadores em educação enfrentam em sua carreira. Não tivemos tempo de analisar todas elas, mas, entre aquelas emendas, havia a que propunha o descongelamento da carreira de professores, pois alguns professores fizeram mestrado e doutorado, mas ainda são remunerados como se tivessem licenciatura curta e esperam uma promoção há 10 anos. Ou seja, até hoje acontecem coisas terríveis na carreira dos professores, sem falar no valor muito baixo dos seus salários.

Mas, infelizmente, essas emendas não foram aprovadas. Optou-se, novamente, por manter a orientação do governo do Estado, que é de arrocho salarial, imposto não apenas ao servidor público, mas ao próprio serviço público. A educação tem sido vítima desse governo desde 2003. Esse governo deve à educação pública, como é sempre bom lembrar, cerca de R\$8.000.000.000,00, cujo investimento na área era obrigatório pela Constituição, o que não foi obedecido. Em média, o governo tem feito na educação um investimento em torno de 20%, quando a Constituição o obriga a investir 25%. Assim, o déficit que se acumula de 2003 até hoje é de R\$8.000.000.000,00. É muita coisa! E esse é o valor devido sem que façamos a correção inflacionária ou consideremos a incidência de juros; resulta apenas da soma do valor não investido um ano após o outro. Só com isso, o prejuízo à educação já é de R\$8.000.000.000,00.

Além disso, há o que expliquei na emenda que tentamos aprovar relativa ao reajuste conforme o custo-aluno. O governo do Estado já recebe o repasse com o percentual de custo-aluno incluído a cada ano, em um valor que é acrescentado ao orçamento. Mas, para economizar, dá ao professor um reajuste menor do que o reajuste que se dá ao custo-aluno.

Então, há esse achatamento por parte de um governo que hoje sabemos quebrado, falido. Por incrível que pareça, o choque de gestão levou Minas Gerais à falência. Toda aquela propaganda em torno desse modelo, que é o modelo neoliberal de gestão, ou melhor, de má gestão do Estado, acabou por fazer falir e quebrar o nosso estado. Essa grande ideia do senador virou o maldito choque de gestão, que levou Minas Gerais à falência. E a falência do Estado foi de tal ordem, que hoje o governo precisa rapar o tacho para ver se acaba sua gestão sem mostrar ao Brasil a realidade de Minas, que é a de um estado quebrado.

Quero dizer aos educadores que saíram entristecidos daqui e aos que, de sua residência, também ficaram tristes com a rejeição das emendas, que, infelizmente, o próximo passo do governo também será ruim e, nesse caso, não atingirá apenas os trabalhadores da educação, mas todo o serviço público e os servidores públicos: o governo prepara, agora, um assalto à mão armada ao Fundo de Previdência do Servidor Público - Funpemp. Esse projeto já está na Casa, sendo votado a toque de caixa, sem nenhum debate. Por ele, o governo pretende retirar do servidor R\$3.200.000.000,00, que é o valor de hoje, mas que, daqui a dois meses, já estará em torno de R\$3.500.000.000,00. Esses recursos serão garfados do servidor público, porque vieram do seu contracheque, para alimentar, no futuro, a sua previdência e a sua aposentadoria. Mas o governo está planejando retirar do fundo R\$3.500.000.000,00 e usar esse dinheiro para cobrir o rombo provocado pelo maldito choque de gestão. E é isso o que será feito. No futuro, o caixa do Estado terá de arcar com toda a aposentadoria do servidor, porque o que estava sendo economizado para isso será retirado do governo para o custeio do rombo do choque de gestão. Isso está em curso na Assembleia Legislativa, por meio de projeto de lei do governador.

Hoje, apresentamos denúncia ao Ministério Público, e amanhã ou, no máximo, na quinta-feira, o Ministério Público entrará na Justiça contra o governo, tentando fazer com que o dinheiro do Funpemp não seja gasto para, repito, tapar o rombo e os buracos da quebradeira a que o choque de gestão levou Minas Gerais.

Sr. Presidente, é lamentável que as emendas tenham sido derrotadas e que o governo prepare um assalto aos cofres da previdência do servidor público contribuinte do Funpemp. A minha declaração de voto é para dizer que votamos favoravelmente às emendas e lamentamos a rejeição delas pela maioria dos deputados. Muito obrigado.



Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 20, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/11/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Dalmo Ribeiro Silva e Bosco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Prosseguimento da votação do requerimento do deputado Lafayette de Andrada; renovação da votação; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação e para a continuação dos trabalhos; anulação da votação; Questões de Ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; renovação da votação; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; Questões de Ordem; chamada para recomposição de número regimental; existência de quórum para votação; renovação da votação; aprovação; verificação de votação; existência de número regimental para votação; ratificação da aprovação; Questão de Ordem; Declarações de Voto - Registro de Presença - 2ª Fase: Questão de Ordem - Votação de Requerimentos: Requerimento do deputado Paulo Guedes; discursos dos deputados André Quintão e Paulo Guedes; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação e para a continuação dos trabalhos; Registro de Presença; Questão de Ordem; discurso do deputado Sávio Souza Cruz; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação e para a continuação dos trabalhos; Questão de Ordem; discurso dos deputados Tadeu Martins Leite e Rogério Correia, da deputada Maria Tereza Lara e dos deputados João Vítor Xavier e Ulysses Gomes; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para votação e para a continuação dos trabalhos; prejudicialidade do requerimento - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Neider Moreira, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

A presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Votação de Requerimentos

O presidente - Prosseguimento da votação do requerimento do deputado Lafayette de Andrada em que solicita tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 4.647/2013. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O deputado Paulo Guedes - Verificação, Sr. Presidente.

O presidente - É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O presidente - Votaram "sim" 22 deputados. Não houve voto contrário. Portanto, não há quórum para votação nem para a continuação dos trabalhos. A presidência torna a votação sem efeito.

Questões de Ordem

O deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito recomposição de quórum.



O presidente - Atendendo à questão de ordem, vamos solicitar a recomposição de quórum.

O deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, ficou claro que não há quórum nem para prosseguir a reunião.

O presidente - Já foi solicitada a recomposição de quórum, temos de obedecer à ordem. Solicito ao secretário que proceda à chamada das deputadas e dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Neider Moreira) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 40 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. A presidência vai renovar a votação do requerimento do deputado Lafayette de Andrada. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O deputado Paulo Guedes - Verificação, Sr. Presidente.

O presidente - É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O presidente - Votaram "sim" 31 deputados. Houve 1 voto contrário. Portanto, não há quórum para votação. A presidência torna a votação sem efeito.

Questões de Ordem

O deputado Paulo Guedes - Presidente, está evidente que não há quórum para votação. Portanto, peço que V. Exa. encerre, de plano, esta reunião.

O deputado João Leite - Presidente, solicito nova recomposição.

O presidente - Como se trata de matéria de alta relevância, vamos renovar a votação.

O deputado João Leite - Presidente, solicitei a renovação da recomposição do quórum.

O presidente - Atendendo à questão de ordem do deputado João Leite, vamos proceder à recomposição de quórum para evitar conflitos, porque eu poderia ter contado os deputados que estavam fora do Salão Vermelho, como reza o art. 126 do Regimento Interno. Mas, para evitar conflito entre a oposição e a situação, vamos renovar a recomposição do quórum. Solicito ao secretário que proceda à chamada das deputadas e dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 38 deputados, que, somados aos 5 em comissões e à presidência, perfazem o total de 44 parlamentares. Portanto, há quórum para votação. Em votação, o requerimento do deputado Lafayette de Andrada. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O deputado Paulo Guedes - Verificação, Sr. Presidente.

O presidente - É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O presidente - Votaram "sim" 33 deputados. Houve 1 voto contrário, que, somados aos 4 em comissões, ao presidente e à presença do deputado Paulo Guedes, perfazem o total de 40 parlamentares. Está, portanto, ratificada a aprovação do requerimento.

Questão de Ordem

O deputado Paulo Guedes - Não há cinco deputados em comissão; eles foram contados lá, vieram para cá e votaram aqui.

O presidente - Chegaram agora, depois de encerrada a votação. Saíram da comissão e vieram para cá.

O deputado Paulo Guedes - Quero que anule a votação. Vamos renovar a votação. Carlão, verifique quantos deputados realmente há em comissão.

O presidente - A votação é válida porque eles estavam em comissão. Chegaram ao Plenário depois, portanto está aprovado o requerimento.

Declarações de Voto

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Paulo Guedes.

O deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, primeiro quero aqui repudiar essa forma de tentar compor o quórum de qualquer jeito. A votação desse requerimento foi renovada quatro vezes, foram feitas quatro verificações de quórum. Quando há interesse do governo na causa, a coisa é feita de forma exagerada. Há uma tentativa desesperada do governo de manter um veto que prejudica claramente uma região. Estão aqui os prefeitos de Verdelandia, Miravânia, Manga e Lontra e estão chegando vários outros, porque todos esperavam que a votação fosse realizada às 14 horas, mas ela foi antecipada para as 9 horas. É inadmissível que uma cidade como Januária, que tem 300.000ha de parque e mais de 2.000.000ha preservados só receba R\$5.000,00 de ICMS Ecológico, enquanto Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com parque de 4.000ha, recebe R\$33.000,00. Belo Horizonte, que tem cento e poucos hectares de parque recebe cinco vezes mais que Januária. Parece que as árvores que são nascidas aqui, no Sul de Minas e no Triângulo são regadas com ouro, e as nossas não sei com que são regadas, porque não têm nenhum valor. A nossa região estão engessada do ponto de vista econômico, porque esta casa impôs a lei da mata seca. Ninguém pode desmatar, ninguém pode plantar, ninguém pode fazer nada, mas também não recebemos nada por isso, Sr. Presidente. A votação, isto é, a derrubada desse veto, é uma questão de justiça com o Norte e com o Jequitinhonha, já que eles foram discriminados uma vida inteira. E agora que existem 56% de cobertura vegetal, somos o pulmão do Estado, temos direito, sim, de ter recompensas. Se existe 1% do ICMS, de preservação ecológica, para ser distribuído, não podemos admitir que os maiores poluidores, como Betim, Contagem, Uberlândia, Uberaba e Belo



Horizonte recebam esses recursos, prejudicando as cidades pobres do Norte. Será que vão passar a vida inteira discriminando quem nasce no Jequitinhonha e no Norte de Minas? Será que existem vários Estados de Minas? Quem nasce no Norte de Minas também é mineiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e merece ter direito à distribuição, a uma renda justa concedida por este estado. Não podemos admitir isso. O governo não pode passar o seu rolo compressor contra uma região, contra um povo, contra uma gente que parece que já nasce destinada a ser oprimida. Não podemos aceitar que quem nasce no Norte de Minas tenha que ter sempre o destino de ser cortador de cana no Triângulo. Aliás, no Triângulo, eles desmataram 98%, e lá não existe mais nada para se desmatar. O agronegócio, a cana-de-açúcar e o álcool estão bombando, mas e a nossa região? No Sul de Minas, existe o café, e quem nasce no Vale do Jequitinhonha acaba tendo de sair de lá, largar suas famílias para trabalhar nessas regiões, porque estamos engessados. Não podemos desmatar, nem plantar, nem gerar emprego. E quando chega uma medida compensatória para a nossa região, Sr. Presidente, o governo opõe um veto inconsequente, um veto que não tem nenhum sentido, porque vai tirar uma migalha de R\$12.000,00 de Belo Horizonte, R\$8.000,00 de Uberlândia, e R\$8.000,00 de Uberaba. O valor de R\$8.000,00 ou de R\$2.000,00 a mais para Uberlândia, para Betim ou para Contagem não fará diferença. Mas R\$20.000,00, R\$30.000,00 a mais de ICMS, Evandro, fazem muita diferença para você em Lontra. Da mesma forma, Anastácio, R\$50.000,00 farão muita diferença para você, lá em Manga. Raimundo, R\$30.000,00 também o ajudará muito em Miravânia. Por isso não podemos aceitar que esta Casa se cale diante de uma situação como essa. Estão passando o rolo no Norte de Minas, o rolo compressor contra uma região, e não podemos aceitar ou ficar calados.

O presidente - Deputado Paulo Guedes, depois gostaria que V. Exa., de forma muito fraterna, conversasse com o nosso líder, deputado Bonifácio Mourão, e com os demais líderes, para que possam construir uma peça pacífica e harmoniosa. Tudo o que diz respeito ao Norte, ao Jequitinhonha e ao Mucuri, sensibiliza-me sobremaneira. V. Exa. sabe muito bem que a minha vida tem uma relação de muita intimidade com os mais pobres e menos favorecidos. Temos de buscar incansavelmente uma Minas melhor e mais igualitária.

O deputado Bonifácio Mourão estava me relatando a preocupação dele com a emenda de V. Exa., sobretudo porque ela nos preocupa no tocante a algumas outras cidades. Com a sua emenda, 26 cidades do Norte de Minas serão prejudicadas. Outra estranheza relatada pelo deputado Bonifácio Mourão é que 48 cidades do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri também não serão beneficiadas. Além disso, de acordo com informações preliminares, 392 cidades mineiras também perderiam com a sua emenda.

Essa matéria é difícil e polêmica. Estou vendo aqui os prefeitos e reafirmando a eles, publicamente, o nosso compromisso de luta e dedicação para ajudar o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri. Essa é a obrigação de V. Exa. e também a minha obrigação. Aliás, a obrigação de todos os membros da Assembleia de Minas. Sei que a matéria é difícil e requer um estudo mais detalhado e minucioso. Dessa forma, pondero a V. Exa. que promova a tratativa com os líderes, com o deputado Bonifácio Mourão e com todos os deputados, para construir uma harmonia que se traduza em benefícios, em ganhos extraordinários para o prefeito de Lontra, para o Jequitinhonha e para o Mucuri. Esse é o caminho.

Faço essa ponderação a V. Exa. que realmente é um valente da vida pública, é incansável, é dedicado e tem uma preocupação ataneira com essa região. Essa é minha ponderação. Com a palavra, o deputado Zé Maia.

O deputado Zé Maia - Sr. Presidente, as ponderações de V. Exa. são extremamente oportunas e quero dizer ao deputado Paulo Guedes que sua luta é importante, tem méritos, mas creio que o instrumento, meu caro deputado Paulo Guedes, não é o melhor. Ao se fazer o estudo, vimos que 26 municípios do Norte - e faço este alerta à bancada do Norte - perdem.

Deputado Paulo Guedes, vou entregar a V. Exa. a lista antes de terminar a reunião.

A votação, meu caro deputado Paulo Guedes, não está pendente disso. Queremos construir um projeto que possa beneficiar esses municípios sem dar prejuízo a outros. E mais: sem tirar investimentos do saneamento básico e de unidades de conservação. Então o instrumento adotado não é bom. Vou entregar agora a você a lista dos 26 municípios do Norte. Aliás, encaminharei a lista para esses municípios que estão perdendo. É fundamental que encaminhe a lista a prefeituras e câmaras municipais dos municípios que estão perdendo, para que saibam que esse projeto não é bom para eles. Agora, queremos construir, deputado Paulo Guedes, um projeto em que possamos dar uma recomposição, um projeto em que esses municípios do Norte, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri não percam. Essa é a proposição da Assembleia: fazer uma construção mais justa. O mérito da mata seca é importante, mas tirar recurso do saneamento e das unidades de conservação não é o melhor caminho. Ainda mais: não podemos penalizar municípios do Norte de Minas, que já passam por dificuldades, com um projeto que não é bom. Acho que é muito mais justo, Sr. Presidente, que possamos fazer esse projeto com consenso, com construção e com diálogo, deputado Paulo Guedes, e não com essa discussão em que não se observam detalhadamente os números. Fazemos uma convocação a V. Exa.: que possamos fazer um projeto que atenda ao Norte de forma equânime. Não queremos que uns percam e outros ganhem. Não é isso. Precisamos de critérios. O Triângulo mineiro, Uberlândia por exemplo, não ganha com essas questões. Não sou votado nesse município, por exemplo. Então, esse município não está ganhando, se esse veto for derrubado. Estou falando de uma cidade onde não tenho nenhum voto, que é Uberlândia. Esse veto, por exemplo, não atende ao Triângulo, muito menos a Uberlândia. Ele atende a uma lógica do Estado que é dar incentivos ao saneamento básico e às unidades de conservação. Podemos muito bem privilegiar mata seca em uma proposta consensual muito mais adequada e melhor estudada. É isso que propusemos. Sempre dissemos isso com V. Exa. Já há um projeto em tramitação nesta Casa, e estamos buscando seu aperfeiçoamento. Pedirei agora a lista dos 26 municípios do Norte de Minas que estão perdendo com o projeto e a lerei aqui. Isso não é justo. Podemos melhorar o projeto, deputado Paulo Guedes.

Vamos entregá-la a V. Exa. agora mesmo. Vamos entregá-la ainda nesta reunião. Estamos fazendo aqui uma proposta: um projeto de consenso em que possamos atender à mata seca, sem desvirtuar o saneamento básico, que é tão importante para nosso Estado, e também as unidades de conservação, que são fundamentais para a preservação do meio ambiente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, votamos favoráveis ao requerimento de urgência do projeto para que as coisas possam ficar bem definidas. Queremos, Sr. Presidente, restaurar a verdade dos fatos, porque, às vezes, a gritaria e a vontade de impressionar uma pessoa ou outra levam os oradores ao arroubo. Sr. Presidente, há muitos anos, em 1993, quando era prefeito de Coração de Jesus e presidente da Amams, fui a uma reunião convocada pelo deputado Dinis Pinheiro, na cidade de Ibitiré. Nós, prefeitos, estávamos



nos preparando para redistribuir 4% do ICMS, porque isso ia para as cidades mineradoras, ia para Betim, do deputado Ivair Nogueira, uma quantidade realmente muito grande. E trabalhamos em torno disso. Esse trabalho que o deputado Dinis Pinheiro encaminhou e que esta Casa aprovou foi discutido durante nove anos nesta Casa, porque, na marra, na gritaria do leilão, não passa aqui, não. Sei que não passa. O que queremos? É preciso haver uma compensação para a questão da mata seca. Faltou um pouco de humildade. Faltou discutir a proposta do deputado Paulo Guedes, faltou sentar-se com a bancada do Norte para ver o que poderia ser feito, da mesma maneira, deputado Dinis, que construímos juntos aqui a redistribuição. Na época em que eu era prefeito de Coração de Jesus, cidade de 32 mil habitantes, o ICMS era R\$7.000,00. Hoje, está quase R\$100.000,00, talvez mais, porque a lei Robin Hood, do ICMS Solidário, de autoria do deputado Dinis Pinheiro, passou aqui. E foi muito difícil para o deputado Ivair Nogueira, mesmo votando contra, não fazer obstrução, porque ele não queria que se tirasse dinheiro de Betim. Então, vejo mais uma vez o deputado Dinis Pinheiro procurando um caminho para atendermos aos municípios do Norte de Minas. Meu amigo Dinis Pinheiro, quero expor a tristeza do Norte de Minas, do povo de Januária, do povo de Jaíba, do povo de Várzea da Palma. São municípios que foram emancipados, como o de Lontra, e que evoluíram muito com boas administrações, inclusive com a do prefeito Evandro. Imaginem o que seria de Lontra se ainda fosse distrito. Matias Cardoso foi emancipado de Manga e melhorou muito, porque Manga não dava conta de atendê-lo. Infelizmente, nossa presidente Dilma Rousseff vetou toda possibilidade de emancipações, quer dizer, perseguiram o Norte de Minas, que poderia tentar emancipar algumas cidades. O que o governo federal fez? Acabou no projeto que beneficia os pequenos e os grandes produtores de cana-de-açúcar. Fizeram um projeto para beneficiar o Nordeste, Mosconi, e deixaram o Norte de Minas de fora. O governo federal ficou contra o pequeninho, que produz a cachaça lá no Norte de Minas. Quando foi feita uma medida provisória para autorizar alguma montadora de carros a ir para o Nordeste, a presidente Dilma vetou para o Norte de Minas, não deixou ir para lá. Então, na marra, não passa. Eu mesmo vou declarar antecipadamente meu voto. Vou até votar para a derrubada do veto aqui, neste momento. Mas sei que, como as 392 cidades que estão perdendo em toda Minas Gerais, Montes Claros está perdendo ICMS. É lógico que Manga e Lontra estão ganhando, mas confio muito, Dinis - você nos conduziu bem no ICMS Solidário, nos conduz bem aqui -, que, se não conseguirmos derrubar esse veto aqui, agora, você será o timoneiro para ajudar nessa questão da mata seca, equiparada à mata atlântica por nosso ex-presidente Lula, o que a tornou imune de corte. É um decreto do Lula, que fala que mata seca é mata atlântica. Ai, estamos vivendo isso. E cabe ao governo estadual obedecer a essa situação. Então, confio, Dinis. Votarei a favor da derrubada do veto. Perdoe-me meu grande amigo governador Anastasia, que está transformando Minas Gerais, exemplo para todo o Brasil. Confio no senhor. Se por acaso o veto não for derrubado, encontraremos uma alternativa, como sempre o senhor faz, para atender aos mais pobres, ao Norte de Minas e ao Jequitinhonha. Obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, gostaria de completar a fala do deputado Zé Maia, quando afirmou - e V. Exa. o fez também - que 26 municípios perdem com a emenda do ilustre deputado Paulo Guedes. O deputado Paulo Guedes me pediu que lesse a lista dos municípios que perdem. Vou lê-la, nomeando, por região, os municípios que perdem com a emenda do deputado Paulo Guedes. O presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, mencionou o meu nome como fonte de informação, dizendo que 392 municípios mineiros perdem com a emenda do deputado Paulo Guedes relativa à mata seca. Sr. Presidente, estou com a lista completa dos 392 municípios mineiros que perdem; 96 ganham, e 392 perdem. Um minutinho, deputado; depois que terminar, mostro a V. Exa. Conforme foi informado pelo próprio presidente, 392 municípios perdem, e 96 ganham. O deputado Zé Maia disse que 26 municípios do Norte perdem, mas são 26 municípios da mata seca. Na realidade, não apenas 26 municípios da mata seca perdem, mas 33. Na região Norte de Minas, perdem Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, São João das Missões e Urucuaia. Subtotal da perda da região de Januária, no Norte de Minas: R\$13.624,30. Na microrregião de Salinas, no Norte de Minas, perdem Montezuma, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso. Subtotal da perda da região de Salinas: R\$7.650,00. Na microrregião de Pirapora, perdem Lassance, Pirapora e São Romão. Subtotal da perda de Pirapora: R\$8.047,00. Na microrregião de Montes Claros, perdem Claro dos Poções, Coração de Jesus e Juramento. Subtotal da perda da microrregião de Montes Claros: R\$46.213,00. Na microrregião de Grão-Mogol, perde Grão-Mogol. Subtotal de R\$1.951,00. Na microrregião de Bocaiuva, perdem Bocaiuva, Francisco Dumont e Olhos-d'Água. Subtotal da microrregião de Bocaiuva: R\$7.563,00. Subtotal da perda do Norte de Minas: R\$45.049,00. Na região do Jequitinhonha e Mucuri, perdem Angelândia, Aricanduva, Carbonita, Itamarandiba e Minas Novas. Subtotal da perda de Capelinha: R\$13.239,00. Na microrregião de Almenara, perdem Salto da Divisa, Santa Maria do Salto. Subtotal da perda da microrregião de Almenara: R\$2.770,00. Na microrregião de Teófilo Otôni, perdem Catuji, Itaipé, Malacacheta, Poté, Teófilo Otôni. Subtotal da perda de Teófilo Otôni: R\$11.122,00. Na microrregião de Nanuque, perdem Bertópolis, Crisólita e Santa Helena de Minas. Subtotal da perda de Nanuque: R\$5.144,00. Subtotal da perda da região do Jequitinhonha e Mucuri: R\$32.276,00. Deputado Zé Maia, enumerei 33 municípios que perdem com a mata seca. Não são apenas 26 municípios. E aqui estão os 392. Sr. Presidente, antes de o deputado Paulo Guedes justificar a votação, declarar o voto, propus a ele o seguinte: tudo está esclarecido aqui, os municípios que perdem e os que ganham. Nós, da liderança do governo, queremos liberar a bancada da base para votar como quiser. Aqueles que quiserem manter o veto, votem pela sua manutenção; os quiserem derrubá-lo, votem pela sua derrubada. É um gesto da liderança do governo para se tentar votar o veto e ele não ficar aqui travando a pauta.

O deputado Carlos Pimenta - Quero tocar num ponto que acho importante para a Assembleia. Em primeiro lugar, acho válida e louvável a preocupação do deputado Paulo Guedes em tentar levantar um problema, da mesma forma como V. Exa. fez no passado. Foi uma caminhada árdua, difícil, mas culminou com o projeto que trouxe benefício a todos os municípios. Então, o deputado Paulo Guedes pelo menos tocou no assunto e chamou a atenção, principalmente, para a questão ambiental da nossa região. É a única região de Minas que ainda tem a mata preservada. Mais de 50% das nossas matas estão preservadas, enquanto essas regiões têm menos de 10% de suas matas preservadas. O deputado Paulo Guedes foi muito feliz em abordar a questão e apresentar a emenda, que foi vetada pelo governador. Gostaria de cumprimentá-lo, deputado Dinis Pinheiro, porque, na viagem que fizemos a Montes Claros, V. Exa. demonstrou a sensibilidade que tem como parlamentar, como presidente, preocupado com a possível manutenção do veto do governador Anastasia. V. Exa. trouxe a questão à bancada. Discutimos. Não sei qual vai ser o resultado - a derrubada ou a manutenção do veto -, mas gostaria muito de cumprimentá-lo pela sua preocupação e responsabilidade em trazer novamente à tona esse assunto. O



deputado Bonifácio Mourão liberando a base - nós, do PDT, somos da base -, vamos acompanhar a posição do deputado Paulo Guedes, porque, na somatória geral, os municípios norte-mineiros podem perder na parte de saneamento, mas ganham muito mais na parte da preservação, do ICMS Ecológico. É isso que queremos. Atualmente, não há nenhum estímulo para que o produtor preserve a sua mata seca. Ele está lá, com a mata seca preservada, mas não recebe nada por isso. É justo que o governo federal ou estadual pague pela preservação da mata seca. Deputado Dinis Pinheiro, quero apostar muito na sua proposta de discutir novamente com a bancada - estão presentes eu, o deputado Arlen Santiago, o deputado Tadeu Martins Leite, o deputado Paulo Guedes, a deputada Ana Maria Resende e o deputado Luiz Henrique - a fim de encontrarmos uma melhor solução não por meio de uma emenda a um projeto, mas por meio de um projeto amplamente discutido nesta Casa, com a presença de órgãos ambientais e de produtores. Assim, vamos encontrar a melhor fórmula e o melhor modelo para o Norte de Minas. Vou votar pela derrubada do veto do governador Anastasia, mais pelo espírito, pela iniciativa e pela proposta de chamar a atenção para o Norte de Minas. Vou apostar na apresentação de uma solução melhor, liderada por V. Exa., com o apoio da bancada da nossa região, para que possamos discutir qual é a melhor proposta, qual é o melhor projeto para beneficiar os produtores rurais do Norte de Minas, que se preocupam com a preservação da mata seca. Muito obrigado.

O deputado Tadeu Martins Leite - Caro presidente, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V. Exa., porque, de fato, também participei daquele encontro de prefeitos no Norte de Minas, quando V. Exa. decidiu discutir esse projeto, esse benefício para as cidades norte-mineiras. Todos sabemos que isso é necessário. Não preciso voltar à discussão de que, historicamente, aquela região foi e é prejudicada, que benefícios deixam de ir para lá, que não apenas os prefeitos e as lideranças políticas estão sofrendo, mas também a população. Sabemos disso tudo. Sabemos também que a região passa por um momento importante, que o desenvolvimento começa a chegar por meio de indústrias ou do minério. Aliás, gostaria de fazer posteriormente a discussão sobre a questão do minério. Precisamos discutir com responsabilidade a questão do ICMS Ecológico da mata seca. Óbvio - não adianta tentar enganar ninguém - que alguns municípios vão perder. Devemos identificar primeiro o tamanho da perda. Dizem que 300 municípios vão perder. Deputado Paulo Guedes, existem municípios que vão perder R\$1,00, R\$2,00 ou R\$3,00 por mês. O que seria isso para uma cidade, para uma região que já tem um desenvolvimento muito grande? Em contrapartida, as cidades do Norte de Minas, que sofrem diariamente por diversos motivos - e agora também com a seca, que é a pior dos últimos 50 anos -, ganham consideravelmente R\$10.000,00, R\$20.000,00, R\$30.000,00 por mês com essa pequena alteração. Precisamos, sim, ter responsabilidade, não só os deputados da bancada do Norte de Minas, que, tenho certeza, estão à disposição para trabalhar e melhorar a qualidade de vida da nossa gente, dos norte-mineiros. Precisamos, sim, trabalhar para a derrubada desse veto. O meu voto, obviamente, vai ser pela derrubada do veto, por saber o quanto as nossas cidades ganham. O nosso amigo deputado Mourão disse que algumas cidades da nossa região perderão, mas se esqueceu de dizer que perderão no saneamento com essa modificação, mas ganharão na mata seca. Acaba ficando elas por elas. As outras cidades da nossa região não perderão tanto assim como disseram. Perderão no saneamento, mas ganharão na mata seca, ficando o mesmo valor. Obviamente precisamos reorganizar essa discussão, votar a derrubada do veto, para que as nossas cidades ganhem aporte financeiro um pouco maior, para dar mais condição aos prefeitos de fazerem um bom trabalho. O sofrimento é grande, em todos os sentidos. Quem sabe, dessa forma, conseguiremos amenizar um pouco o sofrimento não apenas da população, mas dos prefeitos que hoje sofrem com a falta de arrecadação nos caixas das prefeituras. Era essa a minha declaração de voto.

O presidente - A presidência está muito generosa, mas a generosidade está chegando ao fim. A pauta é intensa, muito rica, demanda muita disposição da nossa parte. Os senhores deverão compreender que estão promovendo o encaminhamento prévio do veto que ainda haverá de ser apreciado pelo Parlamento. Vou conceder a palavra, mas prestem atenção, porque há necessidade do encaminhamento das votações.

O deputado Luiz Henrique - Sr. Presidente, inicialmente gostaria de parabenizar o deputado Paulo Guedes. Vou votar pela derrubada do veto, pois gostaria que fosse derrubado. Paulo, você introduziu uma discussão nesta Casa, e a bancada do Norte de Minas vai lutar por isso. Sabemos que o governador Anastasia tem ajudado - e muito - as regiões do Mucuri, do Jequitinhonha e do Norte de Minas, mas precisamos fazer um estudo mais detalhado. Tenho certeza de que, quando esse estudo chegar à mão do governador, não haverá veto. Também sou solidário a todos os prefeitos da nossa região que lutam por um novo pacto federativo. Há menos de uma semana, houve uma paralisação de praticamente todas as prefeituras do Jequitinhonha e do Norte de Minas contra a centralização de mais de 70% dos recursos no cofre da União. Temos de continuar essa discussão nesta Casa e pensar em um novo pacto federativo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado João Vítor Xavier - Presidente, gostaria de destacar que estamos criando uma guerra fratricida no Estado. Não é possível colocar a questão de maneira simplória, até simplista, dizendo que quem vota de um jeito está a favor de tal região, quem vota de outro está contra. Somos um estado, todos aqui foram eleitos por Minas Gerais, para representá-lo. Não há como, em um caso como esse, atender a todas as regiões mineiras. Como foi lido, algumas cidades do Norte de Minas perderão; outras, não. Como pedir, por exemplo, para nós, majoritariamente votados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, votarmos para que Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Caeté, Itabirito, Contagem percam dinheiro? Não se pode exigir isso de um parlamentar. Isso é uma guerra fratricida, estamos colocando regiões contra regiões. Não há como se colocar esse pensamento menor de que quem vai votar contrariamente estará votando contra o Norte de Minas. Estamos votando de acordo com o que for possível, dentro de uma avaliação técnica e até mesmo econômica do projeto. Peguei a lista e observei: como pedir, por exemplo, ao deputado Pinduca, muito bem votado em Contagem, para votar contra Contagem, de modo que esse município perca dinheiro? Ou pedir ao deputado Marques, o mais votado em Belo Horizonte, para votar numa proposta que vai fazer Belo Horizonte perder dinheiro? Aí vão dizer que são contrários à região A ou B? Não podemos transformar esta Casa numa casa fratricida ou isso em uma guerra fratricida em nosso Estado. Estamos votando o projeto possível, contemplando aqui o que é possível e deixando de lado o que não é. Estamos fazendo a divisão possível dos recursos. Não me peçam que concorde com essa ideia de que quem votar contra o projeto estará votando contra o Norte de Minas. Vamos também dizer o contrário: quem está votando a favor do projeto estará votando contra cidades, por exemplo,



do Sul de Minas, contra a região metropolitana, contra o Triângulo Mineiro. Vamos criar aqui o espírito fratricida de disputa territorial, de região contra região, o que considero extremamente danoso para o Parlamento e para o Estado de Minas Gerais. É um pensamento pequeno e talvez até individualista de condução do nosso Parlamento e de condução de uma votação nesta Casa.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, eu, V. Exa. e outros deputados estávamos aqui quando votamos a última emancipação ou as últimas emancipações no Estado de Minas Gerais. Lembro-me - V. Exa. também deve lembrar-se, e isso está nos anais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - do discurso sertanejo do nosso José Braga, aquele discurso sobre os distritos, povoados que estavam a mais de 100km da sede. Isso fez com que votássemos a favor da emancipação de Pintópolis, Lontra, cidades do Norte de Minas que precisavam muito disso. Chegamos, pela manhã, a esta Casa para votar um veto e deparamos com uma verdadeira guerra. Parecia uma Jihad, uma guerra santa. Parecia que os deputados daqui eram contra o Norte de Minas. Poderia dizer que a presidente Dilma é contra o Norte de Minas, porque impediu agora a emancipação. Há povoados localizados a 180km de Januária, há situações graves no Norte de Minas. Vimos, lamentavelmente, a presidente vetar o subsídio para o álcool, para a cana no Norte de Minas. Vimos o presidente Lula soltar uma portaria que fez com que a mata seca fosse considerada mata atlântica, sem poder ter nenhum corte. Agora, nós, deputados, é que vamos ficar com esse peso? Eu não. Já fiz minha participação. Onde está o PT, o governo federal? Onde estão as novas emancipações? A Assembleia Legislativa aguardava isso. Sou voto certo nas emancipações. Sou voto de cabresto nas emancipações, porque o nosso povo não pode continuar sofrendo, mas o PT vetou as emancipações para o povo pobre do Norte de Minas. Alguns não têm nem certidão de nascimento, porque o cartório mais próximo está a quase 200km. E o setor automotivo? O Norte de Minas poderia ter recebido a Fiat, mas o presidente Lula fez o quê? Mandou-a para Pernambuco e retirou grande parte do Norte de Minas da área da Sudene. Vamos fazer uma *jihad* aqui. Vamos fazer uma guerra santa na Assembleia Legislativa. Vários deputados que estão aqui votam pela emancipação, que levou aos municípios o desenvolvimento, que reconheceu a importância do Norte de Minas, do Jequitinhonha. Se formos comparar, veremos que, se há alguém contra o Norte de Minas, é o PT, que vetou o subsídio para a cana ali. Por que o nosso nortista, por que o povo do Jequitinhonha tem de cortar cana no Triângulo? Porque o PT vetou o subsídio para a cana no Norte de Minas e no Jequitinhonha. Essa é a verdade. Ficamos aqui dizendo que o deputado Paulo Guedes está com a razão. Por que o deputado Paulo Guedes não foi a Brasília? Por que o deputado Paulo Guedes não lutou para que a presidente não vetasse as emancipações? Ela tirou da Assembleia de Minas o poder de emancipar os distritos e os povoados do povo querido do Jequitinhonha e do Norte de Minas, que estão distantes de um cartório, distantes da sua cidadania. Por que o presidente Lula levou a possibilidade de ser construída uma fábrica de automóveis para Pernambuco? Agora vêm jogar no meu ombro, nos ombros da Assembleia Legislativa a responsabilidade em relação ao que ocorre no Norte de Minas? Não. O Norte de Minas está perdendo por causa do PT. O senador Aécio Neves apresentou emenda para o subsídio da cana, e a presidente Dilma o vetou. Isso é contra o Norte de Minas. Cadê o PT para cobrar da presidente Dilma? Não venham cobrar de mim. Cobrem da presidente Dilma, cobrem do PT. Desde 1995, eu, o deputado Dinis Pinheiro e outros deputados que estão aqui votamos pela Lei Robin Hood, do ex-governador Eduardo Azeredo, que levou recursos a esses municípios. Depois, votamos a lei do deputado Dinis Pinheiro para levar mais recursos a esses municípios. Estamos prontos para atender à população, não somos como o PT, que vem aqui, faz um discurso, mas veta a emancipação dos distritos, dos povoados pobres.

Registro de Presença

O presidente - Quero saudar aqui os jovens estudantes do Município de Tapira. Nosso abraço a todos, sejam bem-vindos. Quero abraçar os vereadores e solicitar que transmitam nosso abraço fraterno ao prefeito Barroso. Muito grato pela visita.

2ª Fase

O presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O presidente - Deputado Paulo Guedes, mais uma vez peço a V. Exa. compreensão, e a presidência reafirma a necessidade de votação dos projetos em pauta. Com a palavra, o deputado Paulo Guedes.

O deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Sr. Presidente. Solicitei a palavra pelo art. 33, que concede ao deputado o direito de fazer sua explicação pessoal. Fui citado aqui por vários parlamentares. O art. 164 é solicitado quando se fere a honra do parlamentar. O art. 33 concede direito ao deputado à sua explicação pessoal. Vou lhe ensinar, deputado: o senhor está aqui há mais tempo que eu, mas não aprendeu o regimento ainda. Sr. presidente, o líder Mourão citou algumas cidades da região, mas o estudo realizado por ele acaba por impulsionar o nosso argumento. Ele diz que cinco cidades do Norte de Minas perderão, e três delas, juntas, perdem R\$13.000,00. Mas o deputado Bonifácio Mourão esqueceu-se de dizer que, com a aprovação desse projeto, 90 cidades do Norte de Minas e do Jequitinhonha ganharão mais de R\$2.000.000,00. Deputado Bonifácio Mourão, quero lembrar as cidades que ganharão: Berilo, no Vale do Jequitinhonha, aumentará seu ICMS Ecológico de R\$9.800,00 para R\$41.000,00; Capitão Eneias vai aumentar seu ICMS Ecológico de R\$16.000,00 para R\$69.000,00; Catuti, onde o deputado Arlen Santiago é majoritário, aumentará de R\$16.000,00 para R\$50.000,00; Chapada do Norte, no Jequitinhonha, de R\$9.000,00 para R\$41.000,00; Comercinho, de R\$9.000,00 para R\$38.000,00; Coronel Murta, de R\$9.000,00 para R\$34.000,00; Francisco Sá, de R\$10.000,00 para R\$42.000,00; Francisco Badaró, no Jequitinhonha, de R\$15.000,00 para R\$63.000,00; Ibiracatu, de R\$6.000,00 para R\$25.000,00; Itacarambi, de R\$12.000,00 para R\$52.000,00; Itaobim, de R\$5.400,00 para R\$22.000,00; Itinga, de R\$6.900,00 para R\$29.000,00; Jaíba, de R\$19.600 para R\$82.000,00 no repasse de ICMS Ecológico por mês; Janaúba, de R\$18.000,00 para R\$75.000,00; Jenipapo de Minas, no Vale do Jequitinhonha, de R\$17.000,00 para R\$72.000,00; Juvenília, de R\$12.900,00 para R\$54.000,00; Mamonas, de R\$6.700,00 para R\$28.000,00; Manga, de R\$13.000,00 para R\$57.000,00; Matias Cardoso, de R\$21.200,00 para R\$89.000,00; Mato Verde, de R\$6.300,00 para R\$26.000,00; Medina, de R\$5.000,00 para R\$22.000,00; Pai Pedro, que é uma das cidades mais pobres do Norte de Minas, de R\$6.000,00 para R\$27.000,00; Pedras de Maria da Cruz, de R\$16.000,00 para R\$69.000,00; São João das Missões, de R\$6.000,00 para R\$28.000,00; Varzelândia, de R\$21.000,00 para R\$89.000,00; Verdelândia, de R\$23.000,00 para R\$94.000,00;



Virgem da Lapa, de R\$12.000,00 para R\$54.000,00. Portanto, isso é o que tem de ser dito. E essas são apenas algumas das cidades, não mencionarei todas porque meu tempo não comporta. Quero dizer que o deputado João Leite, que muito respeito, é um neófito quando se fala do Norte de Minas. V. Exa. não entende nada do Norte de Minas, não sabe o sofrimento que lá existe. E Belo Horizonte - a sua cidade, João Leite - recebe R\$12.000,00, referentes à unidade de conservação, e mais R\$33.000,00, referentes à rede de esgoto, 40 e tantos mil do ICMS Ecológico. Mas Januária, que tem o Parque do Peruaçu, Veredas do Peruaçu, APA de Pandeiros, Cochá Gibão, Porto Cajueiro... Só de parques, Tadeuzinho, Januária tem 380.000ha e recebe apenas R\$5.000,00. Parece que a árvore que nasce em Belo Horizonte é irrigada a ouro, e a que nasce no Norte de Minas é irrigada a cocô. Isso não podemos aceitar, e é o que aqui está em discussão. Quem nasce no Norte de Minas parece que é inferior, mas não podemos aceitar esse título de região inferior. Jequitinhonha, no Norte de Minas, não aceitará isso. Acionamos o João Vítor Xavier, porque vocês não estão perdendo nada. Queremos o direito que nos foi tirado. Ao serem votadas as leis nesta Casa, a nossa região, que tem 56% de cobertura vegetal, na qual se encontra a mata seca, que está engessada, não pode fazer nada. E quem mais perde em Belo Horizonte perde R\$12.000,00. O que são R\$12.000,00 para Belo Horizonte? O que essa quantia representa a mais ou a menos no orçamento de Belo Horizonte? Portanto peço a compreensão de todos os parlamentares para derrubar esse veto e fazer justiça a essas duas regiões.

O presidente - O art. 33 só pode ser solicitado após a ordem do dia. O artigo de que o deputado Paulo Guedes se utilizou é o artigo da fraternidade e da amizade do deputado Dinis Pinheiro.

Votação de Requerimentos

O presidente - Vem à mesa o requerimento do deputado Paulo Guedes em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 54/2013 seja apreciado em primeiro lugar, entre as matérias em fase de discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão* - Sr. presidente, uma vez que muitos deputados do Bloco Minas sem Censura também farão o encaminhamento desse requerimento e como não tive a fraternidade de ser ouvido, queria aqui defender o PT de alguns ataques feitos nesse debate sobre o veto. Não discutirei o veto agora porque, na hora em que ele for discutido, teremos tempo suficiente para fazê-lo. Farei várias considerações, votarei pela derrubada dele nesse aspecto específico. Há outras questões muito importantes em pauta referentes ao Código Florestal. Aliás, emendas que apresentei relativas à proteção de veredas e à proteção ambiental foram derrotadas aqui, no Plenário. O governador vetou as emendas que foram aprovadas. O governador vai orientar a votação de todos para ficar na posição que eu estava defendendo. Acho que, às vezes, a Assembleia se expõe um pouco.

Naquele momento, eu dizia que as áreas de proteção ambiental, da forma como estão, ficariam desprotegidas e que precisaríamos de regras até a efetivação disso. A minha emenda foi rejeitada, prevaleceu outra, que o governador vetou. Hoje terei de fazer um encaminhamento para manter o veto do governador nessa questão específica. Com relação à redistribuição, votaremos pela derrubada. Tenho outros argumentos, considero até que a proposta de repensar a redistribuição, retirando-se de outras fontes de recursos, é importante, mas o fato é que votaremos com o deputado Paulo Guedes.

Mas não podemos ouvir calados críticas ou acusações ao ex-presidente Lula e à presidenta Dilma, que está arrebitando a boca do balão nas pesquisas. Ela não para de subir, o que está incomodando muito à Oposição. Falando sobre o Jequitinhonha, deputado Paulo Guedes, quem levou a universidade federal dos vales do Jequitinhonha e Mucuri? Foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso? Não! Se dependesse dele, as universidades seriam fechadas. Quem garantiu a eletrificação rural no semiárido, para o pobre que não podia pagar? Foi o ex-presidente Fernando Henrique? Não! Foi o presidente Lula e a presidenta Dilma, apesar de a Cemig relutar, e Minas ficou muito tempo atrasada. Quem levou o Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda do mundo - 1.100 famílias -, para as famílias pobres não só do Norte, Jequitinhonha e Mucuri? Foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso? Não! Foi o presidente Lula junto com o ministro Patrus Ananias.

Companheiros do PT, não podemos ouvir calados essas críticas, porque o PT foi o partido que implantou o processo de desenvolvimento econômico que mais distribuiu renda neste país. Quem criou o Prouni? Quem colocou o jovem pobre na universidade? Quem criou os institutos tecnológicos? Foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso? Não! Ele não gostava de passar nem no espaço aéreo de Minas. E agora ouvimos críticas de que a presidente Dilma, que é mineira, sempre volta ao seu estado de origem. Dor de cotovelo, porque o presidente FHC não vinha aqui nem para visitar amigos. Agora chega no máximo à querida e linda cidade de Poços de Caldas. Parece que não tem coragem, porque o povo mineiro cobraria do ex-presidente Fernando Henrique, que queria privatizar o Banco do Brasil. Pergunto: quem multiplicou quase por 10 os recursos do Pronaf de apoio à agricultura familiar, que atende tão bem o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri? Foi o ex-presidente Fernando Cardoso? Não! Ele é o presidente do agronegócio, dos grandes, dos tubarões, não do pequeno agricultor familiar.

Não podemos concordar com utilizar a discussão do veto a um projeto de código florestal para dizer que o governo que promoveu a maior inclusão social na história deste país é contra as regiões que têm uma desigualdade social grande, até porque o ex-presidente Lula e a atual presidenta Dilma têm esse reconhecimento, não adianta negar.

Queria fazer um desafio aqui, incluindo os que criticam o PT. Vamos analisar o início de atividades da Secretaria Extraordinária - que hoje não é mais extraordinária - dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Vamos pegar os primeiros programas estaduais, cujos recursos vinham de onde? Do presidente Lula, do programa Fome Zero.

Hoje quero fazer um desafio. Leiam o Plano Plurianual de Ação Governamental, o projeto estruturador prioritário do Estado para o semiárido, chamado Água para Todos. De onde vem o recurso? É do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso? Não! É da presidente Dilma, é do governo federal, é do Ministério da Integração Nacional. Eu não entendo uma coisa que acontece na Assembleia Legislativa: há deputado que vem aqui criticar o governo Lula, e não estou me referindo ao deputado João Leite, mas a outros deputados que muitas vezes criticam o governo federal, mas, quando estão sendo inauguradas obras com a presença do Ministério da Integração Nacional, ficam lá fazendo pose. Aqui critica, mas lá, na hora de colher os benefícios, está junto com o governo. Temos de ter coerência. Quem é oposição tem de ser oposição de verdade.



Dizer que o governo Lula e que o governo Dilma desenvolveram políticas contra o semiárido, contra o Norte de Minas, contra o Jequitinhonha, contra o Mucuri é desconhecer essas regiões. Perguntem a quem está na universidade federal, a quem está no instituto tecnológico, às famílias que recebem o Bolsa Família, às famílias beneficiadas pela agricultura familiar, pelo Pronaf e àqueles que foram beneficiados pela eletrificação rural do Luz para Todos se eles têm saudade do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que queria privatizar a Petrobras.

Agora, com os *royalties* do petróleo, do pré-sal, serão destinados bilhões a mais para a educação, bilhões a mais para a saúde. Se dependesse do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, esses recursos estariam nas mãos do segmento privado. Uma coisa é discordar da emenda do deputado Paulo Guedes, faz parte da democracia. O deputado João Vítor fez a sua exposição de maneira coerente e tranquila. No entanto, dizer que o PT é contra o Norte de Minas, não está certo. Não acho que partidos são contra alguma região. Temos visões de políticas públicas, temos prioridades. Acertamos e erramos, mas não concordo que uma região deve ficar contra outra ou um partido ficar contra ou a favor de alguma região. Temos visões políticas diferenciadas e, dentro delas, tomamos democraticamente as nossas decisões. Quando chegarem as eleições, o povo é que irá julgar quem é contra e quem é a favor.

Na hora do veto, vou fazer a discussão sobre a parte ambiental, sobre a parte do deputado Paulo Guedes. Estou com você, Paulo, votando pela derrubada do veto.

O presidente (deputado Neider Moreira) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Paulo Guedes.

O deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, pedi a inversão da pauta porque não podemos discutir uma previdência complementar, sem antes resolvermos a questão que surpreendeu a todos nós, que é a forma como o governo quer meter a mão no dinheiro dos servidores públicos, retirando R\$3.200.000.000,00 de um fundo saudável para tapar buraco de um fundo que tem um déficit mensal de R\$700.000,00. E essas discussões nos trazem muitos outros assuntos.

Quero concordar com o deputado André Quintão quando fez a defesa do nosso partido, a defesa do ex-presidente Lula e a defesa da nossa presidenta Dilma. O deputado João Leite, ao fazer algumas colocações, parece que não conhece Minas, que não conhece o Brasil ou que só vive na região central de Belo Horizonte e não conhece os problemas de Minas. Ele não conhece também os avanços, deputado Sávio Souza Cruz, que o Brasil e Minas tiveram com o governo do presidente Lula e que estão tendo com o governo da presidenta Dilma. O André colocou muito bem essas questões aqui.

Agradeço a presença de vários prefeitos do Norte de Minas que estão chegando às galerias da Casa, a nossa presidenta da Associação dos Municípios do Médio São Francisco - Ammesf -, a prefeita Dorinha, de Carmo dos Poções. Muito obrigado, prefeita, pela sua presença. Sei que avisei que a votação do veto seria à tarde, mas foi antecipada para a manhã. Mas acho que o veto não vai ser votado pela manhã, pelo que estou vendo, mas temos que fazer a resistência para conseguir sensibilizar os parlamentares para a derrubada dele. Queremos sensibilizar o governo, prefeito Silvanei. Agradeço sua presença, prefeito de Porteirinha, que também é uma das cidades beneficiadas com essa medida. Todo o Norte de Minas vai sair ganhando com a nova distribuição do ICMS Ecológico. Só para vocês entenderem como é distribuído hoje o ICMS Ecológico, 1% do que se arrecada de ICMS Ecológico em Minas Gerais é distribuído para os municípios pelo critério ecológico. Mas o critério é desumano e desleal, deputado Tadeuzinho. Um percentual de 45,45% desse 1% fica para os municípios que têm rede de esgoto, estação de tratamento e coleta seletiva, que são apenas os ricos. Outros 45,45% ficam para os municípios que têm unidade de conservação. Aí, prefeita Dorinha, aí, prefeito Evandro, aí, prefeito Anastácio, aí, prefeito Raimundo, é que vem a discriminação contra o Norte de Minas.

As unidades de conservação de Belo Horizonte, do Sul do Estado, do Triângulo, valem 20 mil vezes mais do que as unidades de conservação do Norte. A árvore que nasce em Belo Horizonte parece que é irrigada a ouro, mas a nossa não tem valor nenhum. E eu provo isso. Colocaram um critério para avaliar as unidades de conservação. O caso de Januária é emblemático. O que estão fazendo em Januária é até caso de polícia. Januária tem mais de 300.000ha de parque. Lá tem o Parque Cavernas do Peruaçu, com 27.145ha; a área de Proteção Ambiental Federal do Peruaçu, com mais 29.590ha; a área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Pandeiros, com 117.000ha, prefeita Dorinha; o Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pandeiros, com 6.100ha; Veredas do Peruaçu, um parque estadual, com 5.000ha; a Área de Proteção Ambiental Estadual de Cochá Gibão, com 76.600ha; a Reserva Particular de Patrimônio Natural do Porto Cajueiro, com 6.190ha; e quase dois milhões de áreas preservadas de pequi e mata seca. E Januária só recebe R\$5.000,00 por tudo isso. Mas um único parquezinho de Belo Horizonte, com 130ha, recebe R\$10.000,00.

Eles inventaram que os parques do Norte de Minas não valem nada, ou seja, estamos pagando a conta da preservação ambiental para encher os cofres dos municípios ricos. Os prefeitos do Norte de Minas têm que levantar sua voz contra essa injustiça. Não podemos admitir que uma árvore nascida no Norte de Minas tenha menos valor que uma nascida em Belo Horizonte. Por quê? Por que a árvore que nasce aqui, em Confins ou em Betim vale 20 mil árvores que nascem no Norte de Minas? Onde está a explicação? Quero ver a Renata Vilhena e a equipe econômica do governo me explicarem, pois este matuto aqui não entende isso, não entra na minha cabeça. Não podemos admitir isso, Evandro. Lontra não pode admitir isso. Porteirinha não pode admitir isso, Silvanei.

Você se lembra, prefeito Raimundo, de quando os ambientalistas queriam criar um parque que tomava metade de Januária e mais outro que tomava todo o Município de Bonito e de Cônego Marinho, parte de Itacarambi e quase toda Miravânia porque encontraram lá um rastro do cachorro vinagre? E é assim. Hoje mesmo há uma manifestação aí na porta. Está havendo uma audiência pública do pessoal de Itamarandiba, deputado Sávio Souza Cruz, porque eles criam os parques, não pagam às pessoas, e as famílias ficam lá passando fome, sem indenização. Além disso, há o ICMS ecológico.

Essa equipe econômica e ambiental de Minas Gerais devia ter vergonha na cara e cuidar do Norte de Minas e do Jequitinhonha, pois somos mineiros também e não aceitaremos essa humilhação. Não podemos aceitar essa discriminação. O Norte de Minas exige respeito, Ricardo Campos, que é lá de São João da Ponte. O Norte de Minas exige respeito, Jáder, que é lá de Matias Cardoso. Não podemos aceitar isso, não podemos aceitar tanta discriminação. Por isso, prefeito Tião, Verdelândia será um dos municípios mais beneficiados com essa distribuição, ganhará R\$94.000,00 a mais por mês.

Então, não estamos aqui tirando dinheiro de ninguém. Estamos redistribuindo o ICMS Ecológico para quem de fato tem direito, para quem preserva; para quem tem mata seca, parques e pequi e mata seca; para quem tem a região toda preservada e não pode fazer nada.



Essa é a verdade, deputado Sávio Souza Cruz, e o governo precisa entender. Não podemos admitir que isso aconteça depois de lutar anos nesta Casa, depois de conseguirmos aprovar o novo Código Florestal, de termos aberto mão de nossos interesses, deputado Luiz Humberto Carneiro, e de termos conseguido o acordo entre os líderes do governo. Já que não era para aprovar, por que aprovaram a emenda? Por que aprovaram o código, com a distribuição justa do ICMS Ecológico? Fizeram isso para depois darem o golpe do veto e lavarem as mãos?

Prefeita Dorinha, faça o fotômetro de quem votará a favor e de quem votará contra o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Temos agora que fazer o mesmo que o Sindicato dos Professores para saber quem é quem nesta Casa.

Questões de Ordem

O deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, como estou vendo que há apenas seis deputados no Plenário, peço o encerramento de plano desta reunião.

O deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, solicito recomposição de quórum.

O deputado Paulo Guedes - Eu pedi primeiro, presidente, e meu pedido é regimental. Quero ver o que a assessoria fala agora.

O presidente - É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada das deputadas e dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Luiz Humberto Carneiro) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 37 deputados, que, somados aos 7 em comissões, perfazem o total de 44 parlamentares. Portanto, há quórum para votação e para a continuação dos trabalhos.

Registro de Presença

O presidente - Gostaria de cumprimentar a comitiva da cidade de Ouro Branco capitaneada pelo vice-prefeito Palomar Vargas, com professoras e representantes da comunidade. É um prazer recebê-los.

Questão de Ordem

O deputado Zé Maia - Sr. Presidente, uma questão de ordem, em 1 minuto. Nosso regimento já é extremamente elástico, e no encaminhamento são tratadas todas as matérias, menos a prevista no requerimento. Peço a V. Exa. o rigor do regimento para que as pessoas que desejam fazer os encaminhamentos atenham-se à questão do requerimento. O regimento já é extremamente elástico. Peço a compreensão de V. Exa. Faço um apelo a V. Exa. que use nosso regimento integralmente.

O presidente - Perfeitamente, deputado Zé Maia. Usaremos o rigor do regimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Srs. componentes da mesa, deputadas, deputados, visitantes nas galerias e aqueles que nos assistem pela TV Assembleia, primeiramente, é preciso registrarmos que o desvio eventual do assunto por parte de alguns deputados talvez tenha tido um caráter humanitário para com a base, porque discutir os projetos que estão em pauta força quem encaminha essa inversão de pauta a demonstrar o verdadeiro ato de lesa-pátria que o governo de Minas prepara contra os servidores do Estado, que já estão abandonados, desesperançados, desrespeitados, ofendidos e agora vão receber de presente de Natal os dois projetos cuja ordem se requer seja invertida.

É forçoso inverter esses projetos na ordem da pauta, pelas razões que passarei a explicar, deputado Doutor Wilson Batista. O projeto que está em primeiro lugar na pauta é o de nº 53/2012, que propõe criar em Minas Gerais um sistema de aposentadoria complementar. Veja bem: um sistema de aposentadoria complementar. Os novos integrantes do serviço público, se aprovado esse projeto, teriam um teto de aposentadoria na faixa de R\$4.159,00 e contribuiriam para o fundo de aposentadoria complementar.

Aí faço um parêntese para mostrar a grande maldade que está sendo conduzida pelo governo de Minas contra a gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais. Os representantes do governo que aqui vieram disseram, deputado Célio Moreira, que esse instrumento da aposentadoria complementar é muito positivo, que vai melhorar muito o sistema de aposentadoria de quem ingressar nele a partir de agora, mas excluíram dessa possibilidade a Polícia Militar. De duas, uma, então. Ou é ruim demais, e a Polícia Militar está sendo privilegiada ou é bom demais, e a Polícia Militar está sendo discriminada. Mas essa não é a principal crítica que se precisa fazer a esse projeto e em especial ao fato de ele estar em primeiro lugar na pauta. Por que ele não pode estar em primeiro lugar na pauta, deputado Carlos Pimenta? Como trataremos da aposentadoria complementar antes de tratarmos daquilo que ela virá a complementar? O projeto da aposentadoria, da fusão dos fundos, do Funpemp e do Funfip, vem *a posteriori*. Ora, como vai-se votar o complementar, como se vota o acessório antes de votar o principal? É que a certeza do governo é tamanha de que tudo o que vem para cá será aprovado que nem a esses detalhes formais eles gostam de se ater. A ordem da pauta é, portanto, por si mesma, altamente reveladora do caráter homologatório que foi concedido a esta Casa. O que vem para cá do governo já se sabe, de antemão, que será aprovado. Portanto, a ordem, e pasmem, senhores deputados, para que esses projetos possam ter parecer pela constitucionalidade, o governo mandou junto com eles uma PEC para mudar a Constituição. A atual Constituição não acolhe esses projetos, mas o governo tem tanta certeza de que a PEC será aprovada que a Comissão de Constituição e Justiça já deu parecer pela constitucionalidade, considerando a mudança constitucional que virá depois, porque também no plano constitucional esta Casa virou a latrina do Executivo. O que vier para cá ela digere. O que vier para cá ela tolera. O que vier para cá ela metaboliza. Portanto, pelo menos em nome de alguma dignidade restante desta Casa, precisaríamos inverter esta pauta.

Que votássemos o essencial antes do acessório. E o que está no essencial? Talvez, deputado Hélio Gomes, ali esteja a maior das crueldades. Em 2002, deputado Hélio Gomes, depois que o governo federal editou a Emenda nº 20 e exigiu que se fizessem mudanças no sistema previdenciário, o governo de Minas, ainda na gestão Itamar Franco, criou um fundo com base atuarial, com lógica contributiva para aqueles que ingressassem no serviço público a partir de 2002, deputado Bráulio Braz, o Funpemp. Desde então, o Funpemp foi sendo capitalizado - são 11 anos de capitalização - com recursos extraídos do contracheque do servidor, mais a contribuição patronal. Lá, deputado Bráulio Braz, foram acumulados R\$3.200.000.000,00.



Como ficou a questão da aposentadoria de quem já estava no serviço público antes de 2002? O governo criou um fundo chamado Funfip, que é um fundo meramente financeiro, contábil. Para onde vão os recursos dos 11% da contribuição do servidor, dos 19% da contribuição patronal, mas que são claramente insuficientes para fazer frente ao volume de aposentadorias que ele precisa pagar? O governo complementa mensalmente o Funfip com cerca de R\$600.000.000,00, R\$700.000.000,00. Como a lei veda que se saque o dinheiro da previdência para outro fim, o que quer o governo? Jogar caxangá, os escravos de Jó. Pega o Funpemp e o joga no Funfip, no buraco sem fundo. Ou seja, pega os R\$3.200.000.000,00 que estão lá para garantir a aposentadoria de cerca de 60 mil servidores - e para esses 60 mil servidores, esse recurso é mais do que suficiente - e joga esse valor no fundo de 500, 600 mil pessoas, que é o buraco negro do Estado. Ele vai usar o dinheiro do Funpemp para pagar as aposentadorias dos funcionários antigos, desonerando o Estado por alguns meses de aportar o recurso do Funfip. Por que isso, deputado Braulio Braz, que tem larga experiência em gestão financeira? O governo exauriu as suas possibilidades de endividamento, não consegue mais crédito, nem internacional, nem interno, nem com os agiotas, suspeito eu. Já rapou todos os tachos.

Há outro projeto em tramitação que permite ao governo meter a mão no Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas - Fhidro. Então, agora é a hora de rapar tudo. E, quando não houver o que rapar no governo, vai bater a carteira do servidor do Estado de Minas Gerais. O governo de Minas vai roubar, bater a carteira do servidor do Estado, roubando o seu futuro, a possibilidade de aposentadoria que garantiria tranquilidade aos seus filhos e à sua família. Indago se os deputados de Minas estão dispostos a serem cúmplices disso? E o mérito desse projeto é a necessidade de ser rápido, deputado João Vitor Xavier. Por isso, esse trâmite rápido e viciado, emenda de 2º turno à noite, sem acordo de líderes, votação de redação final e, em 24 horas, a publicação. Mais 24 horas, dois projetos de lei complementar e uma PEC na Assembleia para ser indigerida pela "assembleia homologativa", para ver a Casa rastejar, mais uma vez, e fazer tudo o que seu amo mandar. Esse trâmite Ben Johnson, rápido e viciado, é fundamental, porque ninguém bate a carteira sem ser rápido. O batedor de carteira sabe que tem de ser rápido. Se ele demorar, quem está tendo a carteira batida, chamará a polícia, gritará, esperneará. É por isso que o governo quer que esta Casa faça o serviço sujo rapidamente, para o servidor não ter noção de que está tendo a sua carteira batida.

Questões de Ordem

O deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, percebemos a inexistência de quórum. Portanto solicito a V. Exa. que determine, de plano, o encerramento dos trabalhos pela evidente falta de quórum.

O deputado Luiz Humberto Carneiro - Sr. Presidente, solicito a recomposição de quórum.

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) - A presidência vai atender ao requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro.

O deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, estão 18 deputados em Plenário. Como V. Exa. verificou? Estão aqui 18 deputados.

O deputado Luiz Humberto Carneiro - Sr. Presidente, a contagem não pode ser feita individualmente, deve ser feita a recomposição.

O presidente - É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada das deputadas e dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Bosco) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 36 deputados, que, somados aos 6 em comissões, perfazem o total de 42 parlamentares. Portanto, há quórum para votação e para a continuação dos trabalhos.

Questão de Ordem

O deputado Sávio Souza Cruz - Não é o caso. Com os 6 deputados em comissão, atingimos 42. Mas a questão que formulo a V. Exa. é a seguinte: no entendimento da direção dos trabalhos, qual o quórum necessário para essa discussão? Lembro a V. Exa. que estamos discutindo o requerimento de votação. Essa discussão do requerimento, no entendimento deste deputado, faz parte do processo de votação. Em sendo parte do processo de votação, indago a V. Exa. se é requerido o quórum mínimo de 39 presentes, que é o necessário para a votação, ou se apenas de 26, para a preservação da reunião aberta. Essa é a questão de ordem que formulo a V. Exa.

O presidente - Vou responder a V. Exa., Deputado Sávio Souza Cruz, de acordo com o art. 126: "terá computada a presença, para todos os efeitos regimentais, como se no Plenário estivesse...". É o caso dos 6 ausentes, que estão presentes a reunião de comissão, realizada no Palácio da Inconfidência, concomitante à reunião da Assembleia Legislativa. Temos 36 deputados presentes e 6 em comissão, totalizando 42.

O deputado Sávio Souza Cruz - Não foi isso que perguntei. Entendi isso e concordo. Não foi isso que indaguei a V. Exa.

O presidente - São necessárias 39 presenças.

O deputado Sávio Souza Cruz - Por hipótese, se tivéssemos só os 36 e não houvesse reuniões de comissões, haveria quórum para continuar os trabalhos, estando nós num processo que já entendo ser de votação? É uma pergunta que fiz em tese. Não é a interpretação que V. Exa. deu, que foi absolutamente correta. Se nós, por hipótese, tivéssemos atingido não os 42, mas, por exemplo, 35, teríamos o quórum? É mais que 36, e 26 é menos que 39. Poderia, no caso, haver a continuação dos trabalhos ou seria demandada a presença dos 39?

O presidente - Com certeza. Nessa hipótese, o número seria suficiente para a continuação dos trabalhos.

O deputado Sávio Souza Cruz - No caso, seriam 26 deputados.

O presidente - Sim, 26.

O deputado Sávio Souza Cruz - É esse o entendimento?

O presidente - Para encaminhamento de votação, são necessários 39 deputados.

O deputado Sávio Souza Cruz - São 39 deputados, e esse é o nosso caso.

O presidente - Exatamente.

O deputado Sávio Souza Cruz - Então, precisamos de 39 deputados.



O presidente - Para encaminhamento de votação, como é o caso do deputado Tadeu Martins Leite, que já está solicitando a palavra, há quórum suficiente.

O deputado Sávio Souza Cruz - Até peço desculpas a ele por estar atrasando a palpitante manifestação que ele fará, mostrando a fundamental relevância dessa inversão de pauta. Muito obrigado, Sr. Presidente, sinto-me esclarecido.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Tadeu Martins Leite.

O deputado Tadeu Martins Leite* - Sr. Presidente, neste momento, venho encaminhar favoravelmente à inversão da pauta de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 54 seja apreciado antes do Projeto de Lei Complementar nº 53, até porque tive a oportunidade de participar, na semana passada, de audiência pública realizada especificamente para discutir essa jogada com a previdência no Estado de Minas Gerais.

Naquela ocasião, pudemos discutir e escutar diversas opiniões e constatações. Foi quando começamos a entender a necessidade de uma discussão mais profunda e, principalmente, uma discussão prioritária sobre a extinção ou não do Funpemp. Posteriormente, falei sobre isso, para depois discutirmos a previdência complementar.

Inicialmente, esse projeto passou pelas comissões, e não havia sido realizada ainda uma audiência pública para discutirmos essas matérias com os servidores diretamente envolvidos nesse tema. Conseguimos discutir o tema e organizar uma audiência pública com a presença de deputados, vários servidores do Estado e presidentes de diversos sindicatos. Lembro-me de que vários deputados participaram da discussão, que foi extremamente quente, e posso dizer isso com muita tranquilidade, pois estava lá, mas não ficaram muito claros os objetivos do Estado.

A secretária de Planejamento participou da discussão e, de fato, apresentou seu posicionamento, mas, até este momento, ainda não conseguiu convencer alguns deputados e, principalmente, não conseguiu convencer os servidores, que são os principais prejudicados se acontecer a extinção do Funpemp. Estamos discutindo dois fundos: o Funpemp e o Funfip. Um é superavitário, e o outro é deficitário. Um tem pouco mais de R\$3.500.000.000,00 arrecadados; o outro está sem fundo algum ou está sempre no negativo. Neste momento, o governo do Estado quer fazer a junção dessa parte financeira.

Ainda não ficou claro para mim - e certamente não ficou claro para vários deputados - o motivo específico dessa junção. Se é para melhorar a qualidade de vida dos aposentados, dos servidores do Estado, ótimo. Mas está parecendo que é o contrário. O que está parecendo é que o governo está querendo acabar com esse fundo superavitário, que tem mais de R\$3.500.000.000,00, para colocar o dinheiro no outro fundo, a fim de gastá-lo da maneira que bem entender, não só com os aposentados, não só com os servidores. Se isso está sendo desenhado, não podemos aceitar uma coisa dessas. Naquela audiência, os servidores se manifestaram contrariamente a essa solução. No plenarinho, houve deputados que se manifestaram contra a proposta e outros que se manifestaram a favor.

Mas, caros amigos parlamentares, telespectadores da TV Assembleia, alguns mencionaram até que isso poderia ser o próprio fundo do governo do Estado, esses R\$3.500.000.000,00 que lá estão acumulados. Não quero acreditar nisso porque seria o cúmulo da discussão que travamos, mesmo porque, ontem, neste Plenário, houve uma discussão muito complicada sobre os servidores da educação. Na ocasião, apresentamos algumas emendas para aperfeiçoar e melhorar aquele projeto de lei que deu apenas 5% de reajuste aos servidores da educação, o que significa um acréscimo de R\$60,00 a R\$70,00 em seus salários. Perdemos nas emendas, mas não perdemos as esperanças. Não perdemos a esperança de convencer o governo do Estado a investir mais na educação.

O Funpemp, na minha concepção, tem de ser discutido antes do regime complementar que aqui está sendo proposto. E tem de ser discutido porque precisamos entender e deixar claro qual o motivo real, qual o projeto real que o governo do Estado tem para extinguir esse fundo superavitário. O que hoje discutimos neste Plenário é um valor de R\$3.500.000.000,00, que podem desaparecer de uma hora para outra, em prejuízo dos servidores do Estado de Minas. Portanto, necessitamos de responsabilidade para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 54. Depois dele - e a decisão fica a cargo deste Plenário -, poderemos discutir o Projeto de Lei nº 53, que é, de fato, o regime complementar.

Os servidores sabem que isso não cheira bem. Alguns já disseram que o governo quer lançar mão desses recursos para tapar buraco e pagar o 13º salário, outros disseram que esse dinheiro já se encontra garantido. Mas quero que esse assunto fique claro, que saibamos o que será feito com esses R\$3.500.000.000,00 por parte do governo do Estado.

Caro presidente Dinis Pinheiro, é por isso que venho encaminhar favoravelmente à inversão da pauta, para que este Plenário analise prioritariamente o Projeto de Lei Complementar nº 54 em detrimento do 53. E, se Deus quiser, após essa discussão e a votação do Plenário, teremos tranquilidade e clareza maior sobre por que o governo do Estado quer extinguir o Funpemp, que hoje é superavitário, com mais de R\$3.500.000.000,00 em caixa. Não só eu quero saber essa resposta, mas principalmente os servidores do Norte de Minas, que certamente estão acompanhando essa discussão. Esse é o meu encaminhamento. Obrigado.

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, solicitei encaminhar a inversão da pauta porque está claro, para todos nós, que o Estado de Minas Gerais está quebrado. De fato, o choque de gestão quebrou Minas. Quando dizemos que Aécio quebrou Minas, não é apenas uma figura retórica; o Estado está quebrado, completamente endividado. Já li que o Estado não tinha dinheiro sequer para comprar cafezinho na Secretaria de Fazenda e adiou a compra para janeiro. O Estado quebrado não pode pegar o dinheiro do servidor público para tapar o buraco da quebradeira. Até entendo o desespero do governador Anastasia em querer tapar o buraco e manter as aparências para as eleições do ano que vem. Imaginem o povo mineiro e brasileiro saber que o choque de gestão do Aécio quebrou Minas. Se o senador já não vai bem nas pesquisas, não consegue sair de 14% nem que a vaca tussa e o saci cruze as pernas, imaginem quando todo o Brasil souber que o que o senador fez foi quebrar Minas e que agora está tomando dinheiro do servidor público para tapar buraco. Imagino o desespero. Mas o servidor público não pode pagar o pato e ficar sem garantia de aposentadoria no futuro, que é o que o governo está querendo.

Esse assunto tem de ser tratado aqui em primeiro lugar e com a prioridade necessária, até para tentarmos ajudar na agonia do governo. Em vez de pegar o dinheiro do fundo de previdência para aposentadoria do servidor, o que pode ser feito para Minas Gerais ultrapassar esse período difícil de quebradeira? Naquele dia falei com a secretária Renata Vilhena que talvez fosse o caso de



formarmos uma comissão da Assembleia Legislativa para ir até Brasília pedir socorro à presidenta Dilma. Mas, para isso, o Estado tem de ter a dignidade de dizer: “Estamos quebrados mesmo, presidenta, mas precisamos do seu auxílio”. Tenho certeza de que a Dilma, sendo mineira, vai socorrer o Estado de Minas Gerais. Mas o Estado fingir que não está quebrado e querer tomar o dinheiro do servidor público não é a solução adequada. Se Minas está nesse estado lastimável, peça socorro ao governo federal. Sou solidário ao governador, iremos até a presidenta Dilma, diremos que Minas está quebrada e que precisamos do auxílio do governo federal. Aliás é obrigação do governo federal apoiar Minas. Vou junto para dizer à presidenta Dilma que é preciso socorrer Minas mesmo, que o Estado está quebrado, mas não merece isso, que o governo do Estado atuou mal, mas não vamos fazer um balanço do passado, vamos socorrer o Estado de Minas Gerais. Mas o senador confessar que o choque de gestão quebrou Minas não pode. Qual a solução, então? Meter a mão no dinheiro do servidor público, acabar com a previdência do servidor, para o povo não saber.

Existem outras saídas, uma delas é exigir do governo federal que ajude Minas Gerais, em razão da quebra. Compreendo a agonia do governo do Estado com a situação, mas não se pode resolvê-la à custa do servidor público. Aliás, isso não ajuda em nada, esse dinheiro da previdência vai dar uma sobrevida ao Estado de mais ou menos cinco, seis meses. Passado esse período, a situação vai piorar, porque ele terá de pegar mais dinheiro do caixa para pagar os outros aposentados. Mas não é o nosso Caixa do Galo, estou falando do caixa do Estado. Precisará pegar maior quantidade de dinheiro do caixa único do Estado, piorando a situação de Minas Gerais. Vai-se criando uma bomba a curto prazo, que vai explodir. Cometer o ato de irresponsabilidade que o governo está cometendo, aumentando o problema para esconder que o senador quebrou Minas, não ajuda, só piora a situação de Minas Gerais.

E a situação não é boa mesmo. Eu trouxe uns *e-mails* das escolas às quais o governo está devendo. É uma coisa impressionante, estão nos pedindo socorro. (- Lê:) “Caros deputados, venho através deste *e-mail* solicitar para as nossas escolas técnicas...” São as escolas técnicas do PEP, aquele programa que a Andrea diz na televisão que está às mil maravilhas, que o governo está profissionalizando um monte de gente. As escolas foram contratadas para o PEP, e o governo não paga, não tem verba, está querendo tirar dinheiro do servidor para encobrir as mentiras que ele quer sustentar na televisão.

“Nossas escolas técnicas estão fechando devido ao programa do governo mineiro, o Programa de Educação Profissional - PEP. Esse programa foi criado para educar jovens no ensino profissionalizante, mas o governo não está pagando as instituições”. Outro: “Boa noite, aqui em Passos a situação está insustentável. Não sabemos mais o que fazer. Algumas escolas estão falando em paralisar até o governo regularizar a situação”. Outro: “Fechada escola através da vergonhosa mentira da ilegalidade de documentos, da vergonhosa falta de pagamento de impostos, luz, água e outros compromissos”. Professores e demais funcionários de uma escola não podem nem devem trabalhar sem pagamento. Isso é ilegal, imoral e inconstitucional.

Outro: “Caros colegas, a situação quanto à falta de pagamento por parte do governador já ficou fora de controle para algumas instituições de ensino técnico”. Outro: “Gostaria que alguma rádio divulgasse essa falta de comprometimento com as escolas mineiras, pois temos escolas fechando por falta de pagamento do governador”. Outro: “O PEP foi criado para profissionalizar o jovem e estão quebrando as escolas por falta de pagamento”. Outro: “Estamos emitindo as notas fiscais, pagando os impostos e eles não nos pagam”.

Outro: “Estamos na mesma situação. Os alunos já estão se mobilizando para montar grupos e ajudar a cobrar do governo. Temos que nos unir para cobrar”. Vejam o desespero das escolas. Outro: “Gostaria que alguma rádio divulgasse essa falta de comprometimento com as escolas mineiras. Temos escolas que estão fechando porque o governador não paga. O PEP foi criado para ajudar os jovens, mas está quebrando as escolas. Governador, onde está o dinheiro para as escolas? Precisamos muito receber. Estamos emitindo notas fiscais e pagando os impostos. Estão inventando que as escolas estão irregulares. Essa é a única resposta que temos? O que vamos fazer? Vamos divulgar ao máximo. Por gentileza, divulguem no Facebook. Rádio Itatiaia, por gentileza, nos ajude”. Vejam a ingenuidade das escolas, pedindo socorro à imprensa, querendo que a imprensa divulgue que o Estado está quebrado. Vê se a Andrea Neves vai deixar divulgar isso.

Tudo isso é o desespero das escolas. Ou seja, o governo não tem dinheiro para pagar aos fornecedores. Minas está quebrada. Tudo bem, vamos ajudar o governo, mas não pode pegar o dinheiro da aposentadoria, porque isso só piora. É aquela história de vender o almoço para comprar a janta. O governo de Minas Gerais está quebrado. O choque de gestão quebrou Minas. Não tem dinheiro para nada, para cafezinho na Secretaria de Fazenda, para pagar as escolas de ensino profissionalizante. Vocês viram como as escolas estão desesperadas. Aí, o governador pega o dinheiro do servidor público, faz outro rombo e paga. E a Assembleia Legislativa vai permitir que isso aconteça, vai deixar que tirem o dinheiro do fundo da previdência do servidor público, a aposentadoria dos servidores?

Atenção servidor público, atenção servidores da Assembleia Legislativa, isso é para vocês também. Não são apenas as sofridas professoras que serão atingidas. Agora, são as sofridas professoras, são os servidores da Assembleia Legislativa, são os servidores do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Saúde, da Fiscalização. O governo está preparando para meter a mão no fundo de previdência e prejudicar a aposentadoria futura do servidor público. Isso está sendo feito à luz do dia. Não tem desculpa de que ninguém sabe, pois estamos avisando. Deputado que votar esse projeto estará votando a retirada do dinheiro dos servidores para esse tipo de desespero do governador, que não tem dinheiro para pagar ninguém, com a quebra em que está o Estado de Minas Gerais.

Existe outra solução para não tirar o dinheiro do servidor público? Tem e eu me proponho a ajudar. Se o presidente quiser vamos fazer uma comissão para ir à presidenta Dilma, vamos a bancada do PT e do Bloco Minas sem Censura em peso. Vamos cobrar da presidenta para que ela ajude Minas Gerais mais uma vez, para que essa quebra do Estado seja solucionada. O que não pode, deputada Maria Tereza Lara, é tirar o dinheiro da previdência dos servidores. Aí já passa a ser deslealdade com o servidor, com um dinheiro que é dele, e o Ministério Público está de olho. Ontem mesmo fomos ao Ministério Público e avisamos que estão tirando dinheiro da previdência do servidor. Até amanhã, o Ministério Público vai entrar com uma ação para reverter a situação.

A minha proposta é formar uma comissão de deputados e procurar a presidenta da República, expor a situação de quebra do Estado e buscar um apoio também do governo federal, que tem a obrigação de socorrer um Estado importante como Minas. Essa é a minha proposição, ao invés de tirar dinheiro do servidor público. Muito obrigado.



O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Maria Tereza Lara.

A deputada Maria Tereza Lara* - Boa tarde parlamentares, deputadas e deputados desta Casa; deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa, que preside esta sessão; deputado Bosco, nosso colega da Comissão de Educação; bancada feminina que está presente.

Quero contextualizar, nesse debate que fazemos, o que significa o dia de hoje, 20 de novembro. O dia 20 de novembro é um dia muito importante, é o dia da consciência negra. Estamos discutindo esse tema neste momento. No Brasil, lembramos o Zumbi, aquele que deu a vida para acabar com o racismo, com o preconceito. Hoje é dia 20 de novembro. Além disso, hoje no Brasil, se inicia a campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Esse é outro marco simbólico. Por que hoje? Exatamente porque hoje se une a essa luta contra o racismo. Então, o dia de hoje, 20 de novembro, é uma data importante também por esse motivo.

No mundo, o início da campanha dos 16 dias de ativismo será no dia 25. No Brasil, começa hoje e se encerra no dia 10 de dezembro, que é também o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Então, é uma data simbólica. Deputadas Ana Maria Resende, Luzia Ferreira, Liza Prado e Rosângela Reis, nossa bancada feminina, hoje é o início dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Há vários tipos de violência, não só física e psicológica, mas também a violência de estarmos sub-representadas no parlamento e em tantos outros lugares.

Mas há homens que também fazem esse debate. Há o deputado Rogério Correia e vários outros parlamentares, como o deputado Dalmo Ribeiro Silva, que presidiu uma comissão que discutiu o enfrentamento da violência contra as mulheres. Está aqui o deputado Carlos Pimenta, que já nos reivindicou uma celebração dos 16 dias de ativismo, que começam hoje no Brasil. É uma data simbólica importante.

Além disso, hoje, em Belo Horizonte, a Fiemg, por meio do Senai e do Sesi, está realizando a Olimpíada do Conhecimento Saber para Transformar. Estive lá. A pedido do presidente da Comissão de Educação, deputado Duarte Bechir, fomos representá-lo, representar a nossa comissão naquele ato. Lá, na Avenida Cristiano Machado, vimos o grande avanço tecnológico de inúmeros jovens mineiros que estão aprendendo a desenvolver a ciência e a tecnologia para avançar. Então, é hoje, dia 20 de novembro. Estamos contextualizando para ver em que dia estaremos votando os dois projetos que mencionarei daqui a pouco.

Estive em São Paulo, na Olimpíada do Conhecimento, onde pudemos verificar a questão tecnológica no Brasil. Hoje o Sistema S - Senai, Sesi - está inserido numa parceria com o governo federal e com todas as esferas de poder para desenvolver o Pronatec. No Brasil, são mais de 4 milhões de jovens já matriculados. Isso é uma vitória da educação, uma vitória do governo federal, em parceria com as outras esferas de poder.

E Minas Gerais é o estado com o maior número de matrículas do País, pois realmente há muitas pessoas envolvidas no projeto: prefeitos, deputados, deputadas, enfim, vários órgãos, além da Secretaria de Estado de Educação. Por isso, queremos aqui lembrar esse grande avanço do Pronatec, que é uma parceria com a Fiemg. É importante o papel do empresário junto ao poder público para fazer acontecer uma educação de qualidade, tecnológica.

Nesse contexto, nesta Casa, estamos para votar dois projetos que estão agora em debate: o Projeto de Lei Complementar nº 54, que é uma proposta de extinção do fundo de previdência, o Funpemp; e o Projeto de Lei Complementar nº 53, que é da previdência complementar. Ora, para saber que tipo de previdência complementar queremos ou não, precisamos primeiro resolver a questão do fundo, independentemente da questão partidária, se o deputado é oposição ou situação. Essa é uma questão muito mais grave, que exige discussão, nesta Casa, sobre o futuro que queremos para os nossos aposentados, para os profissionais, para os funcionários públicos. Sou professora aposentada, mas não estou aqui fazendo minha própria defesa. Realmente é uma situação ampla. Tenho condições e saúde para trabalhar, mas muitos profissionais dependerão, única e exclusivamente, de sua aposentadoria.

Percebemos que, no processo de discussão desse projeto, todos os deputados, até os da situação - tenho certeza de que os conheço -, questionaram esse projeto. Por que não? Esta é a Casa da transparência, deputado Dinis Pinheiro, e ela tem aberto espaço para a participação. Há questões que não podemos aceitar, e falei isso na audiência pública em que esteve presente a secretária Renata Vilhena. Nesse caso específico, por exemplo, de uma emenda apresentada em 2º turno sem acordo de líderes, como fica o processo democrático? Como garantiremos a democracia? Devemos fazer isso nas questões simples e importantes do dia a dia. Se não preservarmos a democracia e a transparência no processo legislativo, como defenderemos um país democrático, com maior participação? Isso é sério. Falei lá que não era uma discussão de uns contra os outros, mas sim um debate da Casa como um todo. Como queremos esta Casa? Como fica o respeito de uns pelos outros no desenvolvimento desse processo? Quero, então, comentar essa questão.

Diante disso, é lógico que oficialmente nosso Bloco Minas sem Censura já se posicionou contra a extinção do Funpemp, mas isso não é coisa da nossa cabeça nem se deve ao fato de eu ser professora aposentada. Estamos ouvindo os segmentos, os conselhos dos fundos e até observando a legislação. Eles não foram ouvidos. Existe uma lei. Um dos conselhos é deliberativo, e tudo comprova que eles não foram ouvidos. E, quando foram ouvidos, depois do projeto aqui, houve uma maciça votação contra a extinção do fundo. Então, essa é uma questão que ficará registrada na nossa história nesta Casa. Temos que pensar nisso. Vamos superar qualquer tipo de divergência e ajudar a pensar. Alguns deputados da base certamente já devem estar fazendo isto: sentar com o Executivo e discutir. Esse é o seu papel. Fui vereadora da base por dois mandatos e às vezes nos sentávamos, questionávamos seriamente e ajudávamos o governo a encontrar saídas. Esse é o papel da situação. Espero que os parlamentares já estejam fazendo isso para encontrar outra saída.

Sr. Presidente, encerrando minha fala, estou propondo que, de fato, invertamos a pauta. Não podemos votar uma previdência complementar sem resolver a questão do fundo. E faço um apelo para que os deputados da base do governo consigam internamente achar outra saída com o Executivo Estadual. Não podemos permitir de forma alguma que qualquer problema financeiro do Estado seja resolvido com a extinção do fundo, que é dos profissionais e não do governo. O governador passa, mas o Estado permanece. Estamos discutindo uma questão de Estado, de direito dos profissionais. Deputado, perdão. Vou lhe conceder o tempo que pediu.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Vítor Xavier.



O deputado João Vítor Xavier* - Presidente, vou ser breve porque temos urgência em votar o projeto, mas sou obrigado a responder ao deputado que me antecedeu por uma questão de respeito à empresa em que trabalho há 13 anos, que conheço e sei da relevância que tem para os mineiros. Não é concebível que eu fique calado ouvindo as barbaridades que ouvi do deputado que me antecedeu, cujo nome não vou citar para que não tenha direito de pedir mais tempo, mas que todos sabem de quem se trata.

A Rádio Itatiaia é uma empresa absolutamente independente. Não tem vínculo com órgão religioso ou com nenhuma igreja, seja ela protestante, seja católica, seja de qualquer outra religião. Também não tem vínculo com nenhum partido ou grupo político-econômico. A Rádio Itatiaia é uma empresa familiar, constituída há seis décadas no Estado de Minas Gerais, que presta importantes serviços na área de comunicação em Minas, com extrema transparência. A transparência é tão grande, que este deputado ingrato que me antecedeu sempre teve os microfones da rádio abertos para expor seu ponto de vista, assim como têm o governador, o vice-governador, o prefeito, o presidente da Câmara, o deputado da situação, o deputado da oposição, o vereador de situação, o vereador de oposição, o presidente do sindicato, o gari, o porteiro, o lixeiro, o pedreiro, o advogado, o médico, o padeiro.

A Rádio Itatiaia é uma empresa independente, presidente, e não tem ligação política alguma. Quem manda na Rádio Itatiaia não é partido político, não é grupo religioso ou grupo empresarial. Conforme muito bem lembrou o deputado aqui, como diria o seu fundador Januário Carneiro, a Rádio Itatiaia vende espaço publicitário, não vende opinião. Os deputados que aqui compõem a oposição ao governo de Minas têm e sempre tiveram espaço aberto na Rádio Itatiaia. Estou cansado de ouvir deputados de oposição expondo seus posicionamentos políticos por meio da Rádio Itatiaia, como estou cansado de ouvir jornalistas da Rádio Itatiaia, como Carlos Viana, Eduardo Costa e tantos outros, fazendo críticas a projetos ou a posicionamentos do governo. Nós temos aqui dois deputados que trabalham na Rádio Itatiaia: um faz parte de um partido que é da base do governo do Estado e de oposição ao governo federal, e outro é da base do governo federal e de oposição ao governo do Estado. Jamais houve qualquer interferência da direção da Rádio Itatiaia no trabalho desses parlamentares aqui, como o microfone da Rádio Itatiaia jamais tomou posição político-partidária.

A Rádio Itatiaia não tem ligação política, não tem ligação partidária, e muito me admira um deputado vir aqui para criticá-la, dizendo que seria controlada por fulano, sicrano ou beltrano, sendo que esse deputado corriqueiramente tem os microfones da Rádio Itatiaia abertos para expor seu posicionamento de crítica ou elogio a quem quer que seja. Isso, para mim, além de falta de bom senso, é falta de gratidão e respeito a uma emissora que sempre abriu as portas a esse parlamentar. Acho que ele deveria repensar seu posicionamento. Se ele for incoerente com o seu eleitor, como foi com essa emissora de rádio, perderá toda a sua credibilidade. Quem abre portas, quem dá espaço, quem abre possibilidade de debate amplo não é reconhecido e recebe acusações levianas. Essas acusações que foram feitas por esse parlamentar não merecem o meu respeito.

Tenho certeza de que falo em nome de tantos e tantos mineiros que encontram abertas as portas da Rádio Itatiaia, bem como seu microfone. São pessoas que buscam a rádio para doação de sangue, para anúncios fúnebres, ou para abrir o coração e falar da torcida.

Gostaria de dizer ao deputado que está ao meu lado que falo do assunto que quiser. Fui eleito pelo povo de Minas e falo do assunto que quiser. V. Exa. não vai me censurar, nem dar palpite sobre o assunto que trago aqui. V. Exa. respeite o meu mandato, que não é menos valoroso que o de V. Exa. Respeite o meu mandato e o meu direito e a minha liberdade de expressão. V. Exa. não vai me tutelar ou dizer o que posso ou não falar nesse microfone. Fui eleito com 56.956 mineiros e peço que V. Exa. respeite o meu mandato. A Rádio Itatiaia é uma empresa transparente, que abre espaço para qualquer que seja o deputado ou o cidadão mineiro. Muito obrigado, presidente.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes* - Presidente, deputados e deputadas, estamos acompanhando o desejo dos deputados de agilizar esse processo que mostra a clara tentativa do governo de impor a sua maioria, na truculência, sem se aprofundar no debate desse assunto fundamental, que diz respeito aos recursos, à estrutura do Estado, à política adotada hoje pelo Estado de Minas Gerais e ao direito dos nossos servidores.

Essa proposta do governo, de extinção do Funpempg, é de fato uma situação que deve ser anunciada em todos os cantos de Minas Gerais. O nosso companheiro deputado Rogério Correia muito bem disse aqui que deveríamos criar uma comissão de deputados para ir pedir ajuda ao governo federal. Deputado, coloco-me à disposição para irmos até a nossa presidenta Dilma anunciar, em alto e bom som, que o Estado de Minas está quebrado. Essa seria a atitude correta a ser tomada em razão da forma truculenta com que o governo se posiciona. O governo quer que a maioria desta Casa não debata, nem se aprofunde na discussão, para fazer prevalecer os seus interesses momentâneos. Ele nos mostra claramente a total falta de responsabilidade que tem para com o nosso Estado de Minas Gerais.

Estou falando de um fundo superavitário, com quase R\$4.000.000.000,00 em caixa, que vem ao longo do tempo demonstrando a sua importância. Nas últimas semanas, houve uma atitude nesta Casa que muito nos deixou indignados. Foi colocada uma emenda, no projeto de lei, simplesmente acabando com o direito do servidor de fazer uma assembleia para debater e avaliar qualquer possibilidade de extinção do referido fundo. Senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Assembleia, a partir do momento em que essa emenda foi eliminada, isto é, retirada do projeto de lei, na semana seguinte, o governo propôs a extinção desse fundo, transferindo o montante do recurso do referido fundo para outro fundo que, sabemos, enfrenta dificuldades, já que todo mês o governo precisa aportar recursos nele. Assim foi feito com a única lógica de resolver um problema momentâneo, sem discutir as consequências que isso vai gerar para os cofres, nos próximos anos, deste ou de outro governo que venha a administrar o Estado de Minas Gerais, e sem discutir o direito que os servidores têm. Pensaram unicamente no momento vivido pelo governo.

Neste momento, o governo está quebrado e não cumpre com as suas obrigações, tantas vezes anunciadas por vários companheiros e companheiras desta Casa, nesta tribuna e neste Plenário, na área da educação ou da saúde. O governo não dá conta de cumprir aquilo que está na Constituição federal, ou seja, o mínimo constitucional de investimento nas áreas da saúde e da educação. Quero compartilhar, entre vários outros problemas, deputadas e deputados, mais um que mostra claramente a dificuldade e a situação de calamidade que estamos vivendo no Estado. Por exemplo, para tentar cobrir o rombo do caixa, o governo, além de tudo isso que estamos anunciando, também está retirando recursos de áreas fundamentais, como as dos comitês de bacia hidrográfica. Ele está



revogando, por meio do Projeto nº 4.440, a chamada reforma administrativa, as vinculações dos recursos aprovados anteriormente, fruto de mobilização de vários movimentos ambientais. Infelizmente, os recursos destinados aos comitês de bacia estão sendo diminuídos e eliminados. Isso prova que o governo não está conseguindo fazer que os recursos já previstos no orçamento, em outras leis e em acordos sejam investidos no Estado. Isso também mostra claramente a manobra que o governo faz para tentar reajustar suas contas em um grande projeto político. Tenho dito - e falamos muito sobre isso nas nossas conversas de bastidores, e vejo aqui deputados obviamente da situação - que muitos até mesmo de oposição elogiam e reafirmam a capacidade do nosso atual governador Anastasia. Gostaríamos que realmente ele pudesse governar nosso Estado.

Acreditamos que ele realmente tem competência. Ele é capaz para isso, mas infelizmente estamos a mercê de um projeto político que Minas vive nos últimos anos para mostrar ao País a Minas midiática, a Minas falsa, a Minas enganosa. Estamos a serviço de um único projeto para eleger um senador presidente da república. Colocam todo um projeto de governo do Estado à mercê desse projeto político unilateral, pessoal e infeliz. Nosso governador está amarrado e não consegue implementar políticas em Minas Gerais. As pesquisas mostram dados e estão aí.

Nesta semana há uma pesquisa novíssima mostrando claramente que tudo isso que vem sendo adotado em Minas Gerais não tem nenhum reflexo na vida do cidadão. Este tem percebido o crescimento do País, as políticas sociais, os investimentos do governo federal e sabe claramente que projeto importa a ele, que projeto quer que continue no País. Com certeza, ele quer que Minas, em consonância com o governo federal, tenha também a oportunidade de crescer, desenvolver-se e transferir renda. Esse projeto político que se iniciou em 2003, com o nosso ex-presidente Lula, vem avançando com a presidente Dilma. Os mineiros estão conscientes, sonhando e gritando para cada canto de Minas que querem também esse desenvolvimento para o Estado. Queremos estar ao lado de Fernando Pimentel, hoje ministro e ex-prefeito de Belo Horizonte, e que Minas possa ter a experiência que mudou o Brasil. Queremos ajudar a mudar Minas Gerais. Então, Sr. Presidente, não tenho dúvidas de que os mineiros estão acompanhando tudo que estamos vivendo. Minas vive uma calamidade nas prefeituras, nas transferências de responsabilidade e nos problemas de segurança pública. Esperamos que cada canto dos municípios do Estado possa ser atendido com a grande mudança que Minas espera: eleger um novo governo, eleger um novo projeto em consonância com projeto nacional, que hoje é aprovado em todo o Brasil; e isso não é diferente em Minas Gerais.

Infelizmente, Sr. Presidente, esta Casa não quer aprofundar o debate sobre essas calamidades que nos indignam ainda mais, não só ferindo os direitos dos nossos servidores, na calada da noite, aprovando um projeto sem discussão, fazendo prevalecer o desejo e o projeto pessoal, não do governo, mas apenas de uma pessoa, não discutindo a fundo o que Minas precisa.

Questões de Ordem

O deputado Ulysses Gomes - Como ainda tenho mais um tempo, Sr. Presidente, e vejo que nesta Casa, infelizmente, não temos quórum...

O deputado Duarte Bechir - Ulysses, Ulysses, Ulysses...

O deputado Ulysses Gomes - Só um minuto, deputado. Infelizmente, não temos quórum...

O deputado Paulo Guedes - Vamos pedir para encerrar, por favor.

O deputado Ulysses Gomes - Pediria o encerramento, de plano, Sr. Presidente.

O deputado Duarte Bechir - Recomposição.

O deputado Ulysses Gomes - Porque, infelizmente, neste momento não temos a quantidade necessária para continuar o discurso. Então, solicito que meu tempo seja paralisado para que, em outro momento, possamos continuar. Peço, então, o encerramento, de plano, da reunião.

Não, eu pedi para parar meu tempo 30 segundos atrás.

O presidente (deputado Bosco) - Deputado, V. Exa. pediu a recomposição dentro de seu tempo, então vamos contar dentro desse tempo a recomposição do quórum, e solicito ao deputado Duarte Bechir que a faça.

O deputado Ulysses Gomes - Não, eu pedi o encerramento, de plano.

O deputado Paulo Guedes - Não pedi recomposição, não.

O deputado Ulysses Gomes - Não pedi recomposição, não, Sr. Presidente.

O deputado Paulo Guedes - Encerramento, de plano.

O deputado Ulysses Gomes - Sr. Presidente, encerramento, de plano. Fui muito claro. Não há nenhum deputado na Casa, apenas cerca de 8 ou 10 deputados, então é visível a falta de quórum. Peço o encerramento, de plano, da reunião. Meu tempo era 1 minuto e 10 segundos.

O deputado Duarte Bechir - Recomposição de quórum, Sr. Presidente. É regimental.

O presidente - De acordo com o Regimento Interno, art. 163, apartes e questões de ordem consentidos pelo orador e os incidentes por ele suscitados serão computados no prazo de que dispuser para pronunciamento. Portanto, de acordo com o Regimento Interno e por solicitação do deputado Duarte Bechir, vamos fazer a recomposição de quórum. Fica, então, esgotado o tempo do deputado Ulysses. Com a palavra, para recomposição de quórum...

O deputado Ulysses Gomes - Sr. Presidente, pela ordem. Restavam 1 minuto e 10 segundos. Solicitei o encerramento, de plano. Se outro deputado pediu, é outra questão. Eu pedi o encerramento. Meu tempo estava em 1 minuto e 10 segundos.

O deputado Paulo Guedes - Eu queria saber, porque várias vezes aqui, só uma questão de ordem, Sr. Presidente...

O deputado Ulysses Gomes - Aí, o deputado deixou meu tempo correr, para encaminhar...

O deputado Paulo Guedes - Quando se pede encerramento, de plano, eu peço a contagem, e não sou atendido. Isso fica a critério do presidente ou é uma regra regimental? Porque já aconteceu, outras vezes, de o deputado pedir encerramento, de plano, e eu, em seguida, pedir recantagem, e não ser atendido. Portanto, o deputado agora pediu o encerramento, de plano.



O presidente - Deputado, de acordo com o Regimento Interno e por determinação da presidência, faremos a recontagem de quórum, a verificação de quórum.

O deputado Paulo Guedes - V. Exa. não me explicou. Estou perguntando. A assessoria poderia informar-se, então. Fiz uma questão de ordem. Já aconteceu várias vezes, aliás, até com o deputado Bechir: eu estava inscrito para falar no pinga-fogo, e ele pediu o encerramento, de plano, da reunião. O presidente atendeu e encerrou. Mesmo eu pedindo a recomposição de quórum, não fui atendido. Quero saber da assessoria se esse critério é determinação do presidente. O que diz o Regimento Interno?

O presidente - Deputado Paulo Guedes, cabe ao presidente interpretar o Regimento Interno. O deputado Ulysses pediu o encerramento, de plano. Ao mesmo tempo, o deputado Duarte Bechir pediu a recomposição. Portanto, é regimental. De acordo com a presidência, vamos fazer a recomposição. Solicito ao secretário que proceda à chamada das deputadas e dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Duarte Bechir) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 14 deputados. Portanto, não há quórum para votação nem para a continuação dos trabalhos. A Presidência torna sem efeito a votação do requerimento.

Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/11/2013

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do deputado Rogério Correia; aprovação - Questão de Ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Hélio Gomes - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pínduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 20h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Neider Moreira, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, escutei atentamente a leitura desta ata, muito bem-feita pelo deputado Neider Moreira e cuja redação é excelente. Uma leitura de primeira qualidade do nosso Neider, com sua voz de locutor esportivo. Contudo, deputado Neider, essa ata tem um problema crônico, pois nela não ouvi nenhuma referência a um projeto de lei dos professores que votamos. Ao terminar a votação do projeto, em 1º turno, estávamos na expectativa de aprová-lo em 2º turno. Trata-se daquele projeto que reajusta em apenas 5% os professores e cujas emendas, ontem, não foram aceitas. Agora fiquei ciente - e gostaria de saber se consta da ata - que foi apresentado um substitutivo ao projeto dos professores, em 2º turno, na Comissão de Fiscalização Financeira. Prestei bastante atenção à leitura da ata para verificar se, ao se referir ao projeto dos professores, havia algum anúncio de alteração, em 2º turno. Percebi que não havia nenhum anúncio referente a isso, o que novamente me coloca em contraposição à forma como o governo e a sua base estão tratando a oposição e, nesse caso, mais uma vez, os professores, não cumprindo os acordos feitos. Não se trata de, nesta tarde, ter sido aprovado o projeto em 2º turno, incluindo-se, novamente, uma emenda de 2º turno. Agora, pelo menos, a emenda foi apresentada na comissão, e não de última hora, por um único deputado. Mas termina com mais um direito dos professores: de os mais antigos na escola, aqueles que têm 25 anos de serviços prestados, fiquem fora da escola para completar a idade para aposentadoria. Pois hoje à tarde foi apresentado um substitutivo, e nele vem novamente a retirada dessa garantia dos professores mais idosos. Portanto, novamente os professores mais antigos são penalizados com um corte de direitos num projeto de lei, que versava sobre os 5% e cujas emendas que apresentamos em 1º turno, debatemos, etc., foram derrotadas ontem. Agora, no 2º turno, apresenta-se uma emenda que está em outro projeto de lei. Portanto, aquilo que reclamamos estar acontecendo com o fundo de previdência - terminaram com o direito de plebiscito dos servidores e o fizeram numa emenda de 2º turno, de forma sorrateira -, agora, embora de forma não tão perversa, também acontece nesse caso: não se dá a chance de discutir a emenda no 1º turno, como foi feito com todas as outras. Insere-se uma emenda que retira direitos. Emenda que garante direito aos professores, ninguém do governo apresentou no 2º turno. Apresentam apenas emendas que tiram direitos. Então amanhã estará em pauta a votação, em 2º turno, desse projeto dos professores. Quero fazer esse anúncio para que os deputados me ajudem. Se não aprovarmos o projeto amanhã, da forma que o



governo quer, isto é, retirando esse direito das professoras, o governo disse que não pagará aos professores o aumento de 5%. Para pagar os 5%, terá de ser retirado um direito das professoras, novamente. É impressionante. Parece castigo. Parece que o governo quer que as suas professoras e as trabalhadoras da educação tenham sempre um castigo. Haverá um mísero 5% de aumento, e ainda vão perder um direito. Se não perderem o direito, o governo não deixa aprovar e não paga neste mês. E ainda querem colocar a culpa nos deputados. Se os deputados permitirem que isso seja votado amanhã, não cortando o direito das professoras, não haverá o pagamento das professoras. É lamentável mais essa atitude da base do governo. Gostaria de deixar isso registrado. Aliás, não vi nada disso constando na ata. Peço a V. Exa. que coloque isso, como questão de ordem, na ata a ser lida amanhã, para que comecemos a reunião já com essa preocupação. Quem sabe até lá o deputado Lafayette de Andrada, autor desse substitutivo, com a cabeça no travesseiro, lembre-se das professoras e da mãe do deputado João Leite, que está nos assistindo pela TV Assembleia. O deputado Lafayette de Andrada vai pensar nisso e ver que realmente não se pode tirar um direito das professoras mediante um projeto de lei que vai conceder 5%. Ele vai pensar nisso e quem sabe conseguir ter um novo posicionamento amanhã e retirar essa emenda. Queremos que o deputado Lafayette de Andrada durma com a consciência tranquila para amanhã nos dar a boa notícia de que não vai apresentar uma emenda retirando direitos de professores. Muito obrigado.

O presidente - Com a palavra, o 2º-secretário, para prestar esclarecimentos sobre a ata.

O secretário - A título de esclarecimento, deputado Rogério Correia, na ata consta o encaminhamento feito por meio da Mensagem nº 569/2013, da emenda ao Projeto de Lei nº 4.647/2013, do governador do Estado.

O presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia - Presidente, não havendo quórum para a continuidade dos trabalhos, peço o encerramento de plano da reunião.

Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de amanhã, dia 21, às 9 horas, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/11/2013

Presidência dos Deputados Ivair Nogueira, Duarte Bechir e Antonio Lerin

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião - 2ª Fase: Registro de Presença - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.874/2013; discursos dos deputados Rogério Correia, Sávio Souza Cruz e Adelmo Carneiro Leão, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Arlen Santiago; Questão de Ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para votação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.647/2013; Questão de Ordem; discurso do deputado Rogério Correia; Questão de Ordem; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Ivair Nogueira - Adelmo Carneiro Leão - Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Inácio Franco - Jayro Lessa - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 45 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.



Reabertura da Reunião

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

2ª Fase

O presidente - Não havendo matéria a ser apreciada na 1ª Fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Registro de Presença

O presidente - A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental do Colégio Cristão Crescer, do Bairro Candelária. Obrigado pela presença de vocês.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.874/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre o processo de designação, a avaliação de desempenho específica e o prêmio de produtividade de vigilância em saúde das autoridades sanitárias de vigilância em saúde no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde e altera a Lei nº 15.474, de 28/1/2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas, que receberam os nºs 1 e 2 e serão submetidas a votação independentemente de parecer. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar favoravelmente a votação em 2º turno desse projeto de lei que propõe reajustar os salários dos servidores da saúde, por meio da avaliação de desempenho e do prêmio de produtividade de vigilância em saúde das autoridades sanitárias no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde.

Esse projeto já está em tramitação em 2º turno, e a nossa posição, a minha posição e a posição da Bancada do PT e do Bloco Minas sem Censura, é favorável à aprovação dele. Estamos encaminhado pela aprovação.

Gostaria de dizer à base do governo, aos nossos pares e também aos servidores públicos que outros três projetos se encontram na pauta. O primeiro deles diz respeito ao reajuste do salário dos professores, de 5%; o segundo projeto cria a lei complementar da previdência; e o terceiro projeto extingue com o fundo de previdência. Aliás, hoje os servidores do Poder Judiciário aqui vieram, por intermédio do Serjusmig, para protestar contra dois projetos. Vieram protestar contra os PLCs nºs 53 e 54, que estão tramitando rapidamente na Assembleia Legislativa. Além de criarem uma previdência complementar não debatida com os servidores públicos, ainda surrupiam o dinheiro do Funpemp, que é um fundo de R\$3.500.000.000,00, porque o governo pretende tapar o buraco da falência do Estado e do choque de gestão.

O referido projeto já está em tramitação e em discussão. Hoje é o último dia de discussão do projeto, e o governo certamente tentará votá-lo na semana que vem. Apresentamos emendas a esses dois projetos para ganhar tempo, porque assim eles não poderão ser votados hoje, já que terão de ir para a comissão. Mas quero alertar os servidores de que o ritmo do governo para a aprovação desse projeto é alucinante.

Sr. presidente, coisas estranhas acontecem na Assembleia Legislativa no fim do ano. A nossa assessoria está fazendo um curso rápido, daqueles de emergência, do tipo a distância, para caçar fantasmas. No fim do ano, aparece tudo quanto é bicho esquisito na Assembleia Legislativa, como o espírito do Ben Johnson. O homem está vivo, e o espírito dele já ronda a Casa. É rápido e viciado. Eles também até já extinguiram a necessidade do plebiscito para acabar com o Funpemp. E agora veio a emenda Ben Johnson, rápida e viciada.

Agora, no projeto dos professores, ontem à tarde, deputado André Quintão, eles incluíram o fim daquela garantia que a professora tem quando está velha. Após 25 anos de serviço, já esperando a aposentadoria, ela tem o direito de ficar fora da sala de aula, isto é, a prerrogativa de trabalhar na biblioteca ou na secretaria para esperar o momento de sua aposentadoria. Isso porque, muitas vezes, ela já está cansada, desgastada. Entretanto, agora o governo também retirou delas esse direito, por meio de uma emenda de 2º turno apresentada ontem. É mais uma maldade contra as professoras, que foi incluída no segundo projeto. A nossa assessoria precisa ficar atenta e fazer cursos para caçar fantasmas na Assembleia. No fim de ano aparece de tudo: saci-pererê e mula sem cabeça. Coisas assombrosas e terríveis acontecem na Assembleia Legislativa no final do ano, sempre contra os mais pobres e contra os servidores públicos, e agora novamente contra as professoras. O que estou dizendo apareceu nesse segundo projeto.

Solicito à base do governo que aprove apenas o substitutivo na forma como ficou acordado no 1º turno, e não com essa emenda que arrumaram no 2º turno. Não será possível votarmos o projeto dessa forma. Haverá necessidade de iniciarmos um processo de debate, de discussão com o governo, após a votação do referido projeto. Tomara que tenhamos pelo menos os 39 votos, mas já estou avisando que foi feita essa maldade contra os professores no Projeto nº 4.647. As emendas que apresentamos foram todas derrotadas. A emenda que permitiria às professoras se alimentarem nas escolas tomou bomba. A professora vai continuar sem poder usufruir da alimentação que os alunos têm dentro das escolas. Isso continua proibido. A carreira continua congelada, e o reajuste dos professores continua inferior ao reajuste nacional do piso, porque a emenda também foi derrotada.

Todas as emendas para fazer a opção pelo piso e não pelo subsídio, ou “suicídio”, como ficou conhecida a forma de pagamento do magistério, também foram derrotadas. Tudo isso foi derrotado, e agora, para a nossa surpresa, aparece uma emenda de 2º turno retirando da professora o direito a cumprir, depois de 25 anos de serviço, o tempo que lhe resta de idade fora da sala de aula, mas dentro da escola. Agora querem retirar isso, sem combinar nada com os professores, sem avisar ao sindicato e sem nos avisar. Então é mais uma emenda fantasma que aparece nesse espectro que ronda a Assembleia Legislativa no fim do ano. É preciso ter cuidado. Servidores que nos visitam, tomem cuidado na Assembleia Legislativa. Olhem pelos cantos, pois pode ser que vislumbrem uma mula sem cabeça, um saci-pererê, um fantasma, um mal agouro. Coloquem sal grosso, tragam as coisas para cá no fim do ano e cuidado com o dinheiro da previdência. Já está também anunciado que, nesse espectro de fantasmas que nos ronda no fim do ano, o governo quer assaltar agora os cofres do Funpemp. São R\$3.500.000.000,00 que o governo quer subtrair para cobrir os déficits do maldito choque de gestão, que quebrou Minas Gerais.



Ontem li aqui cartas das escolas técnicas pedindo socorro, porque o governo não paga aquele projeto PEP, o programa de profissionalização de alunos. O governo contratou as escolas, mas não tem o dinheiro para lhes pagar. As escolas estão falindo, quebrando e pedindo pelo amor de Deus para ver se o governo arruma os recursos a fim de fazer o pagamento.

Outro dia li também que a Secretaria de Fazenda não tem cafezinho, que a licitação ficará para janeiro, porque não há recursos. Os policiais militares, nas delegacias e na Polícia Militar, estão sem papel higiênico, para não falar do cafezinho. Ou compram por lá eles mesmos ou ficam sem papel higiênico nas delegacias de polícia. Este é o quadro que encontramos no Estado de Minas Gerais: falência completa do choque de gestão. Vão tirar dinheiro dos servidores, dinheiro que tiraram do contracheque dos servidores para pagar o rombo e esconder do Brasil que Aécio quebrou Minas, como se isso fosse possível. Hoje as redes sociais estão aí. Coloquem bastante nas redes sociais que estão roubando dinheiro do servidor para cobrir o déficit do choque de gestão que quebrou Minas Gerais. É isso que tentam esconder.

Agora, no final de ano, temos mais uma maldade contra as professoras. É impressionante. Parece que não tem fim a ira, o ódio que o governo acumulou das professoras porque elas lutaram. Querem retirar das professoras até o direito de ficar fora da sala de aula no final da sua carreira, depois de 25 anos dando aula. Elas já estão doentes e ficarão na biblioteca ou na secretaria da escola cumprindo uma importante função. Mas não. Não podem. Devem ser castigadas. Elas não estão aguentando, mas vão ficar na sala de aula, o que também é ruim para os alunos, que terão uma professora já cansada, esgotada e estressada. Assim, piora-se evidentemente o nível de qualidade do ensino. Contudo, qualidade de ensino e qualidade de educação não importam a esse governo, mas sim punir as professoras. Estas também não puderam receber a anistia, que foi outra emenda derrotada. Sr. Presidente, é lamentável a posição do governador.

Quero terminar fazendo um alerta. Sabem para que é tudo isso? É a teoria que o governo lançou de rapar o fundo do tacho para gastar o dinheiro do servidor. Raspam o tacho para não aparecer a falência do Estado. Agora estão com uma manobra para não dar quórum na Assembleia hoje, a fim de não pagar as professoras os 5% no mês que vem. Então, este mês as professoras não terão novamente nem os 5% de aumento, porque a base do governo não dará quórum aqui - e podem apostar nisso -, exatamente para não pagar à professora 5%. A Renata Vilhena e o Anastasia economizarão 5%, raparão o tacho para sustentar a farsa do maldito choque de gestão, que faliu Minas Gerais. Muito obrigado.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores e senhoras que nos acompanham na galeria e pela TV Assembleia, o Bloco Minas sem Censura votará favoravelmente a esse projeto que concede, mesmo que seja em termos de avaliação de desempenho, uma possibilidade, ainda que seja mínima, de reajuste salarial para os servidores da saúde. Mas não podemos deixar de registrar uma preocupação com a sistemática que vem sendo adotada pelo governo do Estado. Quando os reajustes são concedidos - e tem sido repetidas vezes - na modalidade de gratificação de produção, de produtividade, o que se acaba fazendo, por extensão, é um odioso congelamento dos salários dos aposentados.

De 2003 para cá, o governo Aécio Neves rompeu uma tradição histórica de rígido atrelamento salarial dos ativos com os inativos. A sistemática dos pagamentos dos prêmios de produtividade adotada pelo governo do Estado de 2003 para cá tem deixado os aposentados sempre, repetidas vezes, como disse, sem qualquer reajuste. Mais uma vez, vem um projeto nessa linha. Portanto, mais uma vez cria-se uma defasagem salarial de uma categoria com seus aposentados, o que é absolutamente preocupante.

O deputado Rogério Correia fazia aqui um manifesto sobre sua preocupação com os espíritos que tomam conta desta Casa todo final de ano. E os espíritos que tomam conta deste Plenário e desta Casa no final do ano são de fato preocupantes. Muitos dos projetos de lei têm chegado aqui como emendas ilegais, em segundo turno, sem acordo de líderes. Muitos deles chegam como substitutivos de 15 páginas em projetos de dois artigos. Eles poderiam ser enquadrados, até o momento, em duas categorias. Uma delas seria a dos projetos rapa-tacho, como disse o deputado Rogério Correia. O rapa-tacho significa que a farsa do choque de gestão não pode ser desmascarada antes das eleições de outubro, para não prejudicar a campanha do senador Aécio. Então, de 2003 para cá, em média, para manter a mentira, para manter a propaganda, para manter a farsa, o Estado contraiu cerca de R\$2.000.000.000,00 de empréstimos anualmente. Isso, somado ao crescimento vegetativo da dívida fundada, levou Minas Gerais à condição de vanguarda, de liderança, como o mais endividado estado da Federação. E, esgotada a capacidade de endividamento de Minas Gerais pelo frenético endividamento promovido pelo senador Aécio Neves, no afã de manter firme o único projeto do governo de Minas desde 2003, que é sua candidatura, esgotou-se essa capacidade.

E agora, como disse o deputado Rogério, não tem cafezinho, não tem papel higiênico. Hoje, os prefeitos têm de custear o IMA, a Emater, o Igam, o IEF, o transporte escolar, o combustível da polícia, senão tudo, porque a propaganda não pode parar. Essa é sagrada. A propaganda é prioritária. Tirar dinheiro da D. Andréa Neves, a nossa Goebbels das Alterosas, para fazer campanha do Aécio? Isso nunca. Corta professor, corta saúde, corta segurança, mas propaganda da Andréa não pode cortar. Essa, não. E agora, não tendo de onde tirar, o governo mandou os Projetos de Lei Complementar nºs 53 e 54 e uma PEC. É curioso que, para serem minimamente constitucionais, os projetos dependem da aprovação da PEC. E embora a PEC ainda não esteja tramitando direito, os projetos já ganharam parecer pela constitucionalidade, considerando a mudança futura da Constituição. O governo de agora inventou, aqui na Assembleia, a constitucionalidade futura. Já previu que haverá mudança, e, portanto, os projetos são constitucionais. E o projeto que funde o Funpemp com o Funfip não é outra coisa. O termo pode ser duro, pode ser forte, mas não há outro. Isso é bater a carteira do servidor, é pegar R\$3.500.000.000,00 que, desde 2002, os servidores acumulam em um fundo que tem base contributiva, que tem lógica atuarial para custear no futuro as aposentadorias de quem ingressou no serviço público estadual a partir de 2002.

Vai jogar em um fundo que é meramente financeiro, contábil, em bom português, um buraco negro, e então, desonerar o governo de ter que aportar mensalmente os R\$600.000.000,00, aproximadamente, para fazer frente aos compromissos do Funfip e às aposentadorias de quem ingressou no serviço público estadual antes de 2002. É o fim da picada. É por isso que expliquei ao deputado Rogério Correia a necessidade do trâmite Ben Johnson, rápido e viciado. O rito de bater a carteira tem de ser feito de forma rápida. Um batedor de carteira não avisa à sua vítima: "Vou bater a sua carteira.", porque, se fizer isso, a pessoa reage, mete a mão no bolso,



reage contra ele e chama a polícia. Ou seja, precisam agir rapidamente para que o servidor, que está tendo a sua carteira batida, não reaja. Então, na modalidade rapa-tacho, estão os Projetos de Lei nº 53 e 54; e, pasmem, outro projeto - aliás, os ambientalistas e todo o movimento ambientalista de Minas Gerais chamam a atenção da Maria Dalce - que o governo mandou, autorizando rapar o tacho do Fhidro, o fundo que foi constituído para dar suporte às ações de preservação ambiental nas bacias hidrográficas e que agora o governo também quer rapar para tapar os seus buracos e manter a farsa da normalidade funcional do Estado de Minas pelo menos até a eleição do senador Aécio.

O recurso da preservação ambiental das bacias, o Fhidro, também vai na lógica dos projetos rapa-tacho. Mas há outra modalidade de projeto, os projetos queima-arquivo, como, por exemplo, para extinguir o Iter. Com a extinção do Iter, aquele órgão de saúde em que um secretário não sei se saiu algemado, preso, o assunto sumiu da imprensa e agora os arquivos vão ser extintos, vão ser queimados. Também será extinta a estratégica Secretaria Estratégica de Planejamento Estratégico e de Assuntos Estratégicos, que esse governo, estrategicamente, criou por lei delegada no começo do seu mandato dizendo que ela era fundamental. E os assuntos que por lá passaram são, de fato, estratégicos e merecem ser queimados. Por exemplo, a contratação, sem licitação, do Sr. Gustavo Penna por R\$18.000.000,00, a PPP do Mineirão. Então, agora, assuntos dessa natureza serão queimados com a extinção da estratégica Secretaria Estratégica de Planejamento Estratégico e de Assuntos Estratégicos. Outro órgão que também é muito estratégico e que será extinto, foi aquele criado para contratar o Sr. Fuad Noman. Agora, vão queimar o arquivo e extinguir-lo. Então, rapam o tacho e queimam o arquivo.

Mas existe uma nova modalidade, que é um projeto que mandaram para legalizar a ilegalidade. Recentemente, um superintendente da Fazenda, que foi demitido rapidamente depois de uma denúncia do jornal, se não me engano, *Hoje em Dia*, de que fazia *lobby* para um regime especial de tributação até para quem não tinha certidão negativa de quitação tributária. Agora, mandaram um projeto como emenda a um projeto do deputado Lafayette de Andrada, legalizando o ilegal. Quer dizer, tudo o que foi feito ilegalmente fica para trás, legalizado e autorizado para a frente. Assim, legaliza-se tudo o que foi feito de ilegal. Então, agora é a operação rapa-tacho, queima-arquivo e solta quem cometeu ilegalidade, porque esse processo está correndo, não há como contestar que foram concedidos regimes especiais de tributação a quem não tinha certidão de quitação tributária, contrariando dispositivo expresso da legislação. E, agora, se quer legalizar o que foi feito de forma ilegal. É isso que está rondando. São esses os espíritos. Como temos aqui bispos e pastores, é preciso fazer um exorcismo coletivo para espantar o espírito de Anastasia, o espírito de Aécio. Que eles saiam deste Plenário, em nome de Jesus, porque o servidor de Minas não aguenta mais tanta maldade, tanta crueldade e, agora, até a extinção da emenda de 2º turno do pé-na-cova. Ninguém aguenta mais. Professor não pode comer, não tem reajuste, não tem sonho, não tem anistia e agora não podem nem morrer em paz. Têm que virar espírito. Vão virar Zumbi, porque o senador precisa que se faça isso para manter a farsa da campanha, o teatro da normalidade, o choque de gestão. Ninguém aguenta mais, presidente. Vamos espantar esses espíritos deste Plenário.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Adelmo Carneiro Leão.

O deputado Adelmo Carneiro Leão* - Gostaria de saudar as trabalhadoras e os trabalhadores de Minas Gerais, especialmente os que estão presentes, os telespectadores da TV Assembleia, as deputadas e os deputados presentes, os nossos colaboradores, servidores da Assembleia de Minas. Presidente, em primeiro lugar, tratando da emenda que torna obrigatória a permanência de professoras e professores nas salas de aula após 25 anos de trabalho, considerando que elas e eles têm de atingir uma idade mínima, uma idade limite para efeito de aposentadoria, e que, se a idade não coincidir com o tempo de serviço prestado, é necessária a continuidade do trabalho, entendo que, em vez de tornar obrigatória a permanência deles em sala de aula, poderia ser criado um incentivo a essa permanência de professoras e professores.

Deputada Maria Tereza Lara, após 25 anos de trabalho, sabendo-se que adquirindo o tempo de aposentadoria esse seria o limite, que, no caso do afastamento do professor da sala de aula, seria necessário contratar um novo professor - mais oneroso para o Estado -, seria de bom-tom, seria justo, seria possível que as professoras e os professores, após 25 anos de trabalho, pudessem receber um incentivo pecuniário. Associado ao fato de que o professor, tendo condições, tendo disposição, tendo o dever de continuar como servidor público em função de seu tempo ou de sua idade, por que não oferecer um estímulo pecuniário a esses profissionais? Por exemplo, mais 10%, mais 15%, mais 20%, mais 30%? O governo não se dispõe a fazer isso, não se obriga a fazer isso. É um governo que até hoje não está cumprindo o mínimo constitucional. Então, ele não só pode, mas também deve colocar mais recursos. O maior investimento que pode ser feito é no setor de recursos humanos. Isso seria possível. Essa seria uma boa emenda, mas o governo não se digna a apresentá-la, para que seja votada nesta Casa.

Nesse contexto, nesse sentido, entendemos que é necessário avançar para garantir os professores nas salas de aula, estimulá-los. E mais: investir pelo menos o mínimo constitucional. Assim, haveria condições adequadas para que a educação pudesse prosperar e desenvolver-se com a maior eficiência e a maior efetividade possível.

Quero tratar também da questão previdenciária. Quando contratamos alguém, quando um estado ou uma empresa contrata alguém, o salário dessa pessoa é constituído por partes, ou seja, a remuneração que ela leva para casa é uma. A outra parte do salário fica como fator de investimento previdenciário. Esse fator é tratado em cálculos matemáticos muito precisos, muito específicos. Poderíamos avançar nesse sentido. Em algumas discussões e debates, foi dito que os servidores vinculados ao Funfip não contribuíam para o Estado. Os servidores públicos sempre contribuíam. O Estado sempre teve obrigação, dever constitucional de reservar uma parte dos recursos de remuneração para garantir o fundo previdenciário, que hoje está liso, está limpo, está sem nada, está deficitário.

Não é culpa dos servidores, é responsabilidade absoluta do patrão, do Estado. Não é possível agora, com esse argumento também, limpar o outro lado, o outro fundo, o Funpemp. Esse é um fundo de previdência para quem vai se aposentar futuramente. O recurso que está no fundo, superior a R\$3.000.000.000,00, é absolutamente necessário para se garantir o futuro. Apropriar-se dele agora para fazer caixa, para resolver problema do presente é roubar o futuro dos servidores públicos, é suprimir, comprometer o futuro. Se hoje o Estado está comprometido é porque os governantes do passado e do passado recente não tiveram o compromisso previdenciário, não fizeram a provisão, a previsão, não foram previdentes. Por isso estamos vivendo essa situação. O governo fez dívidas sucessivamente,



continuadamente. Posso dizer hoje que, se o presente está comprometido, restando quase nada, está-se retirando agora mais um elemento, um componente do futuro. E o que nos resta para o futuro? Uma dívida que cada vez mais sacrifica o Estado. Se hoje o Estado não consegue sustentar, manter o serviço da dívida, mais grave será a situação daqui a alguns anos. Se projetarmos a dívida de Minas Gerais para 2028, do jeito que está, com as modificações que ocorreram recentemente no Senado e no Congresso, pelo governo federal, alterando alguns referenciais de juros, vamos verificar que a situação do Estado é extremamente grave. Como o Estado que compromete 15%, 20%, 30% das suas receitas para pagamento de serviço da dívida poderá atender bem ao que é mais essencial, ao que é permanente, cotidiano, diário? Dalmo, como vamos viver no Estado com esse grau de comprometimento, com uma dívida para pagar serviços continuados que hoje compromete 18% ou 20% e amanhã ainda mais, 25%, 30% ou 35% dos seus recursos? Se agora a situação da educação está ruim, as ações governamentais comprometem ainda mais o futuro. A situação é extremamente grave. Por isso não podemos permitir que esse processo prospere, facilitando, permitindo ao governo do Estado utilizar recursos dos servidores estaduais, garantidores do futuro dos servidores públicos que vão se aposentar, para pagar as contas do presente ou do passado. Repito, essa situação significa a expropriação do futuro, a negação de um futuro promissor para todo o povo de Minas Gerais, para os servidores públicos, que estarão com o seu futuro, com a sua remuneração, a sua aposentadoria, a sua pensão comprometidos. Vão estar comprometidos os recursos disponíveis da arrecadação do Estado para resolver problemas deste momento.

Sr. Presidente, é possível, com emendas, tratarmos da sustentação, da manutenção dos professores nas suas atividades cotidianas, depois de contribuírem generosamente e com sacrifício para um Estado que paga mal, que oferece condições inadequadas. Seria ideal darmos a eles algo mais para não serem substituídos nas salas de aula. É isso o que queremos, é isso o que o Estado pode fazer. Nesse sentido todos nós podemos estar alinhados e votar juntos. Hoje, do jeito que está sendo feito, do jeito que a proposta está sendo encaminhada, concluímos que o que o Estado está fazendo é apenas para manter uma realidade dramática e insustentável.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Maria Tereza Lara.

A deputada Maria Tereza Lara - Vou fazer breves considerações, mas não posso ficar omissa. Os colegas que me antecederam já mencionaram a situação. A proposta do deputado Adelmo Carneiro Leão, sugerindo que os professores pudessem, depois de 25 anos de magistério, receber uma gratificação para continuar em sala de aula, acho que é uma ótima ideia, mas teria de ser discutida com a representação, com o sindicato dos professores. A proposta que está aqui seria afastá-los da sala de aula e aproveitá-los em outras tarefas. Acho que isso deveria ser construído com a categoria. De fato, os professores dão uma grande contribuição, têm sabedoria, experiência e poderão ser aproveitados para o bem do ensino. Mas isso teria de ser construído com a categoria.

Gostaria de frisar outro ponto, presidente em exercício, deputado Ivair Nogueira, meu companheiro de Betim, deputados da Mesa, presidente Duarte Bechir, deputado Pompílio Canavez e o deputado que é pastor nesta Casa, mas é principalmente parlamentar. Queria falar sobre a questão da alimentação dos professores. Fui diretora de escola durante cinco anos e meio. Não há possibilidade de aceitar que o professor, o funcionário e a cantineira não possam se alimentar na escola. Estão se justificando dizendo que a lei federal não permite. A lei federal estabelece recursos para a merenda dos alunos. A função da legislação federal hoje é essa. Isso não significa, de forma alguma, que o governo do Estado não possa criar uma condição de pagar a merenda para os que trabalham na escola. Imaginem em sua casa. Ao contratar uma cozinheira, não permitirão que ela se alimente. A família se alimenta, mas a cozinheira não pode se alimentar, nem a cantineira, nem a funcionária. Qualquer outro funcionário privado tem o cartão-alimentação. Muitas vezes, os professores trabalham dois turnos, não têm tempo de ir em casa, não têm recursos, o salário é muito baixo para pagarem alimentação fora. Então, o que acontece? Não se justifica isso. É uma coisa inaceitável.

Já conversei com o deputado Bosco, deputado Duarte Bechir, sobre a proposta que não é minha, mas que já foi discutida amplamente na comissão, como V. Exa. sabe. O deputado Bosco também estava presente. Que a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia pudesse fazer uma proposta ao PPAG. A proposta seria da comissão, não de "a", "b" ou "c", para que haja recursos para garantir a alimentação na escola para seus profissionais, para os professores, para a cantineira. Isso é inaceitável. É uma questão de qualidade, que garante o bom funcionamento dentro da escola. A alimentação em torno de uma mesa é bíblica, constrói fraternidade. Ficar discutindo isso aqui é inaceitável. Proponho que esta Casa, que a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia possa realmente ajudar a achar uma saída. E dizem que o recurso do Fundeb não garante. Ora, o Fundeb é lei federal. Podemos reivindicar lá? Podemos. Vamos pedir ao Congresso Nacional aporte de mais recursos. Enquanto isso, não podemos justificar uma coisa injustificável. Queria ponderar aqui que isso não fosse uma coisa de debate. Já falei disso com os nobres pares desta Casa. Já discutimos isso. Todos estão de acordo. Acho que ninguém desta Casa vai ser contra. Temos de propor soluções, pois há meses discutimos o fato de o professor não poder alimentar-se na escola. Isso é brincadeira.

Deputado Fabiano Tolentino, em países da Europa, os professores recebem o mesmo salário que os médicos. Professor não é pior que médico, sua função é tão importante quanto a do médico. Em alguns casos, a função do professor é até mais importante, pois serve como promoção da própria saúde. A pessoa que é educada sabe se comportar, se alimenta bem e garante uma boa saúde. No Brasil, um médico ganha no mínimo R\$10.000,00, seja do PSF ou de outra função, e o professor ganha menos de R\$1.000,00. Não podemos aceitar essa situação. E, do professor que recebe esse salário, querem que ele não tenha direito à alimentação. Isso é brincadeira. Faço um apelo a todos aqui, para que possamos contribuir e solucionar esse problema, entre outras questões. Não vou entrar no mérito, pois já foram amplamente debatidas aqui.

Deputado Fabiano Tolentino, por favor, preciso de uma informação. (- Pausa.) Temos uma parceria de trabalho com o deputado Fabiano Tolentino, de Divinópolis. Por isso, estou consultando esse deputado para saber como está a situação desta discussão no Centro-Oeste de Minas. Já estivemos na Uemg, e os problemas de lá também são afetos à educação. De fato, eu não poderia deixar de mencionar isso aqui.

O deputado Gilberto Abramo também estava na Mesa, quando eu os cumprimentei. Ele é um deputado que, nesta Casa, tem prestado uma grande contribuição neste debate. Muito obrigada.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Arlen Santiago.



O deputado Arlen Santiago* - Cumprimento essas jovens crianças que estão vindo à Assembleia hoje. Com certeza, o destino do País está nas mãos deles. Sr. presidente, encaminhamos favoravelmente a esse projeto do governador do Estado e parabênzo o governador Anastasia por ter reparado, nesta semana, uma injustiça muito grande, perpetrada pelo corpo técnico da Controladoria-Geral do Estado. Sem avisar o secretário de Estado de Saúde, Antônio Jorge, e ninguém mais, a Controladoria resolveu criar uma punição para um funcionário que há 43 anos devota seu trabalho ao serviço público, de maneira extremamente competente, coerente e eficiente. Estou falando aqui do amigo de Minas Gerais, Eustáquio, da Secretaria de Planejamento, que foi para a Secretaria de Saúde com o Pestana e está lá hoje chefiando a área de convênios. Ele é extremamente competente, mas a Controladoria e alguns de seus técnicos, talvez até não muito inteligentes e diligentes, sem querer aprofundar na questão, promoveram a punição com uma suspensão para o Eustáquio. Não concordamos com isso. Vamos até as últimas consequências para apurar o motivo desse ato contra o Eustáquio, um funcionário-padrão, modelo, que desenvolve um serviço extremamente competente. Felizmente, o nosso governador Antonio Anastasia já mandou publicar no Minas Gerais a revogação dessa suspensão, porque viu, de plano, tratar-se de um absurdo. Toda a Assembleia Legislativa, todos os prefeitos e secretários de saúde que conhecem a vida do Dr. Eustáquio sabem que realmente a injustiça, infelizmente, ainda campeia por nosso Estado. Queremos apurar quais os motivos desse ato irracional e imoral que foi perpetrado pela Controladoria-Geral do Estado.

Mas queremos dizer que o governador, quando ficou sabendo desse fato, imediatamente mandou publicar a suspensão desse ato imoral cometido contra um homem - que já poderia ter-se aposentado - de notório saber e grande competência. Por esse motivo tem sido instado a continuar no Estado. Portanto, ao Dr. Eustáquio, a nossa solidariedade e o nosso reconhecimento por seu grande trabalho, juntamente com a sua turma, a Ediane, os engenheiros, o Carlos, a Denise, o pessoal da área de convênios da Secretaria de Saúde, que normalmente fica - principalmente no fim do ano - sem ganhar hora extra, trabalhando sábado e domingo até o momento em que são atendidos, e não deixa a área da saúde perder dinheiro. Essa saúde que tem recebido um tratamento muito bom por parte do governo do Estado, com programas, como o ProHosp, Urgência e Emergência, Transporte Sanitário e vários outros que enchem de orgulho o povo mineiro.

Feito esse registro, encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O presidente - Faço coro com as palavras do deputado Arlen Santiago. Conheço o grande profissional que é o Eustáquio. Tive o prazer de trabalhar com ele quando secretário de Estado de Esportes; acompanhei a sua gestão junto a diversas secretarias, e acho que as palavras de V. Exa. vêm retratar a figura de um profissional exemplar, de um profissional da mais alta competência, com quem também quero me solidarizar, hipotecando-lhe as mesmas palavras de solidariedade. Que a justiça seja feita. Deve-se apurar tudo, mas isso já foi feito, e o erro está sendo agora corrigido pelo governador do Estado.

Questão de Ordem

O deputado Lafayette de Andrada - Estamos em processo de votação do Projeto de Lei nº 3.884/2013, que dispõe sobre o processo de designação, a avaliação de desempenho específica e o prêmio de produtividade de vigilância em saúde. Esse projeto é fruto de um acordo do sindicato da área da saúde com o governo de Minas. O governo encaminhou o projeto à Assembleia, da forma que está, e há consenso para a sua votação. Como o Plenário não está completo, mas o painel registra número suficiente para a votação, solicito recomposição de quórum.

O presidente - É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Duarte Bechir) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 28 deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas há para a continuação dos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.647/2013, do governador do Estado, que reajusta o subsídio das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Questão de Ordem

O deputado Lafayette de Andrada - Presidente, esse projeto já está em fase de votação.

O presidente - Deputado Lafayette de Andrada, o projeto está na fase de discussão, em 2º turno.

O presidente (deputado Duarte Bechir) - Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* - Antes de começar, concedo um aparte à deputada Maria Tereza Lara.

A deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Eu não poderia deixar de mencionar a importância da presença e do trabalho dos sindicatos presentes, acompanhando e defendendo os direitos dos trabalhadores, tanto o Serjusmig quanto o Sind-UTE, o Sind-Saúde, o Sindpol e outros tantos sindicatos. Quero cumprimentá-los por essa aguerrida luta, que tem que continuar.

O deputado Rogério Correia* - Presidente, trata-se, agora, da discussão do projeto de lei que reajusta os subsídios das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica e dá outras providências. Nós aprovamos esse projeto no 1º turno, com muita polêmica em torno de emendas, em especial das apresentadas pelo Bloco Minas sem Censura, mas também por outros deputados de outros blocos, inclusive da base do governo. Mas as emendas foram, todas elas, rejeitadas, infelizmente. E a rejeição dessas emendas permitiu que esse projeto ficasse apenas naquilo que o governador concedeu, que é muito pouco, aos trabalhadores da educação de Minas - um reajuste de 5%. Todas as demais emendas foram rejeitadas. Elas foram discutidas, procuramos convencer os deputados e até tivemos votos favoráveis de deputados da base do governo, porém poucos se sensibilizaram com a argumentação que fizemos. Fomos derrotados. Então, nenhuma emenda apresentada pelos sindicatos foi aprovada.

Eu me lembro de uma emenda simples, que permitia a uma professora poder se alimentar na escola, que foi derrotada. A anistia para os que participaram da greve também foi rejeitada. E assim foram sendo rejeitadas as emendas, uma a uma. Agora, o projeto vem a votação em 2º turno, como podem ver os nossos deputados e também os companheiros do Serjusmig. É até bom que eles estejam aqui



como testemunhas, porque tentamos votar o projeto da saúde e não tivemos quórum. Se tentarmos votar esse projeto da educação também não teremos quórum. Os meus esforços de discutir são para tentar obter quórum para votação.

Mas isso infelizmente não ocorrerá. Além disso, é bom que os professores saibam que o governo utiliza um projeto depois de aprovado em 1º turno. Rejeitadas as emendas que o sindicato se propôs a fazer, o governo não apresentou emenda e apresenta uma emenda no 2º turno, retirando o direito dos professores. Não faz a discussão à luz do dia, no processo normal, que significa apresentar a emenda e ver se ela tem guarida ou não. Quando se quer fazer as coisas às claras, apresenta-se a emenda, como fizemos no 1º turno, e aprecia-se a emenda com parecer. Mas o governo apresentou a emenda no 2º turno, porque é essa a emenda em relação à qual nossa posição é contrária – já deixamos isso claro. Está no projeto que vai retirar da professora e do professor o direito de, tendo tempo de serviço para a aposentadoria, mas não tendo ainda a idade exigida, cumprir o restante do seu tempo de serviço na escola, mas não na sala de aula, e sim em outras atividades escolares, como as da secretaria, da biblioteca e assim por diante. Isso já é uma tradição no Estado de Minas Gerais, decorrente de uma lei antiga, uma lei muito antiga. E o governo agora quer, por meio de emenda de 2º turno, extinguir mais esse direito dos professores no projeto que era para o reajuste de 5% da categoria. Nunca é demais lembrar que esse reajuste de 5% é muito menor do que o reajuste que o piso nacional está recebendo. Essa foi uma artimanha do governo para achatá-lo o subsídio. Aqui está claro: o governo paga subsídio e não paga piso para os professores, tanto que a emenda do projeto é reajustar os subsídios das carreiras. A diferença entre subsídio e piso, como sabemos, é grande porque, no subsídio, não existe uma carreira determinada, como existe no piso. E o reajuste nacional do piso é muito maior do que o reajuste do subsídio. Então, o salário do professor vem sendo achatado.

Nesse projeto, o governo agora entra com essa emenda de 2º turno, retirando o que apelidamos de pé na cova, que é esse direito dos professores. Enfim, é lamentável não termos quórum para votarmos o projeto. Sabem o que vai acontecer? O governo não vai pagar às professoras no mês de novembro, e talvez não lhes pague em dezembro o reajuste de 5%. Isso faz parte da operação rapar o tacho. São 5% que economizam num mês para tapar os buracos, como está escrito na faixa do pessoal do Serjusmig. Tapar o buraco do maldito choque de gestão, que quebrou Minas, faliu Minas. Em fim de festa, levam tudo: levam o salgadinho que restou, levam até os doces. Levam tudo, rapam o tacho, fim de festa. Assim está o governo de Minas Gerais, que é um governo de fim de festa. Então, tudo é levado, tudo é rapado. Os 5% que economizaram às custas das professoras já vão dar para despistar um mês, já vão melhorar a situação para o Brasil não saber que Aécio quebrou Minas. A Andréa já está cuidando da imprensa e agora vão cuidar de arrumar um dinheiro para tapar o buraco para o pessoal não gritar que Minas está falida. Se souberem que o choque de gestão faliu Minas, imaginem o resultado disso no ibope do senador candidato a presidente. Imaginem se o Brasil souber que ele quebrou Minas. O que vai acontecer com o senador? Ele já não passa de 14%, estacionou nos 14% e não passa disso. Aliás, está diminuindo. Cada vez que há uma pesquisa, diminui o percentual do senador. Quando o Brasil descobrir que ele quebrou Minas com o choque de gestão, o senador vai ficar com o índice negativo, porque a rejeição vai aumentando. Então, não podem saber, tentam proibir o povo de saber disso. Essa é a operação rapa-tacho. Rapa o tacho e cala o povo. Rapa o tacho e cala o povo. Rapa o tacho e cala o povo. É a operação do governador. O governo rapa o tacho, e a Andrea cala a imprensa para o povo não saber. Rapa o tacho e cala a imprensa. Rapa o tacho e cala a imprensa. Aí vão, a Andrea Neves e o Anastasia, um rapa o tacho e o outro cala a imprensa. Tudo isso para proteger o senador.

Fazem tudo isso para proteger o senador, que está lá no Rio de Janeiro, tranquilo, esperando as coisas, escondendo-se. Por isso, não sabe nas pesquisas. O Estado de Minas Gerais está falido. Seu PIB foi o 22º no ano passado, uma vergonha, um vexame. O segundo estado mais rico com o 22º PIB; o segundo estado mais endividado e tetracampeão em desmatamento da mata atlântica.

Minas avança. Avança agora no Funpemp; avança no fundo e no dinheiro do servidor para rapar o tacho e calar a imprensa. Aí vale o dinheiro do Funpemp. O que dá mais raiva no servidor é que vai pegar esse dinheiro e fará propaganda de que está ajudando o servidor. É isso que mata de raiva. Ligamos a televisão e o vemos lá, com a cara dura, falando: “Minas avança. Agora, estamos fazendo uma aposentadoria melhor para o servidor. Tiramos o dinheiro de um fundo e colocamos no outro. Agora teremos um único fundo, um fundo maravilhoso para todos os servidores”. Isso é uma mentira. É um buraco sem fundo. E o dinheiro vai para lá a fim de tapar a falência do choque de gestão - do maldito choque de gestão - e de esconder de Minas a falência. Essa é a operação rapa-tacho e cala a imprensa. Rapa o tacho e cala a imprensa. E o dinheiro do servidor será usado para essa propaganda mentirosa e enganosa.

E, quando falamos em imprensa, é bom dizer que não estou generalizando. Ontem, o deputado João Vítor Xavier, em seu discurso, quis me jogar contra a rádio Itatiaia. Meus amigos de lá sabem que isso não é verdade; tenho o maior respeito pela rádio. Aliás, ela é uma das poucas que ainda dão algum espaço para nós. É claro que o espaço maior é para o governo, mas ela dá um espaço para a oposição. A Itatiaia ainda nos deixa falar e explicar o que está acontecendo. A imprensa escrita está um vexame, até agora não saiu nenhuma linha sobre o assunto. Apenas na Itatiaia saiu essa questão do Funpemp outro dia e hoje, com a fala do deputado Sávio Souza Cruz. Queria deixar aqui esse esclarecimento. A base do governo não é fácil, ainda quer nos jogar contra os outros. Essa é uma artimanha.

Repito que, até hoje, não saiu uma linha na imprensa escrita sobre o fato de o governo estar acabando com o fundo dos servidores, com R\$3.500.000.000,00, deixando a previdência sem recursos, o que, no futuro, implicará a falta de garantia do recurso para o servidor ou a garantia por meio dos recursos do Tesouro, ou seja, as despesas de custeio com previdência e outros apenas aumentarão, e o recurso existente não será suficiente para investir em educação, saúde, etc. Aí, o governo corta na educação, corta na saúde. Esse é o choque de gestão: R\$8.000.000.000,00 a menos na saúde e R\$8.000.000.000,00 a menos na educação de 2003 até hoje. São R\$16.000.000.000,00 a menos, e quando digo “a menos” quero dizer que são a menos da obrigação constitucional, já que não se aplicam os 12% na saúde e os 25% na educação. Esse é o retrato do choque de gestão. E agora estão metendo a mão nos recursos do Funpemp.

E há outros fundos de que o governo está retirando dinheiro. O Fhidro, para bacias hidrográficas, está perdendo 50% na operação rapa-tacho. E outros estão ficando sem recursos. As professoras ficarão sem o aumento de 5%. No mês que vem, já não pagarão, pois rapa o tacho. É um dinheirinho que sobra, não é? Neste mês, ele tapa um buraco. Poderia, pelo menos, pagar àquelas escolas técnicas.



O Programa de Educação Profissional - PEP - é um programa profissionalizante do Estado. Existem recursos sobrando para o Pronatec nacional, e o governo poderia aproveitar a oportunidade para fazer um amplo programa em Minas; não precisaria nem colocar recursos a mais. Entretanto, para fazerem a campanha do senador, fingiram que o Estado faria um ensino profissionalizante e copiaram o Pronatec para fazer o PEP, mas apenas em algumas escolas, que foram contratadas apenas para fazer propaganda, mas não receberam pagamento. As escolas estão nos enviando *e-mails* e postando a situação no Facebook; pedindo pelo amor de Deus, pois irão quebrar. Então, contrataram algumas escolas para fazer a propaganda e dizer que, em Minas, havia um programa profissionalizante feito no Estado, para não utilizar o Pronatec, ou seja, para não dizer que o programa é nacional.

Então, inventam um em Minas só para algumas escolas, que eles chamam de padrão, de experimental. Colocam um programa experimentalmente em algumas escolas. É fictício. É igual ao Poupança Escola, que só servia para um município. Não deu certo também e foi extinto. Mas rendeu muita propaganda, como se o governo estivesse fazendo. A população acha que está sendo feito, porque não sabe que foi extinto. “O governo está fazendo ensino profissionalizante!” Mas faz em poucas escolas e ainda não paga. As escolas estão falindo por causa do choque de gestão. O maldito choque de gestão que quebrou Minas. Mas tudo isso tem de ficar escondido.

O compromisso do governo era para pagar as professoras em outubro. Tenho até que explicar isso direitinho para as professoras, porque depois o governo ainda divulga propaganda dizendo que a culpa por não ter pago é do sindicato e da oposição. Vou explicar para que coloquem no Facebook direitinho. O compromisso do governo era de que daria os 5% para os trabalhadores da educação em outubro. O projeto chegou na Assembleia Legislativa dia 20 de outubro. É óbvio que não tinha como ser aprovado a tempo de entrar na folha de pagamento. Já chegou fora da época.

Nenhum deputado tem culpa disso. É bom que fique claro e que isso seja falado em Uberaba para não dizerem que somos os culpados por não pagarem os professores. Para outubro já não tinha jeito. Além disso, o projeto ficou dormindo na Comissão de Constituição e Justiça, diferente do projeto que acaba com o Funpemp. Quando fui olhar, o do Funpemp, que chegou depois, estava na frente. Perguntei por que o projeto do Funpemp estava na frente do de reajuste das professoras. Porque um projeto para tirar o dinheiro dos servidores tem de ser rápido, mas para pagar as professoras pode esperar. Esse é o raciocínio. Conseguimos colocar o projeto às pressas. Foi votado em 1º turno e ia ser votado hoje em 2º turno, mas não há quórum. A base do governo não vem para votar. Além disso, fizeram uma emenda maldosa, retirando o direito da professora, para nos impedir de aprovar um projeto. Como vamos aprovar um projeto que dá os 5% mas tira a garantia do serviço chamado de pé na cova, das professoras? É uma maldade. Fingem que querem aprovar um projeto e com isso ganham mais um mês para não pagar as professoras, o que já era a intenção do governo.

Então, fiquem sabendo que o reajuste não está sendo pago e que a Assembleia Legislativa não tem culpa disso. Nenhum deputado tem culpa disso. Quem tem culpa disso é o governador Anastasia, ajudado pela base do governo. Poderiam estar aqui para ajudar a retirar isso da pauta e votar direitinho, mas têm a orientação do governo para não fazê-lo. Então, presidente, é lamentável o que aconteceu aqui hoje.

É lamentável também a prática dos fantasmas que chegam à Assembleia Legislativa em fim de ano. Chega aqui todo tipo de fantasma. Como diz o deputado Sávio Souza Cruz, temos de exorcizar a Assembleia. Chegam fantasmas oriundos da Cidade Administrativa e ocupam toda a Assembleia. Vem fantasmilha, fantasmão, todos os tipos de fantasmas e, com eles, outros bichos esquisitos: emenda Ben Johnson, saci-pererê, mula sem cabeça. Aparece de tudo. Os servidores virão aqui semana que vem. Esse projeto do Funpemp, que acabou com o direito do plebiscito, foi uma emenda fantasma; Ben Johnson, rápida e viciada.

Vocês, vindo para cá, trazem crucifixo, sal grosso, porque em fim de ano aqui há muito fantasma e mal agouro. Venham preparados. Trazem os instrumentos para caçar fantasma. Não venham à Assembleia Legislativa na boa-fé. Temos pastor aqui para ajudar a exorcizar. Não temos mais padre porque o Padre João foi para a Câmara Federal. Mas o negócio não está fácil. Como diz o Sávio, o Vanderlei Miranda, “em nome de Jesus!”. Venham preparados para cá para vermos se conseguimos exorcizar os espíritos que vêm aqui. Em fim de ano só vem espírito mal. Espírito do bem não aparece aqui. Esse é um alerta aos servidores que estarão aqui conosco.

Coitados dos nossos assessores, que ficam estressados no final do ano porque não foram treinados para caçar fantasmas, e os fantasmas vão aparecendo. Eles precisam improvisar. Aqui neste texto vejo um fantasma que apareceu. Os fantasmas aparecem de repente, e ainda existe deputado que nos culpa por não termos conseguido caçar o fantasma. É difícil. Caçar fantasma não é fácil, não. Não é tarefa para qualquer um.

O relatório da Comissão de Fiscalização Financeira, cuja audiência aconteceu ontem, tem em sua fundamentação páginas e páginas. É um relatório grande, e precisamos ler tudo, inclusive com lupa, porque pode aparecer um fantasma aqui. A leitura tem de ser feita com lupa. Estou vendo aqui que foi feito o Substitutivo nº 1, em 2º turno, e quando isso acontece os senhores podem saber que o risco de fantasma é de 99%, e essa é a forma que temos de caçar o fantasma. Fiquem de olho nos substitutivos e nas emendas. Apareceu um substitutivo de 2º turno na comissão. E o relatório prossegue, repetindo a mesma coisa: às vezes muda-se uma palavrinha aqui e outra ali e, de repente, “Serjusmig” - o fantasma aparece. O fantasma vem despistado. Eles escondem o fantasma. Caçar um fantasma é algo extremamente difícil.

No art. 5º, apareceu um fantasma. (- Lê:) “Art. 5º - Fica revogado o art. 152 da Lei nº 7.109, de 13/10/1977, asseguradas as situações funcionais estabelecidas até 1º/1/2014.” É ou não é um fantasma difícil de ser encontrado? Alguém vai entender o que está escrito aqui? A pessoa precisa ler o art. 152, a Lei nº 7.109, a lei posterior a 1977 e o que já ficou estabelecido a partir de 1º/1/2014. Temos de examinar umas quatro leis e suas alterações para saber que fantasma é esse, após localizada a possibilidade de existência do fantasma. Vejam a dificuldade. Não é fácil. Às vezes achamos que se trata de um assunto, mas depois vemos que é outro.

Descobrimos que é o fantasma do pé na cova porque as professoras acabam com o pé na cova. É uma brincadeira. Brincamos dizendo que a professora, coitada, já está cansada da escola e com o pé na cova. Elas vão perder o direito de sair das salas de aula. Esse é mais um fantasma que caçamos. É muito difícil tirar esse fantasma daqui e exorcizá-lo porque, para que isso aconteça, a base do governo terá de concordar. Se a base do governo não concordar, o fantasma continuará lá. Nem a ação dos nossos pastores e



bispos, do bispo Gilberto e do pastor Vanderlei Miranda, que está aqui conosco, vai resolver o problema. É difícil encontrar o fantasma e exorcizá-lo, mas é isso o que ainda precisa ser feito aqui.

A base do governo não compareceu e colocou um fantasma no substitutivo. Isso tudo faz parte da operação rapa o tacho e esconda-o da imprensa, rapa o tacho e esconda-o do povo. É uma operação para o governo ganhar um dinheirinho e despistar e esconder do Brasil que Aécio Neves quebrou Minas. Portanto, coloquem no Face e na rede social que o Aécio quebrou Minas com o seu maldito choque de gestão. Nem a previdência do servidor está salva. Só Jesus salva.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia - Presidente, não há quórum para a votação do projeto, infelizmente, por isso peço que encerre, de plano, a reunião e guarde o tempo que me resta para que possa, na próxima reunião, explicar novamente esse fantasma que está presente no substitutivo apresentado. Muito obrigado.

O presidente (deputado Antonio Lerin) - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos. Deputado Rogério Correia, está resguardado o tempo de V. Exa.

Palavras do Presidente

A presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei Complementar nºs 53 e 54/2013, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

A presidência informa que, no decorrer da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 53/2013, foram apresentadas ao projeto quatro emendas do deputado Sávio Souza Cruz, que receberam os nºs 4 a 7.

A presidência informa que, no decorrer da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 54/2013, foram apresentados ao projeto um substitutivo do deputado Sávio Souza Cruz, que recebeu o nº 1, 51 emendas do deputado Paulo Guedes, que receberam os nºs 3 a 53, e 41 do deputado Rogério Correia, que receberam os nºs 54 a 94.

A presidência, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o substitutivo e as emendas com os projetos à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

- O teor do substitutivo e das emendas apresentados foi publicado na edição do dia 22/11/2013.

Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/8/2013

Às 16h15min, comparece na Câmara Municipal de Moema o deputado Ivair Nogueira, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Neider Moreira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o cronograma das obras de pavimentação do trecho da Rodovia MG 252 que liga os Municípios de Araújos e Moema. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Sônia Maria Batista Couto, prefeita municipal de Araújos; e os Srs. Julvan Rezende Araujo Lacerda, prefeito municipal de Moema; Alaelson Antônio de Oliveira, vice-prefeito municipal de Moema; Mauro Nunes Gontijo, presidente da Câmara Municipal de Moema; Alberto Queiroz Soares, coordenador regional do DER-MG em Formiga, representando o Sr. Carlos Melles, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas e José Elcio Santos Monteze, diretor-geral do DER-MG; Alípio Augusto Caram Guedes, coordenador da 3ª CRG - Pará de Minas; os prefeitos Fábio Alves Costa Fonseca, de Igaratinga, também presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Itapecerica; Fernando José Castro Cabral, de Bom Despacho; Cláudio Gonçalves Coelho, de Pedra do Indaiá; Roberto Emílio Lopes, de Japaraíba; Ramon Diniz Faria, secretário de Meio Ambiente e Agronegócios de Pará de Minas; Ivan Ulisses Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Araújos; Pedro Francisco da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moema; José Mauri Mota, representando o Sr. Jailton Antônio de Oliveira, presidente da Associação Empresarial de Bom Despacho; Antônio Orlando do Couto, sócio do Sindicato dos Produtores Rurais de Araújos, representando Marcos Vinícius Aquino Cabral, presidente; Cristiano Elias Cardoso, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Bom Despacho, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência recebe requerimento dos deputados Ivair Nogueira e Neider Moreira em que solicitam seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem – DER-MG – pedido de providências para que sejam adotados procedimentos emergenciais no trecho da rodovia MG-252 que liga Araújos a Moema, com a finalidade de reduzir a poeira no local, até o início do período chuvoso e enquanto não se inicia sua pavimentação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

Ivair Nogueira, presidente - Celinho do Sinttrocel - Anselmo José Domingos.



ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 6/11/2013

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara (2) em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as providências adotadas em relação a impactos ambientais decorrentes da implantação de lagoa de rejeitos no Município de Itatiaiuçu, pertencente a empreendimento da Mineradora MMX situado em São Joaquim de Bicas, os quais foram apontados em relatório do Ministério Público do Estado, mas não constam no relatório de impacto ambiental relativo a esse empreendimento; e seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que, urgentemente, realize um levantamento do impacto das atividades da empresa MMX nas nascentes e córregos do Município de São Joaquim de Bicas, principalmente no Distrito de Nossa Senhora da Paz; para que determine que a empresa corrija ou mitigue, no menor prazo possível, todos os impactos nesses mananciais e indenize todos os agricultores prejudicados pela atividade da mineradora; e para que encaminhe a esta comissão relatório circunstanciado com esse levantamento, a indicação das providências adotadas e o cronograma de execução das medidas determinadas; e dos deputados Almir Paraca em que solicita seja retirado de tramitação o Requerimento nº 5.732/2013, tendo em vista ter perdido o objeto; e Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja realizada visita ao Município de Extrema com o objetivo de conhecer o projeto Conservador de Águas, premiado pela ONU; e seja formulado voto de congratulações com o governador do Estado, com a Codemig, com a Companhia Águas Minerais de Minas e com o prefeito municipal de Lambari pelo anúncio de novas obras de revitalização do Parque das Águas de Lambari, bem como do Museu das Águas. A seguir, é aprovado relatório de visita ao empreendimento da empresa MMX, na Serra da Farofa, e à comunidade Açoita-Cavalo, em São Joaquim de Bicas, realizada em 29/10/2013, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária nos termos de edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2013.

Almir Paraca, presidente - Pompílio Canavez - Dalmo Ribeiro Silva.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária das Águas

Locais visitados: Empreendimento da empresa MMX, na Serra da Farofa, e comunidade Açoita-Cavalo, no Município de São Joaquim de Bicas.

Apresentação

A requerimento da deputada Maria Tereza Lara, a Comissão Extraordinária das Águas visitou, no dia 29/10/2013, a empresa MMX, na Serra da Farofa, e a comunidade Açoita-Cavalo, no Município de São Joaquim de Bicas.

Participaram da visita a deputada Maria Tereza Lara, acompanhada pelo Sr. Júlio César de Melo, secretário adjunto de Meio Ambiente de São Joaquim de Bicas, representando o prefeito municipal de São Joaquim de Bicas; Frei Pedro José de Assis, coordenador do Centro de Ecologia Integral de Betim; Francisco Hermelino de Resende, diretor do Centro de Referência Ambiental e Cultural João Amazonas; e Reginaldo Alexandre Alves da Silva, assessor parlamentar, representando o deputado federal Padre João.

Relato

Os impactos ambientais provocados pelos empreendimentos minerários na região do Médio Paraopeba, principalmente sobre nascentes e pequenos mananciais do Município de São Joaquim de Bicas, motivaram o pedido de visita para que a Comissão Extraordinária das Águas fosse ao empreendimento da MMX, na Serra da Farofa, e à comunidade de Açoita-Cavalo, no município acima mencionado.

A comunidade foi afetada pela redução drástica da quantidade e da qualidade da pouca água que restou dos pequenos mananciais que abastecem mais de uma centena de agricultores familiares, que acusam a mineradora de ser a responsável pelo problema.

A visita à MMX não se efetivou, uma vez que a empresa permitiu a entrada na mineração somente da Deputada e do Secretário Adjunto de Meio Ambiente do Município de São Joaquim de Bicas. A Deputada preferiu não entrar na empresa pois entendeu que a visita seria infrutífera sem o acompanhamento das pessoas e entidades que levantaram o problema.

A Deputada optou por dirigir-se à comunidade de Açoita-Cavalo para conversar com os agricultores familiares e conhecer de perto os problemas relatados de falta de água, provocados, segundo os moradores, por ações da empresa MMX, e de desmatamento e soterramento de nascentes, córregos e pequenos lagos.

Visitadas algumas famílias, verificou-se que a água retornou, mas com aspecto muito barrento, e não se sabe se própria para uso, mesmo que na lavoura. Entretanto, os moradores ficaram dez meses sem água e a empresa MMX, que a princípio estava indenizando os agricultores pela perda total da produção, parou de fazê-lo a partir de março, quando foram noticiadas as dificuldades financeiras por que passa a empresa. A empresa mantém ainda o fornecimento de água mineral e o abastecimento de caixas de água comunitárias, sendo que essa última medida é adotada de forma mais ou menos regular.



Os agricultores familiares relataram que várias pessoas abandonaram suas propriedades em virtude da falta de água e que não estão conseguindo manter seu modo de vida. Antes eles abasteciam a Ceasa com toneladas de alimentos e hoje o que se vê é o abandono geral.

Durante a visita, o ambientalista Frei Pedro José de Assis, do Centro de Ecologia Integral, explicou que o primeiro prejuízo constatado com a atividade minerária na região do Médio Paraopeba foi a falta de água para as comunidades do entorno. Essa falta de água pode afetar municípios da RMBH, já que 53% da água do Médio Paraopeba abastece essa região. Para Nino Resende, da ONG Centro de Referência Ambiental e Cultural João Amazonas, a atividade já ocasionou desmatamento e soterramento de nascentes e lagoas, além da paralisação da produção agrícola do pequeno produtor, como se pode constatar.

Ao final da visita, a deputada Maria Tereza Lara convidou os agricultores a expor suas queixas na audiência pública que seria realizada na parte da tarde no Centro Social Farofa, no Bairro Nossa Senhora da Paz, em São Joaquim de Bicas.

Conclusão

A Comissão Extraordinária das Águas constatou que os problemas levantados são reais, e requerimentos seriam propostos, na audiência pública que se seguiria, solicitando ao governo do Estado que adote medidas necessárias à mitigação dos problemas relatados.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.

Almir Paraca, presidente - Pompílio Canavez - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/11/2013

Às 19h15min, comparece no Teatro Vianinha, em Ituiutaba, o deputado Elismar Prado, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a implementação no Estado da Lei Federal nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale-cultura. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ana Luiza de Freitas, diretora do Teatro Vianinha, e os Srs. Leonardo Oliveira Altef, secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, representando o prefeito Municipal; Daniel Severino Oliveira, assessor administrativo da Fundação Cultural de Ituiutaba; Wanderson José Rodrigues, Marco Túlio Faisol, José Divino e Carlos Severino, vereadores do Município de Ituiutaba; e Sílvio Divino Vilarinho, presidente da Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o deputado Elismar Prado tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade desta, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2013.

Elismar Prado, presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/11/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Assembleia Legislativa, a deputada Luzia Ferreira e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rogério Correia, Adalclever Lopes e André Quintão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o desenvolvimento sustentável no Sinclinal Moeda e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cristina Eliza de Carvalho Almeida, consultora da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - AMIG -, representando o presidente, e Simone Alvarenga Borja Bottrel, presidente da Associação para Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada - Arca Amaserra; e os Srs. Bertholdino Apolonio Teixeira Junior, presidente do IEF, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Fernando Gomes Ribeiro, superintendente de Política Mineral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando a secretária; Sandro Veríssimo Oliveira de Miranda, diretor de Regulação Metropolitana da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, representando o secretário de Estado Extraordinário de Gestão Metropolitana; Alceu Torres Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente - Caoma -, representando o procurador-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Gilberto Morato, consultor ambiental da Associação Mineira de Municípios - AMM -, representando o presidente; Fernando Flecha Alkmim, chefe do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Ouro Preto; Luís Marcio Vianna, relações institucionais do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindixtra -, representando o presidente; João Carlos de Melo, diretor de Meio Ambiente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram -, representando o diretor-presidente; Marcus Vinícius Polignano, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; Francisco Mourão Vasconcelos, membro do Conselho Consultivo da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda, representando a superintendente executiva; e Gustavo Henrique Wykrota Tostes, presidente da Associação dos Condomínios Horizontais de Nova Lima, que são convidados a tomar assento à mesa.



O presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro, e o presidente da comissão, deputado Célio Moreira, este na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade desta, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.

Célio Moreira, presidente - Lafayette de Andrada - Luzia Ferreira.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/11/2013

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.091, 6.093 a 6.100, 6.108, 6.110 a 6.119, 6.121, 6.122, 6.124 a 6.126, 6.138 a 6.142/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio (6) em que solicitam seja enviado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais solicitação para a divulgação, através da TV e da Rádio Assembleia, de campanha educativa para prevenção do tráfico de pessoas e para a realização da Marcha contra o Tráfico de Pessoas; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública a todos os convidados da referida reunião, para conhecimento; sejam realizadas reuniões da Comissão de Segurança Pública nos municípios mineiros onde houver delegacias da Polícia Federal para debater, em audiências públicas, ocorrências de tráfico de pessoas no Estado; seja encaminhado ao Ministério de Justiça pedido de providências para implantação de um posto avançado de atendimento humanizado aos migrantes e outro de atendimento aos direitos dos viajantes, conforme previsto na ação 41 do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci -, no Estado de Minas Gerais; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública aos representantes da sociedade civil que menciona, solicitando apoio à divulgação do Programa Estadual de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e de campanhas de conscientização sobre a ocorrência do crime de tráfico de pessoas no Estado; seja encaminhado aos prefeitos e presidentes de câmaras de todos os municípios do Estado pedido de providências para que divulguem a existência do Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e para que realizem campanhas municipais de conscientização sobre o crime de tráfico de pessoas, com a participação dos conselhos tutelares municipais; Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a apuração da responsabilidade do delegado Thiago de Carvalho Passos, de Pedra Azul, com relação à ordem de prisão do Sd. PM Fabrício Burmann Oliveira e do Sd. PM Henrique Rodrigues de Oliveira, por suposta prática de crime de tortura; seja encaminhado ao Governo do Estado pedido de providências para a convocação dos excedentes para o cargo de analista do concurso público realizado no âmbito da Polícia Civil. É recebido pelo presidente requerimento do deputado João Vítor Xavier em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão de Segurança Pública e da Comissão de Direitos Humanos para debater, em audiência pública, possível violação de direitos em processo de adoção de crianças no Município de Contagem. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.

João Leite, presidente - Sargento Rodrigues - Lafayette de Andrada.

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/11/2013

Às 13h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Maria Tereza Lara e o deputado Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita que os membros da comissão presentes a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a proibição de contratação de substitutos dos servidores que se afastam da escola por problemas de saúde, violando, assim, os direitos fundamentais desses trabalhadores. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da CUT-MG e coordenadora-geral do Sind-UTE-MG, que é convidada a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra à convidada, para que faça suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se presença do deputado Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Rômulo Viegas, por indicação da liderança do BTR) Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Durval Ângelo e Pompílio Canavez (5) em que solicitam seja encaminhado à Corregedoria-Geral de Justiça e ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências para apuração do desaparecimento dos autos do Processo nº 025.1999.70.2012.8.13.0027, que tramita na Comarca de Betim, cujo objeto é a apuração de tentativa de homicídio de William Souza de Oliveira; seja encaminhado



à Secretária de Estado de Educação pedido de providências para que seja mantido o acesso à educação de todos os detentos do Presídio de São Joaquim de Bicas; seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que sejam mantidas as atividades da Comissão de prevenção à violência em manifestações populares, tendo em vista a proximidade da Copa do Mundo de 2014, o potencial de realização de novas manifestações e a relevância dos trabalhos da referida comissão; para que seja indicado um membro da área criminal do Ministério Público que esteja a par dos inquéritos relacionados com os manifestantes da chamada "Jornada de Junho" em Belo Horizonte, para integrar a referida comissão; para que seja realizada reunião para, em audiência pública, efetuar o lançamento do Guia de Direitos Humanos e de prevenção de tortura nos estabelecimentos de cumprimento de pena privativa de liberdade do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; em que solicitam ao presidente da Casa seja designado um servidor para participar do Fórum Mundial de Direitos Humanos, em Brasília, no dia 12/12/2013, quando o Centro Operacional das Promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais apresentará, às 14 horas, propostas relacionadas com a prevenção da violência em manifestações populares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/11/2013

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Sávio Souza Cruz, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Carlos Arantes, Leonídio Bouças, Célio Moreira, Cabo Júlio, Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Tiago Ulisses, Neider Moreira, Paulo Guedes, Inácio Franco, Juarez Távora, Duarte Bechir, Celinho do Sinttrocel, Tadeu Martins Leite e Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os Projetos de Lei Complementar nºs 53 e 54/2013 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2013, todos do governador do Estado, que dispõem sobre o regime de previdência dos servidores públicos do Estado; a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão, e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios (848) do FNDE (7/11/2013); e do Sr. Carlos Leonardo de Araújo Delgado, gerente da GTES/DEFIN/AF do BNDS (9/11/2013). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Renata Maria Paes de Vilhena, secretária de Planejamento e Gestão; Sandra Margareth Silvestrini de Souza, presidente do Serjusmig; Beatriz Cerqueira, presidente do Sind-UTE; Andréa Myrra Guimarães, diretora do Sisipsemg e conselheira do Funpemp; e os Srs. Marcus Vinicius de Souza, diretor de Previdência do Ipsemg; Marcelo Nascimento Soares, atuário do Funpemp; Paulo Roberto Venancio de Carvalho, diretor do Sind-Saúde; Denilson Martins, presidente do Sindpol; e Wagner Jesus Ferreira, conselheiro do Funpemp, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença dos deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes e Lafayette de Andrada. A presidência concede a palavra ao deputado Lafayette de Andrada, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Registra-se a presença do Sr. Agostinho Patrus Filho, secretário de Turismo. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita sejam ouvidos nesta reunião os seguintes convidados: Sandra Silvestrini, Beatriz Cerqueira, Andréa Myrra Guimarães, Paulo Carvalho, Denilson Martins e Wagner Jesus Ferreira. Esgotado o tempo regimental de duração da reunião, a matéria da pauta deixa de ser apreciada. A presidência encerra os trabalhos, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária logo a seguir, às 20h01min, para apreciação da matéria constante na pauta desta reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Romel Anízio - Ulysses Gomes - Gustavo Corrêa.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/11/2013

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. José Domingos, deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, comunicando que apresentou requerimento solicitando instalação de uma câmara temática, pelo período de 180 dias, com o objetivo de avaliar, acompanhar, discutir e propor medidas referentes ao endividamento dos produtores rurais da agricultura familiar e sugere que esta comissão adote a mesma iniciativa; e de ofício da Sra. Cássia Mendes, chefe de gabinete da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, publicada no



Diário do Legislativo em 7/11/2013. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.615/2013, em turno único, do qual designou como relator o deputado Inácio Franco. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.117/2013 e 4.595/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública para debater os Projetos de Lei nºs 4.439/2013 e 4.440/2013, ambos de autoria do governador do Estado; Fabiano Tolentino em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, os mecanismos de financiamento das emergências sanitárias das atividades avícolas, especialmente o Fundo de Emergência Sanitária para a Avicultura; e Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a implementação da Lei nº 20.922/2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, a tentativa de regulamentação parcial dessa lei por meio do Decreto nº 46.336/2013 e a implementação do cadastro ambiental rural no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Rogério Correia.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/11/2013

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Lafayette de Andrada, Gustavo Corrêa, Tiago Ulisses e Pompílio Canavez (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados da pauta por determinação do presidente os Projetos de Lei nºs 2.905/2012 e 4.647/2013, por haverem sido apreciados em reunião anterior, e 2. 983/2012 e 4.189, 4.442, 4.443 e 4.648/2013, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela ratificação, em turno único, por meio de projeto de resolução do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem nº 547/2012 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.613/2013 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Lafayette de Andrada); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei Complementar nºs 53/2013 com as Emendas nºs 1 a 3; e 54/2013 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Lafayette de Andrada). O presidente determina a distribuição em vulso do parecer, do qual é relator, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei 3.507/2012 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase de discussão dos pareceres dos relatores, deputados Tiago Ulisses e Gustavo Corrêa, que concluem pela retificação por meio de projeto de resolução, dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 546 e 549/2013, em turno único, o presidente defere os pedidos de vista do deputado Pompílio Canavez. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias de 18/11/2013, às 10 horas e às 15h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2013.

Lafayette de Andrada, presidente - Sebastião Costa - Célio Moreira - Sávio Souza Cruz - Rogério Correia.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/11/2013

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Almir Paraca e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Fred Costa. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *email* do Sr. Eduardo de Araújo Pedra, encaminhado por meio do *Fale com a Assembleia*, no qual encaminha cópia de ofício enviado à Polícia Civil solicitando a nomeação de candidatos excedentes portadores de deficiência para o cargo de perito criminal. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.616/2012 na forma do Substitutivo nº1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Almir Paraca). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.069/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da



deputada Liza Prado (9) em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Esporte e da Juventude pedido de informações acerca das condições de acessibilidade e do andamento das obras do Centro de Treinamento Esportivo - CTE; seja encaminhado à Associação de Amigos e Pais de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais de Betim - Aaponeb - pedido de providências para a substituição da terminologia “pessoas portadoras de necessidades especiais” para “pessoas com deficiência” em seus documentos constitutivos; seja encaminhado ao Ministério da Cultura pedido de providências para que seja facilitado o acompanhamento de pessoas com deficiência à eventos culturais e obras audiovisuais com a adoção de recursos como a audiodescrição, a Língua Brasileira de Sinais - Libras - e a legendagem descritiva; seja encaminhado à Agência Nacional de Cinema - Ancine - pedido de providências para que seja facilitado o acompanhamento de pessoas com deficiência à obras cinematográficas com a inserção de legendas descritivas para pessoas com deficiência auditiva e a audiodescrição para pessoas com deficiência visual; seja realizada reunião para apresentar e debater, em audiência pública, o conceito de desenho universal, por ocasião do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado em 3 de dezembro; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei Federal nº 7.699, de 2006, de autoria do deputado federal Walter Tosta, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito federal; e o Projeto de Lei nº 4.254, de autoria da deputada estadual Liza Prado, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito do Estado de Minas Gerais; seja realizada visita ao Centro de Treinamento Esportivo - CTE -, resultado da parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - e a Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude - Seej -; seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais cópia de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Relações Institucionais acerca da disponibilização de equipamentos adaptados às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida para a realização de exames médicos, em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 5.103/2013; sejam ouvidas as pessoas presentes nesta reunião. A seguir, a presidência passa a palavra às Sras. Maria Eunice, diretora do Instituto Presidente Roosevelt; Teresinha Oliveira da Rocha; Laura Beleza Rocha, chefe de gabinete do vereador Leonardo Mattos; Maria Auxiliadora de Moraes; Ana Luiza da Silva; Maria Lúcia Abel; Maria do Carmo Silva de Jesus; Ana Máximo Resende; Augusta Francisca de Sousa Coelho; Maria da Conceição Teixeira; Silvina Rodrigues da Silva; Sebastiana Pereira Batista Silva; Terezinha de Lourdes Lourenço e Maria Geralda Nogueira; mães de alunos com deficiência; Geraldo Oscar José Soares, pai de aluno com deficiência; Wilson Bueno, presidente do Associação dos Deficientes Eficientes - Adefe. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2013.

Liza Prado, presidente - Glaycon Franco - Rogério Correia.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/11/2013

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados André Quintão, Antônio Carlos Arantes e João Leite (substituindo os deputados Fred Costa e Fabiano Tolentino, respectivamente, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do deputado André Quintão(6) em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Trabalho e Emprego pedido de providências para a execução dos recursos da emenda na Ação 4173, no valor de R\$505.000,00, destinada ao apoio da economia popular solidária; seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para a criação do Fundo Estadual da Economia Popular Solidária, com alocação de 5% dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria; seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego pedido de providências para que seja revista a decisão de não mais firmar convênios com ONGs; seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para que os Municípios de Itaobim, Jenipapo de Minas, Berilo, Francisco Badaró e outros que demonstrarem interesse possam ser incluídos no atendimento da Ciretran-257, de Araçuaí; seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para a criação de uma vara da Infância e da Juventude no Município de Coronel Fabriciano; e seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja realizado o pagamento da 2ª parcela da Bolsa Aluno para as Escolas Família Agrícola Paulo Freire, no Município de Acaiaca; Tabocal, no Município de São Francisco; e Bom Tempo, em Itaobim, Taiobeiras e Araçuaí, que foram contempladas pela Resolução SEE nº 2.422, de 27 de setembro de 2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2013.

André Quintão, presidente - Maria Tereza Lara.

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/11/2013

Às 14 horas, comparece na Câmara Municipal de Felixlândia o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater abuso de poder e violência policial ocorridos na cidade de Felixlândia. Ato contínuo, interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ilma da Piedade e Silva, vereadora; o Ten.-Cel. PM Enicodemos Lopes do Nascimento, comandante do 42º BPM da 14ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais de Curvelo e representante do corregedor da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; o Ten. PM Paulo César das



Neves Costa, comandante do 4º Pelotão da 218 Cia. do 42º BPM em Felixlândia; o Sd. PM Thiago Almeida, policial militar do 4º Pelotão PM da 218 Cia. PM do 42º BPM; e os Srs. Demóstenes José Elias, escrivão de Polícia Civil, representando o delegado de Polícia Civil de Felixlândia; Jairo Gonçalves da Fonseca, presidente do Conselho de Cidadania de Felixlândia; André Gasbarro de Paula, assessor parlamentar do deputado federal Gabriel Guimarães; Alex Quadros de Moura e José Eduardo Coelho, vereadores; Cláudio Henrique Caldeira e Matheus Vítor Fernandes Silva, cidadãos denunciadores de Felixlândia; e Alex Sander Lara, servidor da ALMG e denunciante, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/11/2013

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira (substituindo o deputado Jayro Lessa, por indicação da liderança do BTR) e os deputados Lafayette de Andrada, Sebastião Costa, Rogério Correia e Sávio Souza Cruz (os dois últimos substituindo, respectivamente, os deputados Ulysses Gomes e Adalclever Lopes, por indicação da liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e faz a leitura da comunicação do deputado Ulysses Gomes de que não comparecerá à reunião devido a compromissos no mesmo horário. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.983/2012 e 4.189, 4.439, 4.442, 4.443 e 4.648/2013 são retirados da pauta por determinação do presidente por não cumprirem pressupostos regimentais. Os pareceres que concluem pela ratificação, por meio de projetos de resolução, dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 546 e 549/2013, têm a discussão adiada atendendo-se a requerimentos do deputado Rogério Correia, aprovados pela comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição das Emendas nºs 2 a 9 e pela aprovação da Emenda nº 10 ao Substitutivo nº 1, apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 4.647/2013, no 1º turno (relator: deputado Lafayette de Andrada), registrando-se os votos contrários dos deputados Sávio Souza Cruz e Rogério Correia. Na fase de discussão do parecer do Projeto de Lei nº 3.507/2012, no 1º turno, o relator, deputado Lafayette de Andrada, o retira e apresenta outro parecer, que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública. Após discussão e votação, é aprovado o parecer. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Sebastião Costa, que conclui pela aprovação, no 2º turno, da Lei nº 4.454/2013 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Sávio Souza Cruz. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária do dia 19/11/2013, às 16h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Ulysses Gomes - Sebastião Costa - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/11/2013

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a enaltecer o trabalho dos policiais civis que participaram da operação RDX-II, que culminou na prisão de 12 suspeitos de explodir dezenas de caixas eletrônicas e de roubar 225kg de dinamite, em Belo Horizonte, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Fátima Alves Batista, investigadora de polícia; e os Srs. Jeferson Botelho Pereira, superintendente de Investigação e Polícia Judiciária da Polícia Civil; Wanderson Gomes da Silva, chefe do Departamento de Operações Especiais da Polícia Civil; Thiago de Lima Machado e Bruno Wink dos Santos, delegados de polícia; Eber Alexandre de Oliveira, Jonathas Nunes da Silva, Washington Miranda de Oliveira, Gilberto Carlos Moreira de Freitas, Edilson Tadeu Eugênio, Marco Aurélio Matos da Costa, Welber Sandro Muniz, Ronan Mozart S. Fórneas, Ernesto Lúcio Carvalho de Oliveira, Guilherme de Pinho Silva, José Júlio Chamon de Oliveira, Percival Alexandre Assunção Fernandes, Thiago Cláudio Figueiredo Leroy, Elvimar Monteiro, Cláudio Luiz Bezerra de Azevedo e Vander Tavares Gomes, investigadores de polícia; Hércules de Moraes Romão, agente de segurança penitenciário; e Gustavo de Oliveira Colaço, escrivão de, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o



requerimento do deputado João Leite em que solicita seja realizada visita ao secretário de Estado de Defesa Social para discutir o plantão regionalizado da Polícia Civil de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária que ocorrerá dia 19/11/2013, às 16 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2013.

João Leite, presidente - Cabo Júlio - Lafayette de Andrada.

ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/11/2013

Às 14h06min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia e Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputado Sargento Rodrigues e Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a forma desrespeitosa com que o juiz Fabiano Afonso da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Júri de Ribeirão das Neves teria tratado vários policiais militares durante as audiências, bem como suposta discriminação praticada pelo magistrado aos moradores desse município. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sd. PM Érika Milene de Oliveira, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; Sandra Margareth Silvestrini de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da 1ª Instância do Judiciário Mineiro - Serjusmig; e os Srs. Major PM Fabrício Duílio Ortenzio, subcomandante do 40º Batalhão da Polícia Militar, representando Ten.-Cel. PM Júlio César de Souza, comandante do 40º Batalhão da Polícia Militar - Ribeirão das Neves-MG; Sgt. PM Heder Martins de Oliveira, diretor jurídico, representando Cb. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra PM/BM; Cel. BM Antônio Damásio, membro da Comissão de Direito Militar da OAB-MG; 1º-Ten. PM Marcelo Rodrigues da Silva, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; 2º-Sgt. PM Geordane Geraldo Rocha, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; 2º-Sgt. PM José Felipe de Oliveira Filho, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; 3º-Sgt. PM Leonardo José Pinto de Souza, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; 3º-Sgt. PM Valter Lúcio Randi Vitorio, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; Raimundo Nonato Meneses Araújo, diretor institucional da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais - Ascobom; Cb. PM Kleber de Amorim, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; Cb. PM Glaysson Moraes de Lima, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; Sd. PM Edmar Neto Soares, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; Sd. PM Igor Dourado Mendes Ruas, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; Wander da Costa Ribeiro, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Minas Gerais; Sd. PM Samuel Marcos Barbosa Gomes, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Sgt. PM Carlos Alberto Rocha, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; 2º-Ten PM Cláudio Lopes Miguel, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; Sd. PM Everaldo Vasconcelos Gomes, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; 2º-Sgt. PM Hélio Evangelista da Silva, diretor financeiro da Central Única dos Militares Estaduais; Cabo PM Jurandir Nascimento, 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; Fábio Queiroz, diretor jurídico do Centro Social de Cabos e Soldados, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Durval Ângelo (7) em que solicita sejam encaminhadas ao Delegado de Polícia do Município de Lima Duarte as notas taquigráficas da 34ª Reunião Ordinária da comissão, acompanhadas de pedido de providências para apuração de possíveis condutas criminosas por parte do gerente do Parque Estadual do Ibitipoca, conforme denúncias contidas nas referidas notas; sejam encaminhadas ao governador do Estado as referidas notas, acompanhadas de pedido de providências para a substituição do gerente do Parque Estadual do Ibitipoca, em vista das denúncias contidas nessas notas, e em virtude da falta de sensibilidade social e urbanidade demonstradas pelo gerente; sejam encaminhadas ao promotor de justiça da Comarca de Lima Duarte essas notas taquigráficas, acompanhadas de pedido de providências para apuração de denúncias de ameaças sofridas por moradores do Município de Conceição de Ibitipoca em razão de conflitos agrários ocorridos na região; sejam encaminhadas à ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; ao procurador-Regional do Ministério Público Federal em Minas Gerais, ao presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, ao ministro do Meio Ambiente, ao ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República essas notas; sejam encaminhadas à Procuradoria-Geral de Justiça as referidas notas taquigráficas, acompanhadas de pedido de providências para apuração de denúncias de suposto desvio de recursos destinados à compensação ambiental; sejam encaminhadas as mencionadas notas taquigráficas ao Promotor de Justiça, ao Juiz de Direito da Comarca de Itamarandiba e aos convidados da reunião; seja encaminhado ao Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais pedido de informações sobre: quais são as unidades de conservação existentes no Estado sob a administração do IEF; qual é o número de pessoas e/ou famílias já regularizadas e também daqueles que se encontram pendentes de regularização fundiária (impacto social); quais são as unidades de conservação a serem implantadas e/ou aumentadas no Estado, com o respectivo número de pessoas a serem atingidas; Rogério Correia e Durval Ângelo em que solicitam sejam encaminhadas ao governador do Estado as referidas notas taquigráficas, acompanhadas de pedido de providências para a suspensão de todos os processos de desapropriação dos terrenos localizados no Parque Estadual da Serra Negra, para realização de negociações e reavaliação dos valores dos imóveis desapropriados; Cabo Júlio em que solicita sejam encaminhadas as notas



taquigráficas da 67ª Reunião Extraordinária desta comissão à Corregedoria de Polícia Militar, acompanhadas de pedido de providências para abertura de inquérito policial militar objetivando apurar possíveis crimes de tortura, abuso de autoridade, coação, condescendência criminosa praticados contra militares da 19ª Companhia Independente do Pará de Minas, em fato ocorrido no dia 19/9/2013, por membros da Subcorregedoria da 7ª Região de Polícia Militar; Cabo Júlio, Rômulo Viegas, Sargento Rodrigues e Durval Ângelo (16) em que solicitam seja encaminhado ao corregedor do Tribunal de Justiça pedido de informações sobre o número de representações existentes em favor do juiz Fabiano Afonso da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Ribeirão das Neves, bem como o resultado das sindicâncias já realizadas; sejam encaminhadas à Corregedoria-Geral da Polícia Civil as notas taquigráficas da 68ª Reunião Extraordinária da comissão, acompanhadas de pedido de providências para que sejam ouvidos Gustavo Garcia Assunção, da 3ª Delegacia de Polícia de Ribeirão das Neves sobre as denúncias apresentadas contra Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Júri de Ribeirão das Neves, especialmente no que se refere ao tratamento desrespeitoso e entaves impostos às investigações criminais desse município; sejam encaminhadas ao Comando-Geral da Polícia Militar as referidas notas taquigráficas, acompanhadas de pedido de providências para garantir assistência jurídica aos militares do 40º Batalhão da Polícia Militar por parte da assessoria jurídica da instituição, com um posicionamento institucional em defesa dos militares; seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que os policiais do 40º Batalhão da Polícia Militar, ao serem convocados para depor e testemunhar perante a 1ª Vara Criminal e 1º Tribunal do Júri da Comarca de Ribeirão das Neves, sejam acompanhados por advogados da instituição; seja realizada visita ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Corregedor do Tribunal de Justiça para discutir as denúncias contra o juiz Fabiano Afonso da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Ribeirão das Neves; sejam encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ as notas taquigráficas da presente reunião, acompanhadas com pedido de providências para apuração das denúncias apresentadas contra Fabiano Afonso, Juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Juri da Comarca de Ribeirão das Neves, especialmente no que se refere ao tratamento abusivo e discriminatório dispensado a policiais militares, servidores do Tribunal de Justiça, promotores de justiça e delegados de polícia do mencionado município, além de outras práticas incompatíveis com o exercício da magistratura, em desrespeito ao art. 35 da Lei Complementar Federal nº 35, de 1979, e ao Código de Ética da Magistratura, e solicitam sejam ouvidos, para a averiguação dos fatos: Gustavo Garcia Assunção, Delegado da 3ª Delegacia de Polícia Civil em Ribeirão das Neves; Márcio Rocha Viana, Delegado de Homicídios em Ribeirão das Neves; Henrique Nogueira Macedo, promotor de Justiça da Vara de Execuções Criminais em Ribeirão das Neves; Antônio Henrique Franco Lopes, promotor de Justiça em Ribeirão das Neves; e César Felipe Colombiari da Silva, Delegado Regional de Polícia de Iturama; seja realizada visita ao Conselho Nacional de Justiça para debater as denúncias de práticas incompatíveis com o exercício da magistratura e desrespeito ao art. 35 da Lei Complementar Federal nº 35, de 1979, e ao Código de Ética da Magistratura por parte de Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Juri da Comarca de Ribeirão das Neves, especialmente no que se refere ao tratamento abusivo e discriminatório dispensado a policiais militares, servidores do Tribunal de Justiça, promotores de justiça e delegados de polícia do mencionado município; sejam encaminhadas à Comissão de Defesa das Prerrogativas da Advocacia e à Comissão de Direitos Humanos, ambas da Ordem dos advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais, as notas taquigráficas da reunião, acompanhadas de pedido de providências para que sejam ouvidos os advogados com atuação na Comarca de Ribeirão das Neves acerca das possíveis práticas incompatíveis com o exercício da magistratura e desrespeito ao art. 35 da Lei Complementar Federal nº 35, de 1979, e ao Código de Ética da Magistratura por parte de Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Juri da Comarca de Ribeirão das Neves, especialmente no que se refere ao tratamento abusivo e discriminatório dispensado a advogados, policiais militares, servidores do Tribunal de Justiça, promotores de justiça e delegados de polícia do mencionado município; sejam encaminhadas à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado as notas taquigráficas da reunião, acompanhadas de pedido de providências para apuração das denúncias apresentadas contra Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Juri da Comarca de Ribeirão das Neves; sejam encaminhadas à Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis - e à Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - Anamages - as notas taquigráficas da reunião, para conhecimento das denúncias apresentadas contra Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Juri da Comarca de Ribeirão das Neves, com pedido de providências para que ambas as associações emitam notas públicas de reprovação dos atos atribuídos ao magistrado e de desagravo em favor dos policiais militares lotados no 40º Batalhão da Polícia Militar de Ribeirão das Neves; sejam encaminhadas ao juiz diretor do Foro de Ribeirão das Neves as notas taquigráficas da presente reunião para conhecimento das denúncias apresentadas contra Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Júri da referida Comarca, acompanhadas de pedido de providências para averiguação dos fatos e efetivação das medidas pertinentes ao caso; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da presente reunião às autoridades e representantes das entidades que participaram do evento; sejam encaminhadas à Associação Juízes para a Democracia - AJD - as notas taquigráficas da reunião, acompanhadas de pedido de providências para a realização de audiência pública em Ribeirão das Neves para ouvir denúncias contra Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Júri de Ribeirão das Neves, especialmente no que se refere ao tratamento abusivo e discriminatório dispensado a policiais militares e civis, servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e moradores do município, além de outras práticas incompatíveis com o exercício da magistratura, em desrespeito ao art. 35 da Lei Complementar Federal nº 35, de 1979, e ao Código de Ética da Magistratura; sejam encaminhadas ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH - da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Conedh -, as notas taquigráficas da presente reunião, acompanhadas de pedido de providências para a realização de audiência pública em Ribeirão das Neves para ouvir denúncias contra Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Júri de Ribeirão das Neves; sejam encaminhadas à presidência da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves as notas taquigráficas da presente reunião, acompanhadas de pedido de providências para a realização de audiência pública em Ribeirão das Neves para ouvir denúncias contra Fabiano Afonso, juiz da 1ª Vara Criminal e do 1º Tribunal do Júri de Ribeirão das Neves; sejam encaminhadas ao prefeito do Município de Ribeirão das Neves as notas taquigráficas da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/11/2013

Às 16h2min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Duarte Bechir, Bosco e Adalclever Lopes (substituindo o deputado Elismar Prado, por indicação da liderança do Bloco MSC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Tadeu Martins Leite e Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de ofício das Sras. Andressa Rejaine, Gabriela Ribeiro e Sulamar Muzzi, estudantes de pedagogia do Centro Universitário Una, publicado no *Diário do Legislativo* de 7/11/2013; de ofício da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-Ute, solicitando apoio desta Casa no tocante à proibição pela Secretaria de Educação de se contratar servidores substitutos aos licenciados nas escolas; e de dois e-mails recebidos por meio do Fale com a Assembleia da Sra. Cibele Borges, em que solicita a votação de projeto de autoria do governador do Estado que concede aumento salarial de 5% para os servidores em educação. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.637/2013, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Deiró Marra, e informa que avocou a si a relatoria do Projeto de Lei nº 3.924/2013, em 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.946, 6.011, 6.258 e 6.280/2013. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.298, 4.300, 4.388 e 4.469/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Rogério Correia(5) em que solicitam seja realizada visita à Escola Estadual Melo Viana, no Bairro Carlos Prates, para verificar a construção da quadra esportiva construída em terreno adquirido há seis anos pelo Estado; seja realizada visita à Escola Estadual Professor Morais, no Bairro Carlos Prates, para verificar os motivos da inexistência de quadra esportiva nesse estabelecimento de ensino; seja realizada visita ao Instituto de Educação, para verificar as denúncias apresentadas por trabalhadores em educação sobre a precariedade do espaço da cozinha e do refeitório e sobre a não utilização da piscina dessa unidade de ensino, cuja manutenção mensal é da ordem de R\$4.000,00; seja realizada visita à Escola Estadual Caio Néelson, no Bairro Caiçara, para verificar o andamento da reforma dessa unidade de ensino; seja realizada visita à Escola Estadual Professora Benvinda de Carvalho, no Bairro Jardim Montanhês, para verificar os motivos de suas dependências físicas estarem estruturadas de forma inadequada, similar a uma unidade prisional e não de ensino; do deputado Ulysses Gomes em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Programa de Educação Profissional criado pelo governo do Estado para compra de vagas das escolas técnicas particulares e as consequências dos recorrentes atrasos no pagamento das parcelas devidas; do deputado Tadeu Martins Leite em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a possibilidade de ampliação dos cursos oferecidos pela Universidade Estadual de Montes Claros no câmpus de Almenara; do deputado Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o assunto "Temas transversais: entre a teoria e a prática nas escolas"; do deputado Neilando Pimenta em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para autorizar a realização da Maratona do Conhecimento nas escolas públicas localizadas nos municípios do Vale do Jequitinhonha, nos moldes do projeto idealizado pela Faculdade de Almenara, com a finalidade de estimular e promover o estudo entre os alunos do 3º ano do ensino médio, identificando jovens talentos e incentivando o seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas, além de premiar as escolas participantes e seus estudantes mais bem colocados; do deputado Tadeu Martins Leite em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o andamento da liberação dos recursos destinados às ações do Programa Brasil Profissionalizado; da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Duarte Bechir em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que seja revista a aplicação da Resolução SEE nº 2.442, de 7 de novembro de 2013, no que se refere ao Cesec de Ribeirão das Neves; da deputada Maria Tereza Lara, do deputado Duarte Bechir e do deputado Bosco em que solicitam seja enviado voto de congratulações ao presidente do Sistema Fiemg pela realização da Olimpíada do Conhecimento; do deputado Adalclever Lopes em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que não seja realizada a municipalização da Escola Estadual Imaculada Conceição, no Município de Ipanema, atendendo a reivindicação da comunidade local; do deputado Ulysses Gomes em que solicita seja ouvido o professor Renato de Aquino Faria Nunes, presidente da Rede Mineira de Inovação e da Universidade Federal de Itajubá. São recebidos pelo presidente, para posterior apreciação, os requerimentos da deputada Ana Maria Resende em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a questão do transporte escolar, em razão das alterações na carga horária previstas para 2014; do deputado Duarte Bechir em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre a situação funcional da servidora Lara de Sena Leocádio, Masp 946557-6, especialmente no que diz respeito ao processo administrativo que teria resultado em seu afastamento do cargo de diretora escolar; do deputado Carlos Henrique em que solicita seja realizada visita técnica à Escola Estadual Pandiá Calógeras para averiguar denúncia de pais e alunos sobre atraso no cronograma das obras de reforma e ampliação da escola e averiguar as condições físicas de suas instalações e de seu funcionamento; do deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o repasse do Fundeb pelos municípios às creches e instituições conveniadas; e da deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências, sob demanda dos professores de educação física da rede estadual, pela revogação do art. 4º da Resolução SEE nº 2253, de 2013, e para revisão da grade curricular do projeto Reinventando o Ensino Médio Noturno. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Renato de Aquino Faria Nunes, presidente da Rede Mineira de Inovação e professor da Universidade Federal de Itajubá, que é convidado a



tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Ulisses Gomes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2013.

Maria Tereza Lara, presidente - Bosco - Luzia Ferreira - Sávio Souza Cruz.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/11/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.845, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. (Faixa constitucional). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao §3º do art. 12 e aos §§1º e 2º do art. 123 e pela rejeição do veto ao art. 125.

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.647/2013, do Governador do Estado, que reajusta o subsídio das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica e dá outras providências. (Urgência). A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 26/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.459/2013, do deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 6.326 a 6.331/2013, do deputado Cabo Júlio; 6.332 a 6.334/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 6.343, 6.344/2013, do deputado Cabo Júlio; 6.349 a 6.354/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 6.397 a 6.399/2013, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 52/2013, do deputado Cabo Júlio, e Projetos de Lei nºs 2.178/2011, do deputado Rogério Correia; 4.299 e 4.387/2013, do governador do Estado; 1.271/2011, do deputado Gustavo Valadares; 1.395/2011, da deputada

Ana Maria Resende; 1.570/2011, das deputadas Luzia Ferreira, Ana Maria Resende, Liza Prado, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis; 2.883/2012, do deputado Gilberto Abramo; 2.889/2012, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.950/2012, do deputado Carlos Henrique; 3.318/2012, do governador do Estado; 3.719/2013, do deputado Glaycon Franco; 3.725/2013, do deputado Paulo Lamac; 4.180/2013, do governador do Estado; 4.239/2013, do deputado Jayro Lessa; 4.344/2013, da deputada Ana Maria Resende; 4.351/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; 4.378/2013, do deputado Carlos Mosconi; 4.394/2013, da deputada Ana Maria Resende; 4.429/2013, do governador do Estado; e 4.545/2013, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.547/2012, do deputado João Vítor Xavier; 3.756/2013, do deputado Hely Tarquínio; 3.992/2013, do deputado Neider Moreira; 4.133/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.327/2013, do deputado Lafayette de Andrada; 4.572/2013, do deputado Hélio Gomes; 4.584/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e 4.592/2013, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 26/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.502/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.511/2013, do deputado Paulo Lamac; e 4.512/2013, do deputado Tiago Ulisses.

Requerimentos nºs 6.262/2013, do deputado Anselmo José Domingos; 6.298/2013, do deputado Bonifácio Mourão; 6.323/2013, do deputado Ivair Nogueira; e 6.339, 6.395, 6.340 e 6.341/2013, do deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.439/2013, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.279/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.295 e 6.296/2013, da deputada Liza Prado; e 6.342/2013, do deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.918 e 5.919/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.922/2013, do deputado Ulysses Gomes; 5.956 e 5.993/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.101/2013 e 6.102/2013, da Deputada Liza Prado; 6.106 e 6.107/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.127/2013, do deputado Duarte Bechir; 6.137/2013, do deputado Tiago Ulisses e do deputado Zé Maia; 6.253/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; 6.300/2013, do deputado Ivair Nogueira; 6.348/2013, do deputado Gustavo Corrêa; e 6.396/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão sobre a liberação do comércio de bebidas alcoólicas nos estádios e ginásios poliesportivos do Estado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.535/2013, do deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.338/2013, da deputada Maria Tereza Lara e dos deputados Durval Ângelo e Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 26/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.036/2013, do Deputado Anselmo José Domingos; 6.128 a 6.130/2013, 6.255 e 6.256/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 26 de novembro de 2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 21.845, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado; e do Projeto de Lei nº 4.647/2013, do governador do Estado, que reajusta o subsídio das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de novembro de 2013 .

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa, Rômulo Veneroso e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2013, às 10 horas, no Plenário desta Casa, com a finalidade de apresentar os temas a serem debatidos pela Assembleia Legislativa em 2014 para aprimorar a legislação de proteção aos animais no âmbito estadual, com a presença de convidados.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Célio Moreira, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 4.102/2013, de autoria do deputado Durval Ângelo, que institui o sistema estadual de prevenção de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, e discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Celinho do Sinttrocel, Juninho Araújo e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2013, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o anúncio do encerramento das atividades da empresa Votorantim Metais, no Município de Fortaleza de Minas, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 28/11/2013, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com os integrantes do Fórum dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, questões referentes à legislação estadual, de receber sugestões para os trabalhos desta comissão e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Almir Paraca, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Paulo Lamac, Célio Moreira, Glaycon Franco e Marques Abreu, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 29/11/2013, às 10 horas, no auditório da 2ª Subseção da OAB-MG em Conselheiro Lafaiete, situado na Praça Barão de Queluz, 30, com a finalidade de debater, em audiência pública, o enfrentamento e combate ao uso de *crack* e outras drogas nesse município e região e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Vanderlei Miranda, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.091/2013

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.091/2013, de autoria do deputado Carlos Mosconi, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Muzambinho – Acim –, com sede no Município de Muzambinho, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.091/2013

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Muzambinho – Acim –, com sede no Município de Muzambinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Muzambinho – Acim –, com sede no Município de Muzambinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.



Doutor Wilson Batista, presidente – Duarte Bechir, relator – Rômulo Viegas.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/11/2013

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, deputados, deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, nas galerias, queremos tratar especificamente de dois pontos na tribuna desta Casa. O primeiro assunto é a indignação do cidadão em relação à aplicação da lei penal brasileira. Essa indignação nos fez aportar requerimento na Comissão de Segurança Pública, presidente João Leite. O cidadão ficou paraplégico após ser vítima de um roubo a mão armada. Ele trabalhava de forma honesta, cumprindo seu horário de trabalho. Vou fazer a solicitação a V. Exa. desse episódio do trabalhador que ficou paraplégico após roubo a mão armada - mais conhecido pelo cidadão como assalto - antes de encerrarmos os trabalhos daqui a 30 dias aproximadamente.

Deputado João Leite, esse episódio nos faz lembrar várias e várias intervenções que tenho feito nesta tribuna e que, graças a Deus, começam a ter eco em outros estados, como foi a posição do atual governador Geraldo Alckmin, no que diz respeito à punição dos crimes violentos contra a pessoa praticados por adolescentes.

Esse cidadão ficou paraplégico quando tentou defender sua sobrinha, que estava na mira de uma arma de fogo durante o assalto: entrou na frente da sobrinha, uma moça, para protegê-la, já que a arma estava apontada para ela. Um dos autores, um rapaz de 17 anos, desferiu o tiro que acertou sua coluna, deixando-o paraplégico.

Se o maior bem jurídico é a vida, se ela é o bem mais protegido por toda a legislação brasileira ou, em linguagem mais técnica, por todo o arcabouço jurídico, não pode ser só a do adolescente. A Constituição da República, no *caput* do art. 5º, diz que o primeiro direito a ser tutelado é a vida, e isso por uma questão óbvia: sem ela, não temos os direitos que se seguem, nos termos da lei - a liberdade, a segurança, o patrimônio etc.

Tenho comigo inúmeras matérias publicadas em diversos jornais em que se noticiam crimes violentos contra a pessoa praticados por menores adolescentes, que não recebem punição exemplar. Bem, o governador Geraldo Alckmin foi ao Congresso Nacional sugerir a alteração da Lei nº 8.069, de 1990, uma lei ordinária, federal, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Ele propõe, entre outras coisas, que se aumente a internação para oito anos, e quero dizer, deputado João Leite, que ainda é pouco. Não posso admitir que, se um agressor de 18 anos pratica latrocínio contra uma vítima de 17 anos, ele sofra 30 anos de prisão, mas que, se se inverterm os autores, se o de 17 anos matar o de 18, ele sofra, no máximo, três anos de internação. Um, por ser maior, por ter maioridade penal, pode sofrer 30 anos de prisão por latrocínio; outro, por se enquadrar na menoridade penal, poderá sofrer uma medida de internação máxima de três anos. É o mesmo que dizer que a vida de uma pessoa de 18 anos vale menos do que a de uma de 17 anos.

Não foi isso que o constituinte originário, o criador da Constituição da República, na Assembleia Nacional Constituinte, entregou aos brasileiros. O que se diz ali é que todos são iguais perante a lei, homens e mulheres são iguais perante a lei. Não se diferenciam homens e mulheres maiores ou menores. Não há lá essa expressão. Então, como já disse em pronunciamento anterior, o ECA contrariou ou violou a própria Constituição da República ao tratar das punições. Quando tocamos nesse assunto, sempre aparece um monte de pessoas para dizer que o menor está em formação, mas esclareço que não estamos falando dos demais atos ilícitos, infracionais, mas apenas dos crimes violentos contra a pessoa.

Estamos tratando do maior bem jurídico, que é a vida; e aqui não pode aparecer um maluco para dizer que a vida de um pode valer mais que a de outro. Se aparecer, vou entender que esse cidadão, primeiro, não leu a Constituição da República; segundo, deve estar em outro planeta; e, terceiro, não está ouvindo o que o cidadão lá fora está dizendo.

Então, deputado João Leite, depois, junto com V. Exa., vamos debater tal fato, já que o requerimento foi aprovado, acolhido imediatamente. O cidadão que ficou paraplégico quer vir à comissão. Ele me disse: “deputado, eu não vou mudar minha situação, hoje na condição de paraplégico, mas tenho de ir à Comissão de Segurança Pública da Assembleia dizer que as autoridades precisam fazer alguma coisa. O Estado, o poder público, vamos dizer assim, no sentido *lato sensu*, não fez nada para essa pessoa que está paraplégica. Fui vítima de um roubo à mão armada, e quem atirou em mim foi um rapaz de 17 anos”. Então eu pergunto: será que todos nós, deputado João Leite, vamos ficar de braços cruzados? É óbvio que a competência para alterar essa lei não passa pelo Parlamento estadual. O legislador federal, os senadores, os deputados federais e a presidência da República é que podem ter essa iniciativa.

De antemão, deputado João Leite, concedo aparte a V. Exa., mas antes gostaria de dizer que não podemos deixar de abordar esse assunto, debatê-lo exaustivamente. Lá fora, as pessoas não aguentam mais ver tantos crimes violentos praticados por adolescentes, e a polícia entregar a ocorrência por uma porta, mas, daí a meia hora, ele sair por outra.

O deputado João Leite (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. apresenta um ponto muito importante, ligado à violência que estamos vivendo. Sem dúvida, há nesse momento, em nosso país, uma quebra social muito acentuada, como os recentes episódios acontecidos nos *shoppings*, que alguns disseram ser um arrastão provocado por adolescentes. Os policiais que agiram falaram, na Comissão de Segurança Pública da Assembleia, que, dos jovens abordados, e que tiveram sua identificação colhida pelos policiais, em 70% dessas identificações, não constava o nome do pai. Ou seja, infelizmente falta aquela referência do pai nas famílias. É um outro estatuto, onde os homens fazem os filhos, porém abandonam o lar e deixam as mães para cuidar desses filhos.

Outro aspecto da fala de V. Exa. que considero importante é que alguns estão defendendo que deve ser abaixada a maioridade penal. Alguns defendem 16 anos, outros defendem 14 anos. Estou praticamente convencido de que hoje deveríamos estar apoiados,



orientados por psiquiatras. Imaginem que aquele Champinha, de 13 anos, que matou um casal de namorados em São Paulo, apesar de já ter alcançado a maioridade, continua acautelado. Esse jovem tem um laudo do psiquiatra declarando que ele é um psicopata, que não tem sentimento nenhum com a dor da outra pessoa. E a pergunta que se faz hoje é a seguinte: esse jovem pode, novamente, conviver com a sociedade? Ele pode ser colocado no convívio da sociedade, já que tem um distúrbio gravíssimo em que não se importa com a dor do outro? Será que aqueles que defendem abaixar a maioridade penal para 14 ou 16 anos esqueceram o que ocorreu, recentemente, com aquele jovem de 13 anos, que amarrou, no consultório dentário, a dentista e jogou querosene nela, atirando-lhe fogo? Portanto, estamos num momento em que precisamos de apoio do profissional psiquiatra.

Registro aqui, com muito prazer, a presença do nosso presidente, deputado Hely Tarquínio, que é psiquiatra. Hoje precisamos muito da ajuda do psiquiatra para fazer uma análise do comprometimento dessa situação dos adolescentes. Obrigado por me ouvirem, isso é educação, apesar de muitos não terem me ouvido. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues - Agradecemos a V. Exa. e pediríamos aos companheiros das galerias que pudessem concluir o nosso pronunciamento.

Com relação à questão do laudo psiquiátrico, também concordamos, e, veja, deputado Doutor Wilson Batista, que o exemplo dado aqui foi 1 de 13 anos. Quando defendo a revisão, não defendo discutir idade, até porque o crime hediondo não pode ter classificação por faixa etária, ele é hediondo na sua essência. Se um latrocínio praticado por uma pessoa de 40 anos tivesse sido praticado por uma de 14 anos, ele não seria menos monstruoso. É latrocínio do mesmo jeito. Aí, o maior bem jurídico não está sendo protegido.

O ECA, em seu art. 121, § 3º, diz o seguinte, deputado Doutor Wilson Batista: “Em nenhuma hipótese a medida de internação passará de três anos”. Ou seja, se o cidadão chegar numa escola, com 40 alunos e o professor, e soltar uma dinamite e matar todo o mundo, em nenhuma hipótese a sua medida de internação passará de três anos. Veja o absurdo que a legislação trouxe em termos de punição. Não podemos conviver com isso. Eu não disse aqui, e nunca direi, que devemos desprezar o restante do estatuto, mas ele quebra toda a lógica, toda a coerência, toda a construção do próprio direito penal, que é uma punição branda para um crime brando; uma punição mediana para um crime mediano; e uma punição muito mais gravosa para um crime hediondo. Então, a lógica da construção do direito penal – e, aí, cito o pai do direito penal moderno, Cesare Beccaria - vai nessa linha. É nessa lógica de construção. E o ECA veio e disse: “Se você tem entre 12 e 18 anos incompletos, pode botar fogo no mundo, que a sua medida de internação será de no máximo três anos”. Ou seja, pode matar 10, 20, 30, 50 pessoas, que a sua medida de internação não passará de três anos. E veja que, um pouco mais adiante, o mesmo artigo diz que ele não poderá passar de 21 anos sob a internação. Se o juiz permitir isso, responderá por abuso de autoridade e será acionado. Então, há uma incoerência. Os cidadãos trabalhadores, aqueles que trabalham todos os dias e cumprem as regras sociais estão sendo vítimas dessas pessoas e querem uma resposta do poder público.

Deputado Doutor Wilson Batista, fico extremamente chateado por não poder ter a iniciativa, porque ela é do deputado federal, do senador ou da presidente da República. Então, Sr. Presidente, quero dizer aqui da minha indignação. E a minha fala não é isolada, num pensamento apenas deste deputado; é dos amigos, dos vizinhos, das pessoas com quem conversamos no dia a dia, rotineiramente, no nosso cotidiano. Essa indignação, deputado Doutor Wilson Batista, está nas pessoas. “Vocês têm de mudar isso; vocês não podem deixar continuar do jeito que está.” Então, o que trazemos à tribuna é essa indignação. Não podemos conviver com essa brandura. Há gente querendo discutir esse assunto de forma poética. O crime violento contra a pessoa não é poesia. De um lado você tem vítimas, vidas sendo ceifadas, pessoas ficando paraplégicas, como é o caso desse cidadão que nos procurou, a quem nós aplaudimos.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras dizendo que a presidente da República, a Sra. Dilma Rousseff, e o conjunto de senadores e deputados federais, todos, sem exceção, inclusive os do meu partido, parecem estar dormindo em berço esplêndido e não estão acompanhando o clamor das ruas.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputados e deputadas, companheiros da imprensa, telespectadores da TV Assembleia, professores, professoras, trabalhadores em educação que nos visitam, sindicalistas do Sind-UTE, é um prazer tê-los conosco nesta tarde. Nossa pauta está cheia, mas há um projeto particularmente de interesse da área da educação, que trata do reajuste do subsídio das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica e dá outras providências.

Sr. Presidente, solicitei o uso da tribuna hoje particularmente para falar sobre esse projeto e a posição da bancada do PT. Permitam-me, deputado Paulo Guedes, nosso líder da Minoria, falar um pouco sobre isso, deputado Durval Ângelo, demais deputados da base do PT e do Bloco Minas sem Censura por intermédio do deputado Sávio Souza Cruz, nossa liderança, e eu, vice-líder do bloco, e apresentar nossa posição em relação a esse reajuste imposto pelo governo.

Na verdade, nossa posição é votar favoravelmente ao projeto e com urgência, bem porque já era para o governo ter remetido esse projeto há mais tempo a esta Casa Legislativa. O não pagamento dos 5% no contracheque deste mês de outubro já foi, em nosso entender, uma artimanha do governo, que, de forma atrasada, remeteu o projeto à Assembleia para ganhar tempo e não ter de fazer aplicação imediata de recurso que, para os servidores, é pouco, mas que, na falência e na quebradeira em que o Estado está, 5% para eles hoje significa raspar o tacho para ver se conseguem terminar melancolicamente esse governo que, infelizmente, já perdura há mais de 12 anos em Minas Gerais.

Sr. Presidente, o projeto reajusta o subsídio das carreiras em 5%. Veja bem que o próprio governo manda à Assembleia Legislativa um projeto com esta ementa: reajusta o subsídio das carreiras. Pela televisão, o governo faz outra propaganda: ele diz que paga aos professores o piso salarial; no entanto, não está reajustando o piso, porque piso não existe. O governo trocou o piso pelo maldito subsídio, e, por trás do subsídio, evidentemente não existem as benesses da carreira, que estão estabelecidas no piso salarial. Ao mesmo tempo, a manobra do governo foi exatamente conceder ao professorado e aos trabalhadores em educação cada vez um reajuste menor do que o reajuste nacional do piso do magistério. Como isso se efetiva? O reajuste do piso é estabelecido pelo custo-aluno. Então ele foi, ano passado, de 22%; este ano, em torno de 9,97%, quase 10%... E 8,97%, não é isso?

Então, 7,97%, ou 8%, com 22% do ano passado, um sobre o outro, só aí são 30%. Há uma previsão para o ano que vem em torno de 19%. Mas os reajustes, em Minas Gerais, do subsídio são sempre menores do que o reajuste do piso nacional: foi de 5%, e, este ano, 5%. Então, em dois anos, deputado Paulo Guedes, se estabeleceu mais um arrocho no salário da educação em torno de 20% apenas



em dois anos. Se contarmos isso para frente, o que o governo vai fazer será cada vez achatar mais o subsídio, e, além de não terem a carreira, os professores perdem também o valor real do salário.

Há de se dizer também que o governo destina sempre aos estados, e não é diferente para Minas, um recurso a mais, reajustado com base no custo-aluno. Então, o que o governo recebe aqui do Fundeb já é reajustado: no ano passado, em 22%, e em 7,97% neste ano. O governo do Estado, em vez de repassar aos professores o reajuste, confisca-o e vai utilizar esse recurso para pagar as dívidas que ele tem da quebradeira causada pelo maldito choque de gestão. O que tem acontecido com a educação em Minas Gerais é sempre isto: “pagar o pato” do choque de gestão às custas de arrocho salarial.

Com base nessa análise, o Sind-UTE nos solicitou que apresentássemos oito emendas para tentarmos melhorar o projeto, para que a perda dos professores não fosse tão grande. Vou fazer rapidamente uma leitura dessas emendas. Inicialmente vou ler o nome dos deputados que assinaram a emenda solicitada pelo Sind-UTE por intermédio da coordenadora, Prof. Beatriz Cerqueira, que está aqui conosco, e, na pessoa dela, mando um abraço a todas as professoras presentes e a todos os trabalhadores da educação que acompanham pelo interior afora a reunião de hoje à tarde, esperançosos da aprovação desse projeto de lei e principalmente das emendas. Os deputados que assinaram são: Adalclever Lopes, do PMDB; Adelmo Carneiro Leão, do PT; Almir Paraca, do PT; André Quintão, do PT; Antônio Genaro, do PSC; Carlos Henrique, do PRB; Celinho do Sinttrocel, do PCdoB; Durval Ângelo, do PT; Elismar Prado, do PT; Gilberto Abramo, do PRB; Ivair Nogueira, do PMDB; Leonídio Bouças, do PMDB; Maria Tereza Lara, do PT; Paulo Guedes, do PT; Paulo Lamac, do PT; Pompílio Canavez, do PT; Rogério Correia, do PT; Sargento Rodrigues, do PDT; Sávio Souza Cruz, do PMDB; Tadeu Martins Leite, do PMDB; Vanderlei Miranda, do PMDB; e Ulysses Gomes, do PT. São esses os deputados que assinaram as emendas protocoladas aqui.

São oito emendas assinadas por esses deputados. A aprovação delas é muito importante. Vou fazer rapidamente uma síntese. A Emenda nº 2 pede que se descongele a carreira. Olha aí, Anastasia: a carreira do professorado está congelada. Deputados, vamos descongelar a carreira. Os professores estão com a carreira congelada, alguns há 10 anos.

Emenda nº 3: o governo não reajusta a vantagem por tempo de serviço. Estamos propondo também reajustar-se a vantagem por tempo de serviço.

Direito à opção. Quando os professores entraram em greve, 153 mil trabalhadores da educação optaram pelo regime do piso salarial. O governo, através de uma lei votada pela maioria aqui na Assembleia Legislativa, infelizmente desfez, a opção dos 153 mil trabalhadores e obrigou que 200 mil professores passassem para o subsídio ou “suicídio”, como é conhecido. A emenda é para que os professores passem a ter o direito de opção e possam optar pelo piso e não pelo “suicídio” a que o Anastasia os obrigou.

A Emenda nº 5 estabelece para os demais trabalhadores da educação a possibilidade de o tempo de serviço adquirido ser parcelado até 2015. Isso só aconteceu com professores especialistas, com os demais não.

A Emenda nº 6 pede garantir-se a promoção dos professores e trabalhadores da educação em janeiro de 2014. Existem trabalhadores da educação, com mestrado e doutorado, que estão há 10 anos sem promoção na carreira. Estamos solicitando que eles tenham promoção.

Outra emenda - essa é importante e já falei sobre ela - trata do fato de que o reajuste do Fundeb é feito pelo custo-aluno, mas aqui ele sempre é inferior à inflação. Queremos obrigar o governo a fazer o reajuste do maldito “suicídio”, se ele não acabar, pelo custo-aluno, que é o reajuste nacional, e não pelo mixuruca reajuste que o governo tem dado a cada ano aqui, no Estado de Minas Gerais.

Emenda nº 8: Anistia. Os professores não estão anistiados até hoje. E faço uma ressalva: isso não foi promessa só do Anastasia e do Danilo de Castro, que assinou aquele acordo e depois o desfez. Foi o que o Adalclever disse: a assinatura do secretário Danilo de Castro é igual risco n'água. Ele assina o documento num dia e, no outro, a assinatura já não vale nada. Agora, aqui, além da assinatura do Danilo, que assegurava que não haveria professor punido, houve a garantia do presidente da Assembleia, Dinis Pinheiro, e do líder do governo na ocasião, Luiz Humberto, de que esta Casa aprovaria a anistia caso o governo não a aprovasse, e até hoje não a aprovaram. Então está aqui a emenda que vai anistiar os professores punidos pela greve heroica de 11 dias, em 2012.

A última emenda tem uma função humanitária. Professores, permitam-me falar agora com alunos e pais de alunos, porque as pessoas não entendem. Uma professora, uma especialista de educação, alguém que trabalha na secretaria ou na biblioteca e até mesmo uma cantineira estão proibidos de se alimentar na escola. O governo Anastasia está proibindo os trabalhadores da educação de se alimentar na escola. Disse que não podem comer os alimentos dos alunos na escola. Estamos apresentando uma emenda para que o governo complemente toda a alimentação que é oferecida ao aluno e na qual o Estado não coloca R\$0,01. Não existe R\$0,01 de complementação na alimentação. Todo recurso vem do governo federal, e o recurso da alimentação vai para os alunos, mas, quando ele chega aqui, o governo do Estado proíbe as professoras de se alimentar. A emenda é para que o governo do Estado faça a complementação para os trabalhadores da educação e, se for necessário, para os alunos, a fim de que tenham uma alimentação digna.

É impressionante como um governo pode proibir uma professora ou um professor de, ao chegar cansado à escola, à noite, depois de ter dado aula pela manhã e à tarde, e ainda enfrentar à noite três horários e mais dois após o recreio, se alimentar na escola para dar as duas aulas dos últimos horários. Pois é isto que está acontecendo aqui em Minas Gerais: o governo proíbe as professoras de se alimentar na escola. Essa é a Emenda nº 9. Portanto, de 2 a 9, são 8 emendas que os 21 deputados cujos nomes li estão assinando, a pedido do sindicato, para que sejam votadas hoje.

Queria dizer também aos professores e trabalhadores da educação que a oposição está num processo de obstrução, mas abrimos uma exceção para votar esse projeto e suas emendas. Então faço um apelo aos deputados da base de governo: venham a esta Casa hoje para votar pelo menos o projeto dos professores e as emendas que estão no projeto que li e expliquei aqui.

Por fim, neste minuto e meio que me falta, queria chamar a atenção, mais uma vez, dos senhores e das senhoras aqui presentes, de todos os servidores públicos dos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. O governo mandou para esta Casa três projetos que extinguem o fundo de previdência do servidor público, o Fupemg. O governo está roubando dinheiro do servidor público para cobrir o gasto da quebradeira causada pelo maldito choque de gestão. Estão sendo retirados R\$3.500.000.000,00 do Fupemg nesse projeto, que serão destinados, Paulo Guedes, para o governo cobrir um rombo no



caixa único do Estado. Com isso, os servidores não terão a aposentadoria garantida por um fundo, como foi estabelecido em 2002, e ficarão dependendo do caixa do Estado.

E o caixa do Estado, evidentemente, terá no futuro um gasto maior com a previdência social, deixando de investir na saúde, na educação, nas estradas, nos rios, na preservação ambiental e assim por diante.

Então, esse projeto é mais um saco de maldades do governo que veio para a Assembleia Legislativa. Hoje, fomos ao Ministério Público Estadual, fizemos uma representação do nosso bloco e de todos os sindicatos ligados ao serviço público, solicitando que entre com ações imediatas para suspender a medida do governo de desmonte da previdência pública dos servidores.

Encerro minhas palavras conclamando os deputados e as deputadas a estar presentes aqui, hoje, a fim de aprovar esse projeto de lei e especialmente as emendas solicitadas pelos professores e pelo Sind-UTE. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* - Cumprimento o Sr. Presidente, as deputadas e os deputados, os servidores que nos acompanham das galerias. Quero saudar todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades do Estado.

Companheiro Rogério Correia, na manhã de hoje, tive o prazer de participar, junto com o Bloco Minas sem Censura e todos os sindicatos que representam todas as categorias dos servidores públicos de Minas Gerais, de uma reunião com o Ministério Público, em que fomos recebidos pelo promotor Eduardo Nepomuceno. Fomos pedir que o Ministério Público se posicione contra esse golpe inaceitável que o governo de Minas quer impor aos servidores do Estado. É absurda a diferença entre a Minas da fantasia, da propaganda, da mídia e a Minas real. O choque de gestão tão propagado pelo senador Aécio Neves e pelo governador Anastasia escancarou de vez agora, foi desmascarado, pois na verdade é um choque de enganação. Poderíamos apelidá-lo de choque de indigestão, de congestão, de tanta coisa ruim.

Eles conseguiram sucatear o Estado de tal maneira que, como o deputado Rogério Correia bem expôs, já não há onde raspar. Tudo o que se produz em Minas é para o projeto pessoal do Aécio, milhões e milhões para a imprensa, milhões e milhões para calar a imprensa mineira, para não se divulgar nada. Hoje mesmo, no ato em que uma bancada de oposição da Casa e todos os presidentes de sindicatos de servidores públicos procuraram o Ministério Público para pedir providências, nenhum órgão de imprensa convidado compareceu. Há censura, e dinheiro para manter essa censura não falta em Minas. É um absurdo. Por isso, quero denunciar que é inaceitável mais esse golpe.

Esse golpe desmoraliza o governo e sua equipe econômica, que arrotava gestão. Agora, vem o choque da realidade das contas públicas de Minas Gerais. Em 2003, Minas Gerais devia R\$14.000.000.000,00. Eles conseguiram endividar Minas de tal forma, que a dívida está próxima dos R\$90.000.000.000,00. Realmente, é uma dívida impagável, insustentável. Esse é o choque de gestão, que penaliza os servidores públicos, que persegue professores e funcionários de todos os setores deste Estado, que sucateia a segurança pública em Minas Gerais e que, a cada dia, faz o governo perder a credibilidade, não só da sociedade, mas também de todo o mundo. Isso acontece, principalmente, no Parlamento, em que todos os acordos que o governo faz são descumpridos.

Quero fazer um apelo aqui aos meus colegas deputados, também no que se refere ao veto do governador à Emenda nº 24, do novo Código Florestal. Conseguimos, por meio dessa emenda, fruto de acordo do Plenário desta Casa, aprová-lo por unanimidade. Não quero aqui, simplesmente, pelo fato de ser autor dessa emenda, ser dono de nada. Essa emenda é fruto da conquista de todo esse Plenário, ao reconhecer que o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha pagam o pato pela preservação em Minas Gerais.

A Lei da Mata Seca proíbe que o Norte do Jequitinhonha, uma região com 56% de cobertura vegetal, faça qualquer investimento. Ao mesmo tempo, sabemos que os recursos do ICMS Ecológico, que são distribuídos em Minas, vão para os grandes poluidores. Quem recebe o ICMS Ecológico em Minas? Contagem, Betim, Ipatinga, Uberlândia, Uberaba e as grandes cidades do Triângulo, que desmataram tudo e não deixaram nenhuma árvore para trás. Lá, é só a plantação de cana e a produção de álcool e açúcar. A região está bombando em geração de oportunidades, enquanto o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha pagam o pato.

Quem nasce no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha tem de ser condenado a cortar cana lá no Triângulo e a colher café no Sul. Não podemos aceitar esse tipo de coisas. É por isso que quero aqui fazer uma cobrança do governo: não pressione sua base, para que possamos derrotar esse veto do governador à Emenda nº 24. Assim, faremos justiça com o Norte e com o Jequitinhonha.

Ao contrário do que algumas pessoas andam pregando, essa emenda faz justiça em todas as cidades do Norte do Jequitinhonha e não vai tirar quase nada de ninguém. Belo Horizonte vai perder R\$8.000,00, e assim também Betim, Contagem e Uberlândia. O que é R\$8.000,00 no orçamento de Belo Horizonte no mês? Nada. Mas, R\$8.000,00, R\$20.000,00, R\$30.000,00, R\$50.000,00 a mais no orçamento de uma cidade como Pai Pedro, que é uma das mais pobres do Estado, faz muita diferença. O valor de R\$80.000,00 a mais para Verdelandia faz muita diferença. E todas essas cidades estão na esperança disso, ainda mais neste momento difícil em que se encontram os municípios. Essa emenda da distribuição do ICMS Ecológico é um alento para os municípios do Norte e do Jequitinhonha.

Quero aqui pedir a todos os deputados, especialmente aos deputados da bancada norte-mineira, que conhecem, como eu, a realidade de cada município do Norte do Jequitinhonha, que nos irmanemos no objetivo de ajudar uma região a se desenvolver, e essa é a melhor forma.

É uma forma de ajudar o meio ambiente a se manter preservado, porque o município que receber mais recursos do ICMS Ecológico vai querer, cada vez mais, preservar suas matas para que possa ter direito a esse incentivo.

Por isso, mais uma vez, deixo esse apelo ao governador Anastasia e aos líderes do governo nesta Casa: cumpram esse acordo firmado na votação da emenda. Que possamos também, como fizemos na semana passada, ao recomendar a derrubada do veto na comissão especial, manter o parecer da comissão especial no Plenário para derrubarmos esse veto. Não vamos tirar nada de ninguém, vamos ajudar muito os que mais precisam.

Quero também, mais uma vez, fazer um apelo especial principalmente aos nossos colegas deputados da bancada norte-mineira. Não quero ser dono de nenhuma emenda. Apresentei essa emenda, mas quero dividi-la com todos os deputados que, de forma unânime, a aprovaram durante a votação do novo Código Florestal.



Portanto, peço a cada um de V. Exas. para que, juntos, possamos referendar esse acordo e derrubar o veto do ICMS Ecológico, fazendo justiça com os municípios do Norte e do Jequitinhonha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* - Exmo. Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; telespectadores da TV Assembleia; público presente nas galerias. Hoje vamos abordar alguns assuntos. Um deles é a tentativa do Ministério da Educação de acabar com o atendimento das escolas especiais e das Apaes.

Nem tudo que parece bom é necessariamente bom. Nem tudo que é politicamente correto se aplica a todos. A proposta de se pôr fim ao ensino em escolas especiais, em nome da inclusão de crianças com deficiência mental ou graves transtornos de toda ordem, é uma dessas ideias que aos olhos dos engajados parece genial, mas que, na prática, será um desastre.

Pode-se dizer, e alguns certamente dirão, que tal inclusão ocorre com sucesso em países desenvolvidos. Não usam argumento falso. É verdade que essa experiência apresenta ótimos resultados em países que têm o substantivo: a educação. Como no Brasil falta o substantivo, não há como abrir mão do adjetivo. Se não temos uma educação de bom nível para as crianças ditas normais, não poderemos abrir mão de uma escola diferenciada, com profissionais especializados no atendimento a quem precisa de atenção especial, ou seja lá como for politicamente correto se referir a quem tem qualquer forma de deficiência ou transtorno.

Crianças que precisam de atenção especial exigem profissionais com formação especializada. Não se trata de colocar em xeque a competência dos professores das escolas de ensino regular. A eles, nosso respeito. Exatamente por respeitá-los é que não podemos concordar com essa tal política de inclusão do Ministério da Educação.

Nossos mestres estarão violentados em sua consciência profissional porque não terão condições de oferecer a seus alunos especiais a educação de que necessitam. Certamente, será frustrante para todos.

Há, senhores, outro importante aspecto a ser considerado nessa tentativa de implantar a Meta 4 a partir da reformulação do Plano Nacional de Educação. Pergunto-lhes: que direito tem o governo de mudar algo no qual ele é apenas coadjuvante? A história da nossa educação mostra que na educação especial a sociedade foi a protagonista de todas as mudanças, de toda a inovação e de todo o desenvolvimento. A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - e outras entidades, como a Fundação Pestalozzi, foram vanguardistas nesse tipo de ensino. Desenvolveram competência na área, independentemente de governos, que acabaram vindo a reboque dessas instituições. E o que faz o governo agora? Tenta sufocar essas instituições que tanto bem fazem a muitos brasileiros, impondo-lhes dificuldades. Tira-lhes o oxigênio, incutindo-lhes cortes financeiros. Na verdade, o governo federal firma-se no politicamente correto para cometer mais um estelionato; cria a desculpa da inclusão para não ter que disponibilizar, como nunca fez, escolas especiais para todos os que dela necessitam.

Não, não somos contra a modernização. Não somos contra a evolução dos conceitos. Nos casos em que a inclusão é possível, que ela seja feita. Há sim, nas escolas especiais, crianças com transtornos que não se enquadram nos objetivos iniciais dessas escolas. Acontece que, pela ausência do Estado, pela incapacidade de sua rede - que fique claro, não de seus profissionais - essas crianças tiveram de ser absorvidas pelos estabelecimentos especiais. Essas crianças, esses jovens podem, sim, participar de um grande programa de inclusão. Mas prestem atenção: somente se as escolas de ensino regular estiverem preparadas para isso. Nessas situações, senhores, as escolas não podem se limitar a promover a inclusão tratando igualmente a todos apenas por uma canetada do governo federal e do Ministério da Educação.

A inclusão só pode obter algum resultado se, em vez da igualdade, o Estado for capaz de promover a equidade, tratando desigualmente os desiguais. Aqueles que precisam de atenção especial devem ter atenção especial. Acontece que os governos não foram capazes disso. Agora, estão querendo sufocar o trabalho brilhante que a sociedade fez por meio das Apaes. Fora isso, sem equidade, acontece apenas o fracasso.

Educação, senhores, é coisa séria. A nossa Constituição atribui ao Estado e à sociedade a obrigação de provê-la. É o que até aqui têm feito as Apaes e as outras fundações espalhadas por todo o País, mais concentradas, é verdade, nas cidades de maior porte. O que deveríamos discutir aqui é a expansão desse serviço, para que todos os que necessitam de escola especial tenham acesso a ela. Lamentavelmente, estamos nos movimentando para não deixar que o governo acabe com aquilo que a sociedade criou e desenvolveu.

No domingo passado estivemos com várias Apaes na cidade de Sete Lagoas, junto com o presidente Dinis Pinheiro, o prefeito Márcio Reinaldo, vários outros deputados e muitos amigos da sociedade que cuidam dos nossos pequeninos e jovens especiais. Estaremos lutando. Há poucos dias mesmo, na quinta-feira, uma grande marcha também na cidade de Pompéu, onde o pessoal das Apaes, junto com o presidente da Câmara, vereador Zé, o vereador Loizinho, o vereador Nilson e praticamente toda a cidade de Pompéu estiveram caminhando, marchando em defesa das Apaes.

Queremos pedir ao ministro da Educação Aloízio Mercadante que não insista nessa ideia de acabar com as Apaes. No dia em que se criar um bom programa de inclusão que cuide adequadamente e com equidade dessas pessoas que, por um motivo qualquer, precisam de cuidados especiais, que são dados com muito carinho pelas Apaes, pelos professores que se especializam, pelos voluntários das Apaes, que muitas vezes, aliás, se cotizam para pagar até o transporte dessas crianças. De maneira que fica aqui o nosso repúdio veemente a mais essa atitude absurda do governo federal.

Gostaria também, Sr. Presidente, de mandar agora um recado de sofrimento a vários amigos, como o vereador Silas, lá de São Joaquim, distrito de Januária; o vereador Nego Viana, de Várzea Bonita; o vereador Ademir Batista; a vereadora Renata Lélis; o vereador Dudu; Rodrigo, Manoel Matos, Claudinho; tantos que há muito tempo estão lutando pela possibilidade da emancipação do grande distrito de São Joaquim, incluindo aí Várzea Bonita, Pandeiros, na nossa enorme cidade com tantos problemas, que é a cidade de Januária. E nós, esperançosos, vendo aprovado um projeto na Câmara Federal com participação dos deputados federais. Depois, esse projeto já foi discriminativo porque colocou o Norte de Minas, que é da área da Sudene, na mesma condição do Sudeste. Então, para poder emancipar o município no Nordeste, o projeto previa 7 mil habitantes pelo IBGE de 2010. Agora, no Norte de Minas Gerais, que tem as mesmas características ou, às vezes, indicadores até piores do que os do Nordeste, o critério é o mesmo de São Paulo e Rio de Janeiro: 12 mil habitantes.



Há poucos dias eu estava conversando na Câmara Municipal de Januária e tentando ver que tipo de luta faríamos para poder provar que lá há 12 mil habitantes, que havia condição de emancipar São Joaquim. O Senado votou favoravelmente para que pudéssemos passar a fazer as emancipações. No entanto, vem mais uma canetada contra a região mais pobre do País, a canetada da nossa querida Dilma Rousseff, presidente do governo federal. Ela vetou o projeto de emancipação dos municípios. (- Manifestação nas galerias.)

Dilma Rousseff, a senhora, que não conhece as dificuldades de uma pessoa doente que está no São Joaquim, de uma pessoa doente que esteja lá e que tem de andar 80km de estrada de terra, e a senhora simplesmente, sem ouvir ninguém, tira a esperança daquele povo, tira a esperança de Mocaminho, lá na Jaíba, de poder se emancipar? Tira a esperança de emancipação, meu caro presidente da Câmara de Várzea da Palma, deputado André.

Uma simples canetada da presidente da República condena à dificuldade inúmeros distritos do Norte de Minas e do Jequitinhonha que poderiam se emancipar e que não poderão fazê-lo porque a presidenta resolveu, ao arrepio de todo o Congresso brasileiro, condenar, Vereador Silas, moradores de Várzea Bonita, de Pandeiros, da zona rural de São Joaquim, a não terem mais a emancipação de seus distritos. Vemos aí, Sr. Presidente, mais esse grande absurdo perpetrado contra o povo mais pobre da nossa querida Minas Gerais e de todo o País, porque, sem sombra de dúvida, no Nordeste muitos distritos poderiam estar melhor se fossem emancipados. Não tenho dúvida de que a cidade de Ibiracatu hoje é mais feliz porque pôde se emancipar, assim como a cidade de Maria da Cruz.

Caro amigo Miguel Figueiredo, da nossa querida Bonito de Minas, vocês, que puderam viabilizar esse município por meio da emancipação, sabem que agora irmãos de vocês de sofrimento serão punidos pela caneta pesada que acaba com as emancipações, pelo veto colocado pela presidente da República em desfavor dos menos favorecidos. Temos convicção de que a situação é bem melhor com a emancipação, que faz com que o município proveja suas necessidades básicas, para que não aconteça o que vem ocorrendo com a nossa Januária, tão bem dirigida pelo prefeito Manoel Jorge e pelo vice Hamilton Viana - tivemos oportunidade de apoiá-los - mas que não tem a quantidade necessária de recursos financeiros para fazer as coisas para São Joaquim. Com isso se impõe mais esse sofrimento ao povo mais carente, que mora mais distante e que não tem suas necessidades básicas atendidas. Esse povo poderia estar um pouco melhor se não fosse esse veto que violenta as pessoas da região de São Joaquim.

Um abraço para o povo da região pobre do Norte de Minas, de São Joaquim, da Barra do Guaicuí. Quero mandar um abraço e dizer que continuaremos lutando com nossas armas. Estaremos o tempo todo lutando para que novo projeto seja feito, para, em breve, termos um presidente da República que não o vete e para que haja um projeto que leve a emancipação a muitas localidades e melhores dias para muitas pessoas pobres.

Tenho a convicção, caro presidente Hely Tarquínio, de que esse ato de força do governo federal contra as Apaes, contra as regiões mais pobres... Que força bacana contra essa região, deputado Bonifácio Mourão. Temos certeza de que a educação acabará prevalecendo e as pessoas não agredirão as outras com impropriedades nas palavras.

Fica aqui o recado para o nosso povo sertanejo da região de São Joaquim. Mesmo com esse ato de violência da presidente da República do PT contra o povo dessa região de Januária, continuaremos tentando cuidar de lá.

Não se abatam, meus amigos. Essas injustiças, como o término da Apaes, estão caminhando. Estamos vendo, o tempo todo, no Plano Nacional de Educação, deputado Mourão, na Meta 4, a asfixia financeira das Apaes, que fazem um trabalho tão bonito, tão bacana. Por que querem acabar com o que a sociedade construiu e que está dando certo? Sabemos disso, e, sem sombra de dúvida, às vezes querem calar as pessoas com impropriedades, com gritos. No grito, não se leva... Infelizmente esse veto, que acaba com a possibilidade de emancipações, vai levar muita gente ao sofrimento, mas acredito que um dia o País vai poder ser um pouco melhor.

Agradeço muito ao deputado Hely Tarquínio e também a todas as pessoas que estão nos assistindo pela TV, que, infelizmente, às vezes ouvem impropriedades de quem deveria ter a obrigação de cuidar da educação, e não atacar as pessoas no grito. Muito obrigado, Sr. Presidente. E vamos, São Joaquim, com a cabeça erguida, continuar lutando, porque um dia vamos conseguir a emancipação. Quem sabe o Brasil terá um presidente da República que irá cuidar um pouco melhor do povo mais carente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos nesta tribuna para abordar, principalmente, a reunião de ontem, na Fiemg, para tratar de um caderno lançado pela duplicação da Rodovia 381, ligando Belo Horizonte a Governador Valadares.

Sr. Presidente, se tivermos condições, vamos falar sobre a duplicação dessa rodovia de tão elevado interesse não somente para a região do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço, mas de interesse geral do Estado e do País.

Sr. Presidente, vamos pedir a garantia da nossa palavra. Sr. Presidente, por gentileza, pedimos a garantia da nossa palavra. Queremos falar sobre um assunto importante, a duplicação da BR-381, mas precisamos de melhores condições, porque esse tema, acredito, é também de interesse de todos que estão aqui presentes. Estamos falando...

Até agora não tive condições de começar, Sr. Presidente.

Temos todo o respeito com a plateia, então é natural que ela o tenha conosco também. Não estamos ofendendo a plateia, vamos falar sobre a duplicação da 381. Dessa maneira, atrasaremos a votação, porque, sem as condições, não podemos falar, e não há condições.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Gostaria de esclarecer o pessoal que se encontra nas galerias...

O exemplo é um pouquinho de educação para nos ouvir. Gostaria de esclarecer que nesta fase não adianta querer, reclamar com o deputado para votar. Não é a fase, que é do pinga-fogo, dos oradores inscritos. A partir do término desta fase, entraremos no processo de votação. Então, tenham um pouco de paciência, porque é assim que o Regimento Interno da Casa funciona. Este é o apelo que faço a vocês: esperem o término do orador inscrito.

O deputado Bonifácio Mourão - Pedimos a V. Exa. que marque o nosso tempo e que seja descontado, porque é regimental e fundamental o que falamos, que não houve condição do orador usar a tribuna até agora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para tratar da duplicação da BR-381, ligando Belo Horizonte a Governador Valadares, cujo assunto foi abordado ontem na reunião da Fiemg, especialmente para lançar um caderno relativo à duplicação da BR-381.

Acontece, Sr. Presidente, que a duplicação vai apenas até Belo Oriente, e não até Governador Valadares. A presidente Dilma Roussef anunciou, em todos os momentos, em todas as horas, e a imprensa toda anunciou da mesma forma, que a duplicação seria de Belo Horizonte a Governador Valadares, mas não será. Então, a presidente não estava falando a verdade.

Ontem, então, esse assunto foi abordado na Fiemg, e os oradores que utilizaram a palavra, inclusive o Dr. Luciano, presidente da Fiemg em Ipatinga, bem como o deputado federal Alexandre Silveira, mostraram que os motivos alegados pela Presidência da República e pelo Dnit para não duplicar até Governador Valadares são basicamente de que o movimento de Belo Oriente a Valadares é menor do que o de Belo Horizonte a Belo Oriente, mas esse levantamento foi feito em 2004. Em 2013, nove anos depois, foi feito um novo levantamento, segundo o depoimento dos dois oradores aos quais me referi, e foi comprovado que o movimento de veículos entre Belo Oriente e Governador Valadares já exige a duplicação até Valadares. Então, o único argumento utilizado pela Presidência da República para não duplicar até Valadares já caiu, de acordo com os seus próprios levantamentos. Soma-se a esse argumento o fato de que a BR-381, que vem de São Paulo a Belo Horizonte e Valadares - daqui para Valadares é a BR-381 Norte -, lá em Governador Valadares encontra outra grande rodovia federal, que é a BR-116, Rodovia Rio-Bahia.

Quando se interrompe a duplicação em Belo Oriente ocorre o estrangulamento do trânsito, e a BR-381 não se liga à BR-116. Além disso, não podemos entender essa lógica, pois, se consta na Constituição Federal que o objetivo maior do governo federal é buscar a igualdade entre as pessoas e as regiões, como pode um governo asfaltar até o local onde há uma indústria grande e deixar outras cidades que têm uma grande população, mas não têm grandes indústrias, sem asfalto? Isso é abrir um fosso cada vez maior entre as regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas. Isso é contrariar, ostensivamente, a lei máxima do País, que fala em igualdade entre as pessoas e as regiões.

É por isso que estamos aqui, para protestar contra essa discriminação do governo federal com o Município de Governador Valadares e com todos os municípios de além de Governador Valadares. Ao mesmo tempo, estamos aqui também para dizer e revelar que, mesmo a duplicação entre Belo Horizonte a Belo Oriente tem falhas no projeto. Fiquei sabendo ontem na Fiemg que, no trecho entre Monlevade e São Gonçalo do Rio Abaixo, também não está prevista a duplicação. O projeto precisa de correções.

Já falei desta tribuna, já falei por várias vezes, já requeri audiência pública, que foi deferida e será feita em Governador Valadares pela Comissão de Transportes desta Casa, a fim de protestar contra o isolamento da nossa cidade e da nossa região. Estou falando também da omissão da presidente da República com Minas Gerais. E não é só com a duplicação da BR-381, mas com o rodoanel e com o metrô - o governo federal não construiu nem 1m. Por que esse mesmo governo federal, da presidente Dilma Rousseff, dá tanta atenção à Bahia, a Pernambuco, ao Estado do Rio de Janeiro e a tantos outros estados, mas se esquece do Estado em que ela diz que nasceu? De fato, ela tem a certidão de nascimento de Minas Gerais, mas não tem a certidão de fato. Ela não pratica atos que possam justificar que ela seja, de coração, de Minas Gerais. O fato de nascer não é bastante. É preciso ter ações desenvolvidas no Estado que comprovem seu amor e sua ligação com ele, mas isso não existe.

Antes de encerrar minhas palavras, quero louvar as palavras e as posições adotadas pelo senador Aécio Neves, por todos governadores do PSDB e por todas as autoridades que estiveram ontem, em Poços de Caldas, lançando oficialmente um novo pacto federativo no País. É preciso fundar de novo a Federação. É preciso prestigiar mais todos os 27 estados brasileiros, todos os 5.500 municípios, que não podem continuar com o pires nas mãos, pois 70% da arrecadação vão para Brasília e os outros 30% são divididos entre municípios e estados.

* - Sem revisão do orador.

85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/11/2013

O deputado Luiz Henrique* - Sr. Presidente, deputadas, deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, funcionários desta Casa, no início deste mês tive a honra de participar, na Comissão de Direitos Humanos, de uma audiência pública para a qual a Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo foi convidada a participar.

Lembrando que foi a deputada Liza Prado que instituiu no Estado a lei que criou a nossa Comissão da Verdade, quero dizer que essa audiência pública teve a finalidade de discutir o provável atentado que culminou com a morte do maior estadista de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nessa audiência, ocorrida no dia 4, tive a honra de representar Carlos Murilo Felício dos Santos, primo de Juscelino Kubitschek, que foi deputado estadual e federal e que é natural de Diamantina, como eu. Ele me passou uma procuração para que eu representasse a família na ocasião, quando foi ouvido o ex-motorista da Cometa Josias, que presenciou a morte do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A dúvida que fica no ar é se foi morte acidental ou atentado.

Tudo indica, deputada Liza Prado, que ocorreu um atentado. Um perito criminal relatou, nesta semana, que participou da exumação do corpo de Geraldo Ribeiro, o motorista que dirigia para Juscelino Kubitschek naquele dia. Constatou-se, na necropsia do corpo, que havia um orifício no crânio, o que sugeria ter sido promovido por uma bala de revólver. Esteve presente também nessa audiência o meu grande amigo Serafim Jardim, que pesquisa, há vinte e poucos anos, esse provável atentado contra Juscelino Kubitschek de Oliveira. Então, ficam aí apresentadas essa dúvida e a pesquisa para que possamos esclarecer, em breve tempo, se realmente ocorreu um atentado. Precisamos dessa resposta. Parabenizo a comissão e principalmente a deputada Liza Prado por estar atenta com essa questão, por ter promovido essa lei que está tentando nos mostrar a verdade.

Por falar em momentos históricos, terminou, na semana passada, a comemoração dos 70 anos do Manifesto dos Mineiros. Tancredo Neves dizia que o outro nome de Minas é liberdade.

Há pouco eu conversava com a minha colega Ana Maria a respeito de alguns movimentos que eclodiram nessa nossa Minas Gerais tendo em vista a libertação nacional, a libertação do nosso povo. Eu diria que em 1720 ocorreu a conjuração de Vila Rica. Em 1736, ocorreram os motins do sertão, mais conhecidos como Inconfidência Brejina, um movimento liderado por uma mulher, Maria da



Cruz, que visava à libertação do povo mineiro, do povo brasileiro. Houve a Inconfidência Mineira, tão falada, do nosso querido Tiradentes, e ainda a Revolução Liberal, liderada por Teóphilo Ottoni, o Manifesto dos Mineiros. Por fim, há inúmeros movimentos feitos aqui, em Minas Gerais, visando à libertação do povo brasileiro.

Hoje, pela manhã, deputado Arlen Santiago, houve aqui várias discussões. Tive oportunidade de ouvi-lo quando falou sobre algumas retaliações que o povo do Norte de Minas vem sofrendo com a presidenta Dilma. O mais interessante é que V. Exa. citou a Medida Provisória nº 512, que, como sabemos, levou para Pernambuco uma fábrica que poderia estar muito bem instalada no Norte de Minas.

O deputado João Leite falou aqui sobre o subsídio da cana-de-açúcar, que nós não obtivemos com a presidente Dilma. Mas ninguém falou nesta Casa - aliás, ontem o Genival Tourinho me ligou e falou sobre isso - a respeito de uma medida que foi adotada pela Petrobras visando abandonar 12 campos de exploração de gás natural na bacia do São Francisco. Só a Petrobras deixou de explorar lá, deputado Arlen Santiago, quatro poços. Isso porque eles estão concentrados na exploração de petróleo na bacia de Libra, esquecendo-se, mais uma vez, do nosso povo do Jequitinhonha, do Norte de Minas. Isso tem de ser repetido frequentemente, nesta Casa.

A deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Nobre deputado Luiz Henrique, V. Exa. tem muita legitimidade para defender o Norte de Minas, o Jequitinhonha, já que grande parte de seus votos é dessa região.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar que hoje, dia 20 de novembro, é o Dia Nacional da Consciência Negra. O Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, em 1888, portanto, há 115 anos. Mais de um século depois, ainda verificamos esse grande passivo social, de cidadania, que temos em relação à população negra deste país, em torno de 50%, segundo o IBGE. Os negros são, ainda, menos escolarizados, ganham menos. Em todos os indicadores, verificamos que a remuneração deles é menor, seja do homem, seja da mulher. Eles são também mais sujeitos à violência. Hoje foi veiculado em todos os jornais que no ano passado 39 mil negros foram assassinados, vítimas de homicídio no Brasil; entre os brancos, esse número foi de 16 mil.

Portanto, para cada branco assassinado, há 2,4 negros, o que mostra a tragédia social.

Quero fazer esse registro, e acho que o País tem essa dívida social e ética com a população negra, que está na origem da nossa formação, os afrodescendentes. O que temos constatado é que, só pelo andar da carruagem, normalmente, isso não será resolvido. É preciso intervenções de políticas públicas eficientes, efetivas, que priorizem fundamentalmente a questão da educação, da formação profissional, para que eles tenham dignidade e cidadania.

Queria parabenizá-lo pela sua atuação marcante nesta Casa e fazer esse registro do Dia Nacional da Consciência Negra.

O deputado Luiz Henrique* - Muito obrigado, deputada Luzia Ferreira. Já fazemos um convite aqui a todos os pares: o PSDB negro, mais conhecido como Tucanafro, fará hoje um ato comemorativo pelo Dia da Consciência Negra. Parabéns pela sua observação.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Deputado Luiz Henrique, estive com V. Exa., há pouco tempo, na nossa querida região de Diamantina, que V. Exa. defende com unhas e dentes. Estamos sabendo das dificuldades que os hospitais de lá têm vivido, e V. Exa. levou o Antônio Jorge para tentar resolver o problema, para ver se consegue colocar aquela UPA para funcionar. Há a equipe de neurocirurgia em Diamantina, que faz com que pessoas se operem em Diamantina mais que aqui, mas os hospitais têm grandes dificuldades, e os prefeitos também. Isso principalmente porque o governo federal, que tem mais de 70% da arrecadação brasileira, não quer colocar dinheiro na saúde. Some o dinheiro da saúde. Aliás, recebi da Fazenda Nacional, na Comissão de Saúde, um documento que diz que, em 2001, o IOF era R\$3.000.000.000,00 e, em 2012, ficou em R\$31.500.000.000,00. Então o IOF foi aumentado pelo governo federal para substituir o CPMF, que era da saúde. Só que ele foi aumentado, mas, em vez de colocarem dinheiro, eles estão retirando, fazendo com que cidades que V. Exa. defende tanto, como Diamantina, estejam numa situação bastante calamitosa, assim como várias outras.

O que V. Exa. falou é muito certo. A nossa presidente Dilma não quer dar incentivo para o pessoal da cana de açúcar do Norte de Minas, mas dá para o Nordeste. O Lula leva fábrica de automóveis para lá e não deixa no Norte de Minas, para dar incentivos. Mas, felizmente, o governador Anastasia levou a Alpargatas para Montes Claros, e outras fábricas estão indo agora para lá e para o Norte de Minas, assim como para Capitão Enéias. O Reinaldo Teixeira conseguiu, com o povo de Capitão Enéias, levar duas ou três fábricas para lá. Estamos vendo isso no nosso governo, mesmo com essa escorchantes regra de pegar o dinheiro todo para Brasília e quase nada voltar para cá. Vemos, por exemplo, a BR-381. A nossa presidente Dilma já veio tanto a Minas Gerais anunciar a 381, assim como o Lula; anunciar também o anel rodoviário. E hoje, pelo menos neste momento, estamos aqui sem sofrer muito. Porque, quando as pessoas não têm o que estão falando... Por exemplo, a estrada de São João das Missões e a de Manga, do governo federal. Temos 10 anos de PT, e não conseguimos vê-las. Estamos vendo a privatização dos aeroportos e da Petrobras pelo PT, privatizando, privatizando, dessa maneira enorme, e não fazem as coisas necessárias para o Norte de Minas, como o asfalto a São João das Missões, onde há a maior reserva indígena xacriabá junta num município só. E Manga está ainda sem asfalto. Ainda bem que o nosso governador Aécio fez asfalto até Matias Cardoso - e também Itamar Franco -, levando até Manga, para poder haver alguma coisa, porque, se dependesse do governo do PT, nem isso haveria lá. A situação da saúde é realmente dramática, e V. Exa. lutando tanto.

Parabéns, deputado Luiz Henrique, pelo grande mandato que tem feito. É um parceiro, um companheiro desta Casa que não precisa ficar gritando aqui para apresentar suas ideias, como já vimos hoje, pela manhã. Parece que impressionarão as pessoas pelo grito, mas não, porque o que vai impressionar as pessoas serão os atos, as ações que realmente vemos V. Exa. fazendo, ao defender o Norte de Minas, o Jequitinhonha, e ainda uma proposta séria e decente para o País, que é a proposta do senador Aécio Neves.

O deputado Luiz Henrique* - Muito obrigado, deputado Arlen Santiago. Agradeço-lhe a força que vem dando, com sua experiência, a este parlamentar nesta Casa; agradeço-lhe a visita que fizemos a Diamantina. Quero lembrar-lhe que, graças ao governador Antonio Anastasia, por intermédio do Antônio Jorge e do Pestana, foram investidos quase R\$12.000.000,00 em Diamantina, o que possibilitou o que está por ocorrer lá no próximo ano: um curso de medicina nas universidades federais dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Isso já é um avanço.



Quanto às questões da BRs em Minas Gerais, temos uma BR no Jequitinhonha que liga dois patrimônios culturais da humanidade - Diamantina e Porto Seguro - e que se encontra em estado lastimável há mais de 60 anos. Por aí passaram também outros governos, mas Lula prometeu asfaltar essa estrada. Aí constituímos uma frente parlamentar, e graças a Deus o projeto está sendo feito. O Vale do Jequitinhonha será interligado pelo Caminhos de Minas. O trecho de Ijicatu a Virgem da Lapa, de 42km, será pavimentado em breve porque já está terminando o projeto. Acredito que, no início de 2014, acabaremos interligando o Vale do Jequitinhonha, o alto com o médio, através dessa estrada, porque, se esperarmos do governo federal, não sei quando isso de fato vai ocorrer.

O tempo já está se esgotando, eu ia passar a palavra à deputada Liza Prado, queria falar a vocês, deputada Liza Prado e deputado Arlen Santiago, que Minas tem história. Comecei relembando a história de Minas Gerais. Recentemente, segunda-feira, em Poços de Caldas aconteceu o Poços de Caldas + 30. Relembramos que há 30 anos Tancredo Neves e Franco Montoro iniciaram o caminho das Diretas Já. E agora, o que foi o Poços de Caldas + 30? Um novo grito dos mineiros contra o que está ocorrendo com o governo federal, essa concentração de riquezas.

Resumindo, Antonio Anastasia foi muito feliz na sua fala. Terminou falando, deputado Arlen, que Minas são muitas, como já dizia o nosso querido Guimarães Rosa, mas Minas hoje é única e unida com o futuro presidente Aécio Neves. Muito obrigado.

* - Sem Revisão do orador.

A deputada Maria Tereza Lara - Boa tarde, deputados e deputadas desta Casa; deputado Hely Tarquínio, que preside esta reunião e nos honra nesta Casa; deputado Paulo Guedes, líder da nossa bancada; deputada Liza Prado, representante da bancada feminina, na pessoa dos quais cumprimento todos os parlamentares, os assessores desta Casa, que nos orgulham pela competência e pela dedicação, da TV, das comissões e do Plenário. Cumprimento também todas e todos que nos veem pela TV Assembleia, os representantes dos servidores, o sindicato dos servidores da Justiça e dos servidores municipais que estão a postos defendendo os seus direitos. Parabéns para vocês.

Quero continuar refletindo sobre um tema cuja reflexão iniciei hoje pela manhã. O que estamos celebrando hoje? Hoje, dia 20 de novembro, é considerado o Dia da Consciência Negra. Há a questão do simbolismo. Por que é preciso haver um dia da consciência negra? Exatamente porque não temos ainda garantidos todos os direitos fundamentais da pessoa humana, sobretudo aqui no caso dos negros e das negras no Brasil. Então, comemoramos hoje o Dia Nacional da Consciência Negra em homenagem à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares. O Dia da Consciência Negra é uma forma de lembrar o sofrimento dos negros e das negras ao longo da história e honrar a memória dos que, com luta, suor e trabalho, construíram e constroem o nosso país. Uma data importante, celebrativa, mas que precisa nos levar a uma profunda reflexão, buscando a igualdade dos direitos sociais, culturais e raciais.

A luta pela liberdade dos negros e das negras jamais cessou. Em 1971, um significativo capítulo de nossa história vinha à tona pela ação de homens e mulheres do grupo de Palmares. Do Rio Grande do Sul, era revelada a data do assassinato de Zumbi, um dos ícones da república de Palmares. Passados sete anos, ativistas negros, reunidos em congresso do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial, cunharam o 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Em 1978, era dado o passo que tornaria Zumbi dos Palmares um herói nacional, vinculado diretamente à resistência do povo negro.

Sabemos que os negros ainda são as principais vítimas sociais de nosso país. A maioria ainda reside em áreas de risco, está à mercê da criminalidade, possui salários menores que os brancos, são medidos pela cor da pele, e não pela personalidade e pelo caráter. Recordo-me aqui de Nelson Mandela, que declarou: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem nem por sua religião. Para odiarem, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Hoje, no Brasil temos várias leis que defendem os direitos desses cidadãos e cidadãs, mas sabemos que o caminho é longo e desafiante. Felizmente temos um governo federal que se preocupa, enxerga com grande sensibilidade a situação vulnerável da população negra no Brasil, que chega a 97 milhões, segundo o censo de 2010, do IBGE. Nos 10 últimos anos, políticas públicas foram desenvolvidas e aprimoradas através da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada em 2003; cotas foram abertas nas universidades, permitindo a inclusão de jovens afrodescendentes. Somando negros e pardos, 25% já ocupam as vagas no ensino superior, e esse número aumentará. Além da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, foram criadas, como disse, cotas raciais e aprovado o Estatuto da Igualdade Racial.

No início deste mês, a presidenta Dilma Rousseff enviou ao Congresso uma proposta para cotas raciais no funcionalismo público. Muita gente ridicularizou isso, porque acham que não há mais racismo nem discriminação. Mas não é a realidade. Vimos que ainda há discriminação no Brasil. Embora já tenhamos avançado, conseguindo diminuir o preconceito, ele ainda está muito arraigado. O texto dessa proposta define a reserva de 20% das vagas em concursos para a administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista controladas pela União. A medida foi anunciada na abertura da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Vou repetir. No início deste mês, a presidenta Dilma Rousseff enviou ao Congresso uma proposta para cotas raciais no funcionalismo público. O texto dessa proposta define a reserva de 20% das vagas em concursos para a administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista controladas pela União. Essa é também uma maneira de fazer justiça. Nós, brancos, temos uma dívida social com os negros.

Também queremos lembrar que, nesta Assembleia, em 2005, propusemos a criação da Frente Parlamentar da Igualdade Racial, que está sendo coordenada pelo companheiro deputado Paulo Lamac.

A proposta dessa frente é exatamente integrar-se nos órgãos públicos e nos conselhos, a fim de somar esforços para extinguir a discriminação. Lembro bem que, há 50 anos, quando ainda era criança, no interior onde nasci e morava, infelizmente era muito arraigado o preconceito. Na praça central da cidade, os brancos andavam no centro, enquanto os negros só podiam andar em volta da praça, não podiam conviver. Os clubes eram separados. Como os negros não podiam entrar nos clubes dos brancos, eles constituíram seus próprios clubes. Não podiam casar negros com brancos. As famílias tradicionais não permitiam isso, ou criavam grandes barreiras. Realmente hoje percebemos que isso é inconcebível, mas infelizmente ainda existe. Também como disse, felizmente isso avançou bastante.



Temos de lembrar que, para mudar cada vez mais essa situação e extinguir completamente o racismo, o preconceito racial precisa apoiar políticas públicas que garantam direitos à igualdade. Não se concebe que, pela cor da pele, as pessoas sejam discriminadas, mas isso é uma longa luta, é uma batalha. Queremos lembrar ainda que a presidenta Dilma assinou um ato que cria o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. E, como o SUS e o Suas, esse sistema nacional visa a formalizar uma medida importante do Estatuto da Igualdade Racial e permitir o compartilhamento de responsabilidades entre as esferas federal e estadual e os municípios, a fim de extinguir verdadeiramente o preconceito.

Os avanços dos indicadores socioeconômicos da população negra atestam impacto positivo das políticas universais. Ao mesmo tempo, os dados mostram a necessidade urgente de mais ações afirmativas. O jovem negro tem hoje oportunidades que seus pais não tiveram, mas isso não significa que elas sejam tratadas com igualdade. Entretanto não é possível vislumbrar ainda a superação completa do abismo racial. É preciso apostar em políticas de ações afirmativas.

Os negros são 70% das vítimas de assassinato no Brasil, deputado, reafirma o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. A pesquisa Participação, Democracia e Racismo, do Ipea, divulgada na quinta-feira passada, mostra que, a cada três assassinatos no País, dois vitimam negros. Segundo a mesma pesquisa, a possibilidade de o negro ser vítima de homicídio no Brasil é maior, até mesmo em grupos com escolaridade e características socioeconômicas semelhantes. Então não é uma questão socioeconômica, mas realmente de cor de pele. A chance de um adolescente negro ser assassinado é 3,7 vezes maior que a comparação com os brancos na mesma idade.

Quero lembrar que, em Minas Gerais, há algumas iniciativas. Além da Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial que mencionamos, há o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, cujo presidente é o Ronaldo; e o Cléberson que também representa o órgão estadual de defesa da igualdade racial; os conselhos municipais; e o Fórum Estadual de Mulheres Negras, que é muito atuante, coordenado pela grande militante e nossa amiga, Mônica Aguiar, defende verdadeiramente a mulher negra, que é discriminada duas vezes: por ser negra e por ser mulher. Historicamente, mesmo discriminadas, sempre houve algumas mulheres que se destacaram em toda a história - não é, deputado Ulysses Gomes? Com certeza, V. Exa. também defende a ideia de extinguirmos completamente qualquer tipo de preconceito. Seu mandato tem demonstrado isso.

Em Betim, há uma ONG que faz o movimento chamado Betim Cor Brasil.

Deputada Liza Prado, que representa tão bem a nossa bancada, e deputada Luzia Ferreira, que também mencionou esse tema, precisamos unir esforços, porque a democracia só será plena se conseguirmos extinguir todo tipo de preconceito.

Queremos encerrar lembrando o poema *Canção do Tamoio*, de Gonçalves Dias, que diz respeito aos indígenas, mas também se aplica aos negros e às negras: "A vida é luta renhida,/ viver é lutar. A vida é combate,/ que os fracos abate,/ que os fortes, os bravos/ só pode exaltar".

Deputado Tadeu, que tão bem representa a juventude, o deputado Rogério Correia, nosso líder, e todos os parlamentares presentes, enfim, todos nós precisamos nos unir para acabar com qualquer tipo de preconceito. Precisamos fortalecer a democracia, de modo que não haja nenhum tipo de discriminação, mas haja respeito à liberdade de expressão e o espaço do Parlamento seja fortalecido em prol da transparência e do respeito mútuo. A democracia passa também pela extinção de qualquer tipo de preconceito.

Então, é um dia memorável não só para celebrarmos as ações afirmativas e os avanços, mas também para nos comprometermos com essa luta. Que Deus, que é realmente de fraternidade, possa nos dar forças para continuar essa luta de maneira aguerrida! Somente dessa maneira poderemos contribuir para o projeto, no qual acreditamos, de uma sociedade justa, fraterna e igualitária. Obrigada.

A deputada Liza Prado* - Boa tarde. Quero utilizar esta tribuna para agradecer a homenagem que recebi do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Colar do Mérito da Corte de Contas - Ministro José Maria de Alkimin. Quero cumprimentar, pela solenidade de ontem, a conselheira Adriene Andrade, presidente e chanceler da medalha, que me deixou bastante feliz. Sei que não mereço, mas qualquer pessoa ficaria envaidecida com tamanha honraria. Portanto, fico feliz por ter recebido essa homenagem.

Quero, também, anunciar alguns recursos importantes para a região. No dia 25 de novembro, às 11 horas, o governador assinará vários convênios com associações microrregionais de todo o Estado. Gostaria de destacar algumas que considero importantes e que receberão valores significativos: a Amvale, cujo presidente é o prefeito de Uberaba, Paulo Piau, que receberá R\$511.900,00, para adquirir uma vibrocabadora de asfalto; a Amvap, cujo presidente é o prefeito Gilmar Machado, receberá três caminhões-basculantes; a Amapar, que também fica na região do Triângulo, do Alto Paranaíba e do Noroeste, onde há cinco associações microrregionais, receberá três caminhões-basculantes; a Amvarig, que também receberá uma retroescavadeira e uma motoniveladora; e a Ampla, que também receberá benefícios.

Então, gostaria de convidá-los e agradecer-lhes, porque sabemos das dificuldades que os municípios têm passado, e qualquer recurso que encaminhamos faz com que a população seja bem atendida. Com pouca coisa colaboramos para resolver muito a vida do povo. Fico muito feliz por essa oportunidade.

No dia 25 de novembro, às 11 horas, estarei lá com os prefeitos de todo o Estado, para assinarmos esses convênios.

O Dia Nacional da Consciência Negra foi aqui mencionado pelo querido deputado e pela deputada Maria Tereza Lara. Quero saudar todo o nosso povo pelo Dia Nacional da Consciência Negra e lembrar a força de Zumbi dos Palmares, um grande guerreiro do Norte de Minas, que lutou pelo nosso povo, para que nosso povo pudesse ter liberdade e fosse respeitado. O Brasil foi o último dos últimos países a abolir a escravidão. Isso é uma vergonha para o nosso país. Até mesmo dentro dos quilombos havia escravidão.

No entanto, percebemos quanto os movimentos avançaram em nosso país e conquistaram legislações, mas ainda há preconceitos, que muitas vezes são velados e nos envergonham. Mulheres negras ainda ganham menos que mulheres brancas. Como diz meu amigo Frei Betto: "É preciso acabar com a inconsciência branca". Precisamos ter um novo olhar, uma nova postura em 2013.

Temos um centro de referência e percebemos realmente que a Lei de Cotas foi importante, foi uma ação afirmativa, um avanço. Infelizmente, existe uma dívida com essa população. Percebemos ainda que as pessoas não estão participando como deveriam, em pé de igualdade.



Quero conceder um aparte ao deputado Deiró Marra e convidá-lo para participar, no dia 6 de dezembro, do I Encontro Pros-90 da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na Câmara Municipal de Uberlândia.

O deputado Deiró Marra (em aparte)* - Em primeiro lugar, de forma muito pessoal, gostaria de agradecer à deputada Liza Prado e externar-lhe nosso carinho. Ela vem desempenhando, com muita capacidade seu mandato, especialmente em defesa da questão da região metropolitana, eu diria, hoje, do Alto Paranaíba integrada no Triângulo, e do Vale integrada nas cidades de Uberaba, Uberlândia, Patrocínio, Araxá e Patos de Minas. Enfim, essa discussão é muito importante. Tivemos a oportunidade de externar ao prefeito Paulo Piau, na segunda-feira, a necessidade, cada dia mais, de discussão sobre esse entrosamento entre nossas cidades do Triângulo e do Alto Paranaíba.

Queria falar um pouquinho sobre dois assuntos que já abordamos, deputada Liza Prado, que se referem a essa integração e a essa questão da região metropolitana. Acho importante pontuá-los nesta tarde.

Primeiramente, tivemos a oportunidade, na tarde de ontem, de estar com o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, quando foi assinado um convênio com o IMA, na Superintendência do Ministério da Agricultura, aqui, em Belo Horizonte. O IMA pôde fazer esse gesto maior, essa parceria com o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura, visando à certificação dos nossos produtores rurais. Naquele momento, tivemos a oportunidade, novamente, de falar com o ministro sobre os problemas que a cafeicultura mineira tem enfrentado.

Não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade, já que falamos muito sobre a integração em Minas, para abordar também a questão maior da cafeicultura, que são os problemas pelos quais esse setor vem passando em Minas Gerais. Já realizamos vários debates aqui e tivemos a oportunidade de caminhar rumo a Brasília para buscarmos recursos. Quero aqui externar, mais uma vez, a apreensão dos nossos produtores e dos nossos cafeicultores.

Havia uma grande expectativa, um grande compromisso para que fossem liberados os programas de compra do café, que é o Pepro, programas equalizadores de preço, e também que pudesse haver a distensão, o alongamento das dívidas dos cafeicultores. Mas nada disso saiu do papel, ainda estamos nessa luta. Ontem cobramos do nosso ministro que faça a distensão da dívida para que realmente possamos ter encaminhamento maior.

Quero ressaltar a necessidade de, a cada dia, os nossos produtores se socorrerem por causa do preço do café, que hoje está nos patamares de R\$250,00, preço que sequer paga os custos de produção. Acho importante discutir isso no momento em que a arrecadação dos produtores do Triângulo, do Alto Paranaíba, que é o maior produtor de café do Brasil, e consequentemente do mundo, que faz esse ICMS crescer, faz com que Minas possa ter divisas, faz com que Minas possa ter produtos para exportar, não está sendo vista como deveria. Digo isso porque hoje, pela manhã, discutimos aqui a importante questão do ICMS Ecológico, que tem dois vieses muito grandes. Além, é claro, da questão da mata, da cobertura ciliar, há também a questão do saneamento básico, que é a composição número um nessa formatação de preço.

Portanto, apresento aqui uma questão muito mais importante que ficamos discutindo se os benefícios são só para um lado ou só para o outro. Muito mais que isso, o benefício tem de ser para quem realmente precisa. Não são só os prefeitos, porque quem mais precisa dos benefícios são os produtores rurais que não podem fazer uso do seu solo, das suas áreas e ainda não podem ter preço em seus produtos.

Então, quero deixar claro, querida Liza, a importância que damos a esse caso. Mais uma vez, parabeno-a, desejando sucesso nessa empreitada da nossa região metropolitana, mas que não fechemos os olhos para discutir essa questão da formatação. Não adianta apenas uma área do Estado ganhar: é preciso que o Estado de Minas como um todo ganhe.

A deputada Liza Prado* - Deputado Deiró Marra, cumprimento-o pelo pronunciamento. Quanto à criação da região metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Tadeu, juntamente com o Norte, tem-se discutido essa necessidade de trabalhar de forma integrada para resolver os problemas comuns do meio ambiente, do saneamento básico. Hoje, conversava com o nosso deputado, meu querido Paulo Guedes, e ele me falava da dificuldade do Norte. Percebemos que a criação das regiões metropolitanas não vai resolver todos os problemas das cidades, mas, com certeza, resolverá os problemas em comum de forma mais tranquila. Então, a criação da região metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba pode dar uma solução conjunta para resolver os problemas. Vou dar um exemplo. A água de Uberlândia nasce em Uberaba. Não tem como a prefeitura investir em Uberaba para cuidar das suas nascentes. Um prefeito não pode aplicar recursos em outra cidade. É preciso, então, trabalhar conjuntamente para resolvermos os problemas. Sem a região metropolitana do Triângulo Mineiro, estamos perdendo bilhões, que, aliás, fazem parte dos cofres do Estado, mas são somente para a região do Vale do Aço e para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Se tivéssemos a região metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ou a do Norte, teríamos também acesso a esses projetos, às pesquisas de mobilidade urbana, ao Cartão do Idoso, que agora o Estado implementou, o que facilitaria a vida de muitas pessoas sofridas.

Então, percebo que a criação da região metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está bem encaminhada. O estudo de viabilidade técnica, feito pela universidade de Frutal e de Uberaba e pela Universidade Federal de Uberlândia, será entregue no dia 29 deste mês, em Uberaba, às 16 horas, para que possa ser anexado ao meu projeto, que está tramitando nesta Casa, a fim de que ele possa continuar prosseguindo nas comissões, deputado Hely Tarquínio.

Então, esse estudo de viabilidade técnica trata um pouco dos fluxos. Temos movimentos pendulares com crescimento. Hoje, a diferença entre Uberaba e Araguari... Temos a rota até 28, ou seja, 28km. Há pouco tempo, tivemos um problema grave para resolver para a construção de uma ponte. Até determinado ponto, a Prefeitura de Uberlândia teria de fazer convênio com o Dnit. Do outro lado, teria de ser a Prefeitura de Araguari. Como ficaria o meio da ponte? O problema é prático. Se fosse criada a região metropolitana, poderíamos resolvê-lo de forma jurídica e eficiente. Além disso, teríamos local para tratar o lixo, fazer a coleta seletiva. Agora, estamos tentando liberar caminhões para o pessoal que trabalha na reciclagem. Há sete associações em Uberlândia. O problema poderia ser resolvido regionalmente.

Deputados Tadeu e Ulysses, é importante discutirmos o desenvolvimento econômico de forma integrada. Não dá mais para pensar em saneamento básico, em tratamento de esgoto, em meio ambiente, se não for de uma forma integrada; não dá mais para pensar que



apenas uma cidade pode se desenvolver. Todas as cidades precisam crescer oferecendo qualidade de vida ao seu povo. Devemos combater e enfrentar a pobreza, a miséria, melhorar os índices educacionais e de desenvolvimento humano, que ainda deixam muito a desejar, apesar de o Estado se destacar em relação ao Brasil.

No dia 25, segunda-feira, estaremos com o governador por ocasião da assinatura do convênio que traz mais recursos para todo o Estado de Minas Gerais. Também participaremos de reunião, às 10 horas, com o secretário de Gestão Metropolitana, Alexandre da Silveira, juntamente com o Toninho, secretário de Desenvolvimento de Uberaba, e ainda o secretário de Desenvolvimento de Uberlândia e os prefeitos da região. O projeto não pode ser apenas da deputada Liza Prado, e, sim, de todos nós. Estou muito contente por ser a autora da matéria e poder ajudar uma região.

Agradeço o pronunciamento do deputado Luiz Henrique, que me cumprimentou pelo projeto da Comissão da Verdade, de minha autoria, mas que é de todo o povo mineiro. Agora já se tornou lei. A proposta, que é muito bonita, visa resgatar a nossa história, a nossa identidade, para que possamos lutar pela liberdade. A Comissão da Verdade já foi empossada, está trabalhando. Esperamos que ela traga à tona a história, que resgate os processos. Muitos foram condenados de forma injusta. A verdade não foi contada, como nas mortes de Juscelino e João Goulart. Que a Comissão da Verdade traga a verdade, que possamos resgatar a nossa história. Temos direito a uma memória, a uma identidade. O nosso povo tem de preservar a memória da ditadura, para não permitir o retorno desse sistema no País. Vamos lutar para que a nossa democracia se consolide, para que os movimentos tenham espaço para discutir, para que o espírito de Zumbi dos Palmares, que lutou tanto pela liberdade religiosa... Hoje, ainda vemos pessoas sofrendo preconceito por causa de religião. Cito o exemplo dos adventistas. Está tramitando nesta Casa um projeto de minha autoria que trata de liberdade religiosa. Ele foi vetado, mas fiz um acordo político e tenho a certeza de que será aprovado. Todos têm o direito de exercer a liberdade religiosa sem preconceito, como os evangélicos, os católicos, os praticantes da cultura africana. Essa é uma garantia constitucional. Hoje, muitos sofrem preconceito, são perseguidos. Isso faz com que a nossa Constituição seja rasgada, desrespeitada. Com o espírito de Zumbi dos Palmares, que possamos lutar para ter realmente a liberdade de culto, de religião, de prática cultural. E que esta Casa acate, de fato, todos os movimentos e seja sempre democrática.

Agradeço a tolerância do presidente e mando um recadinho para todas as pessoas que estão insatisfeitas com o sistema: que possamos lutar por um País melhor, no espírito de Zumbi dos Palmares, para combatermos a inconsciência branca, para termos um dia de reflexão sobre as dívidas que temos com o povo que precisa de respeito e de qualidade de vida.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Tadeu Martins Leite* - Boa tarde, caro presidente, deputado Hely Tarquínio. Quero cumprimentar V. Exa., todos os parlamentares presentes e os telespectadores da querida TV Assembleia. Hoje o que me traz à tribuna, nobre presidente, é, primeiro, o desejo de comentar rapidamente o acontecido ontem neste Plenário. Quero, na verdade, lamentar mais uma perda que os professores do Estado de Minas Gerais tiveram na tarde de ontem em razão da votação. A princípio, houve reajuste salarial de 5% apenas. Alguém poderia falar: o que seriam 5%? É muito? É pouco? A diferença vai de R\$60,00 a R\$70,00. Contudo, a perda drástica aconteceu, sim, através das emendas que o Bloco Minas sem Censura, juntamente ao Sind-UTE, havia elaborado para tentar melhorar e aperfeiçoar o projeto que deu esse reajuste extremamente aquém do que a classe necessitava, em razão de estar desvalorizada há tempos. Discutimos, lutamos e tentamos usar o poder do convencimento para com nossos colegas parlamentares, mas, pelo visto, o governo estadual continua batendo na tecla de não querer valorizar a classe da educação no Estado.

E isso não vem de hoje, deputado Ulysses Gomes. V. Exa. se lembra de que fizemos uma discussão em conjunto sobre a valorização dos profissionais da rede de educação estadual. Também naquela época discutimos a questão dos educadores físicos de Minas Gerais. O governo do Estado, a secretária de Educação e o deputado Paulo Guedes, por via de uma resolução, tiraram diversos educadores físicos das escolas dos ensinos fundamental e médio porque acharam que não havia necessidade de profissional qualificado dentro das salas para ministrar aulas de educação física. Isso aconteceu num momento em que passamos por um caos gerado pelas drogas, num ano em que estamos às vésperas da Copa do Mundo. O governo entendeu que não é necessária a presença do profissional de educação física dentro das escolas. Segundo ele, qualquer professor resolveria a questão: “Batam uma bola com os meninos dentro das escolas”.

Infelizmente sabemos que não é assim. Desde aquele momento, desde aquela época, tentamos incentivar o adolescente e a criança a praticar esportes, até para que fiquem longe do mundo das drogas, do mundo dos crimes, que hoje, infelizmente, existe em qualquer esquina do Estado. Então ontem foi mais um dia marcado pela falta de respeito por parte do governo do Estado aos trabalhadores da educação de Minas Gerais. Tentamos trazer de volta às escolas, por meio de emendas, preceitos e necessidades básicas como a alimentação. Tentamos também que fosse possível fazer a escolha entre o vencimento-base e o subsídio. Enfim, diversos interesses da classe dos educadores foram retirados, mais uma vez, pelo governo do Estado. E isso me deixa triste. Também ficam tristes diversos parlamentares e, principalmente, os profissionais da educação em nosso estado. Estes, volto a dizer - e não podemos nos cansar de dizer -, já são, há vários anos, discriminados e esquecidos pelo governo do Estado.

Estamos vendo agora outras discussões como, por exemplo, a que tange a questão do Funpemp e sua extinção totalmente equivocada. A princípio, o governo do Estado está querendo pegar mais de R\$3.500.000.000,00 de um fundo que hoje, de fato, é extremamente necessário para a classe dos servidores. Há também outras discussões sendo feitas neste Plenário.

Quero também, presidente, abordar neste momento outro tema. Aqui alguns parlamentares falaram sobre a falta de ajuda do governo federal a este estado, o que, no meu ponto de vista, é uma incoerência. É claro que falta muita coisa, é claro que o governo federal precisa ajudar cada vez mais o nosso estado, mas já faz demais também por ele, e sabemos disso. Venho até trazer um caso concreto dessa ajuda. Quando ajuda, o governo do Estado atrapalha por outro lado. Deputado Paulo Guedes, V. Exa. conhece bem, até porque na sua região, na cidade de Manga e em cidades adjacentes, há, neste momento, e poucas pessoas conhecem, um programa do governo federal chamado Brasil Profissionalizado. É um programa de incentivo à profissionalização dos jovens, especificamente do ensino médio das redes estaduais, deputado Duarte Bechir, caro amigo. Só em Minas Gerais o valor de todo esse trabalho será de R\$70.000.000,00, em parceria com o governo do Estado. São 40 milhões depositados na conta do governo do Estado pelo governo federal, mais 30 milhões por parte do governo do Estado de contrapartida. Estão sendo construídos hoje em Minas Gerais 12 polos,



cada um deles terá capacidade de receber 1.200 jovens que quiserem profissionalizar-se para o futuro mercado de trabalho. É um programa especialmente importante para os jovens.

Caros amigos, vou puxar um pouco mais agora para a região Norte de Minas, porque 9 dos 12 polos estão sendo construídos na região. Estão em construção hoje - alguns se iniciando, outros um pouco mais avançados - em Bocaiuva, Brasília de Minas, Espinosa, Grão-Mogol, Janaúba, Joáima e no Jequitinhonha: Manga, Monte Azul e Taiobeiras. Quando ficarem prontas, beneficiarão mais de 10.400 jovens na região, tão carentes. Já discutimos na parte da manhã inteira a necessidade de mais investimentos, deputada Liza Prado, minha amiga, para essa região que há muito tempo vem sendo discriminada.

Por que estou trazendo esse tema aqui, hoje, para os amigos do Estado, para os parlamentares aqui presentes? Recebi, nos últimos dias, não vou falar que é uma denúncia, mas uma informação de que as empresas que estão fazendo essas obras, que estão construindo esses doze polos em Minas, estão praticamente parando o serviço por falta de pagamento por parte do governo do Estado. Já foram empenhados do governo do Estado R\$29.500.000,00, e foram realizados, deputado Paulo Guedes, apenas R\$6.800.000,00. Repito, grande parte das empresas estão parando os serviços por falta de pagamento. E relembro o que falei anteriormente: o governo federal já fez, estou aqui transmitindo, dando publicidade a ela. Apresentei um requerimento na Comissão do Trabalho pedindo informações por parte do governador para saber como anda a execução desse programa. Isso é de interesse não só deste parlamentar, mas certamente de milhares de jovens do Norte de Minas, principalmente, que são diretamente interessados, deputado Ulysses Gomes, caro amigo, nesse programa, que vai, sim, ajudá-los a entrar no mercado de trabalho no futuro. Espero que essa informação esteja errada, espero que o governo esteja cumprindo com o seu cronograma de pagamentos e que as obras andem a todo vapor.

Isso é demonstrativo, até, de que o governo vai bem. Alguns falam do governo: “Não, está quebrado”; outros falam: “Não, está às mil maravilhas”, mas não vou entrar nesse mérito, quero saber até por esse ponto, se de fato está tudo bem. Imagino que devem estar sendo pagas com frequência essas parcelas às empresas que estão construindo esses tão importantes polos profissionais no Estado de Minas Gerais.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Tadeu, V. Exa. traz essa informação, que acredito tenha sido objeto de pelo menos uma prévia dessa situação que está ocorrendo com a possível paralisação dessas obras. Vamos ter agora, às 16 horas, a reunião da Comissão de Educação e nela vamos apresentar um requerimento, solicitando as devidas informações e esclarecimentos a respeito desses fatos. Para mim, é realmente difícil acreditar que as obras vão parar e vão ser prejudicadas pela omissão, pela falta de participação do governo do Estado. Quero trazer essas informações completas para dirimirmos qualquer dúvida a respeito da matéria.

Quero também dizer a V. Exa. que seu pai, ex-companheiro desta Casa, Tadeu Leite, talvez não imaginasse que a vinda de V. Exa. para cá fosse trazer e completar o brilho do seu trabalho, marcado pela eloquência nos discursos e pela participação sempre ativa nesta Casa. E queria também, no momento, parabenizar V. Exa. pelo trabalho, pela representação, pela forma de interagir com os demais pares desta Casa, mostrando a todos nós que a pouca idade, a jovialidade não é o fator primordial para se estabelecer nesta Casa um vínculo de respeitabilidade e de trabalho. Então, quero tão somente me comprometer a trazer as informações a respeito da pauta que V. Exa. faz.

Quero, ao findar minhas palavras, parabenizá-lo pelo trabalho, pela bravura, pela garra, pela eloquência na defesa dos interesses maiores do nosso Norte de Minas, que respeito muito. Queria, portanto, registrar nas minhas palavras essa atuação de V. Exa. Parabéns.

O deputado Tadeu Martins Leite* - Obrigado, caro deputado, amigo, companheiro Bechir. V. Exa. realmente, sempre que solicitado, tenta encaminhar com muita presteza as demandas deste Parlamento, através da presidência da Comissão de Educação. Peço, sim, a ajuda de V. Exa., como V. Exa. já se comprometeu, para a gente conseguir destrinçar o mistério que envolve esse programa tão importante chamado Brasil Profissionalizado.

Agradeço as palavras de V. Exa. Saiba que a recíproca é verdadeira. Peço, sim, ajuda na discussão desse programa, que, volto a dizer, é necessário e importante para nosso estado, mas principalmente para nossa região Norte de Minas. Já falamos hoje mais cedo, eu particularmente falei e outros parlamentares falaram: nossa região, que já sofre tanto por vários motivos, agora recentemente está passando pela pior seca dos últimos 50 anos. Nessa discussão que fazemos lá agora, sobre as barragens tão sonhadas que estão saindo - e espero que saiam mesmo, porque cada um briga de um lado e fica aquela confusão -, espero que as coisas se organizem e que saiam principalmente também as barragens de Congonhas e de Jequitaiá, pois precisamos de projetos e obras do governo federal. Parabenizo-o mais uma vez.

Mas, é claro, temos sempre de ficar vigilantes quanto ao trabalho hoje dos governos estadual, federal e municipais. O nosso interesse é sempre contribuir. Já me aproximando do final da minha fala, fico, sim, e registro mais uma vez, com pesar por esse acontecido no Plenário ontem, relativamente ao projeto da educação. Esse projeto poderia, sim, com as emendas que o bloco elaborou, com as emendas que o bloco e o Sind-UTE elaboraram em conjunto, ajudar muito. Não vou falar que resolveria o problema da classe dos professores, dos educadores, tão importante para o Estado de Minas Gerais, mas poderia amenizar muito as perdas históricas que eles já estão tendo há muito tempo no Estado. Mas, infelizmente, não foi dessa vez.

Mas não vamos nos cansar. Continuaremos aqui, nesta tribuna, nesta Casa, sempre em defesa dos servidores do Estado de Minas Gerais, até porque, especialmente sobre a educação, sabemos que, se quisermos, de fato, melhorar as nossas cidades, o nosso estado, o nosso país, o nosso futuro, temos de começar, verdadeiramente, incentivando os profissionais da área de educação, e não só os professores, mas todos os que contribuem para a formação correta, adequada e necessária da juventude das nossas Minas Gerais e do nosso Brasil.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 25/11/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão

nomeando Kely Mourão Barroso para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Luiz Cláudio Lobato Martins Costa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR.